

RELATÓRIO ANUAL 2008

INDICADORES FINANCEIROS

	2008	2007	2006
CONTAS CONSOLIDADAS			
Margem financeira	9.690.611	9.500.662	1.565.216
Comissões líquidas	13.216.461	17.268.203	8.175.796
Resultados de op. financeiras	1.368.063	8.342.999	14.193.647
Outros resultados exploração	72.368	-1.092.006	-320.294
Produto Bancário	24.347.503	34.019.858	23.614.366
Custos com pessoal	-8.357.235	-13.170.237	-9.487.548
Outros gastos administrativos	-4.361.652	-5.481.828	-4.036.334
Custos de Funcionamento	-12.718.887	-18.652.065	-13.523.882
Cash Flow Operacional	11.628.616	15.367.793	10.090.484
Amortizações	-1.141.907	-1.163.283	-917.698
Provisões	1.795	184.021	-164.952
Imparidades	-1.242.555	-58.525	74.374
Outros custos	0	0	0
Resultados Operacionais	9.245.949	13.973.985	9.082.208
Resultados de associadas	-404.110	51.127	0
Resultados Antes de Impostos	8.841.839	14.025.112	9.082.208
Impostos correntes	-2.453.172	-3.508.301	-2.087.438
Impostos diferidos	37.263	751.454	286.566
Resultado Líquido	6.425.930	11.268.265	7.281.336

CONTAS INDIVIDUAIS

Resultado líquido (*)	7.172.217	11.026.678	7.036.194
------------------------------	------------------	-------------------	------------------

(*) A diferença relativa ao resultado líquido consolidado resulta, essencialmente, dos resultados de associadas e de ajustamentos de consolidação relacionados com provisões.

ACTIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS

Total de activos líquidos	563.068.380	524.999.642	409.820.456
Capitais próprios	107.369.380	102.406.985	95.349.566
Activos sob supervisão (**)	1.031.417.800	1.409.769.843	747.694.061

(*) Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

RENDIBILIDADE

Return on Average Assets (ROA)	1,18%	2,41%	2,05%
Return on Average Equity (ROE)	6,13%	11,40%	7,82%
RAI / Activo Líquido Médio	1,63%	3,00%	2,56%
RAI / Capitais Próprios Médios	8,43%	14,18%	9,76%
Produto bancário / Activo Líquido Médio	4,48%	7,28%	6,66%

SOLVÊNCIA

Capitais próprios / Activos totais	19,07%	19,51%	23,27%
Rácio de solvabilidade	31,00%	35,50%	37,80%

EFICIÊNCIA

Margem financeira / Activo remunerado	1,94%	2,07%	0,46%
Custos transformação / Produto bancário	56,93%	58,25%	61,16%
Custos pessoal / Produto bancário	34,32%	38,71%	40,18%

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA PRÉVIA

Vivemos uma época extraordinária nos mercados financeiros. Tal como se encontra hoje bem documentado, somos confrontados com estruturas de crédito mal compreendidas e excesso de alavancagem, que originaram uma crise de funding e liquidez no sector financeiro que se estendeu rapidamente à economia real, colocando um fim abrupto a um longo período de expansão e prosperidade aparente, promovendo a incerteza quanto ao futuro.

A crise severa no crédito e na confiança, que se segue a vários grandes eventos já testemunhados na primeira década do novo século, é complexa nas suas implicações e alcance, mas muito simples nas suas causas. As circunstâncias revelaram até que ponto vários intervenientes no sector financeiro, de grande e pequena dimensão, se afastaram dos mais básicos conceitos de gestão prudente, responsabilidade e preservação de capital, bem como a velocidade a que a regulação foi ultrapassada não tanto pela inovação financeira, mas mais pelas práticas abusivas, e ainda até que ponto se tornaram pouco fiáveis e sujeitas a conflitos as agências de rating e os auditores externos.

Para o BiG, tal como ilustraremos nas páginas seguintes, o ano passado foi um ano de contenção, por oposição a expansão, e de preservação de capital, por oposição a tomada de riscos. A crise afectou os resultados de 2008, mas não a sustentabilidade do nosso modelo de negócio, a nossa reputação, as nossas perspectivas de longo prazo, ou a capacidade da Administração propor a manutenção do dividendo para o exercício.

Há já algum tempo que vimos prosseguindo o crescimento, no entanto não vamos expandir a nossa base de activos além do que o nosso perfil de financiamento conservador, com base em depósitos de retalho, pode razoavelmente suportar. Neste ambiente vamos continuar a operar com baixa alavancagem, exposição reduzida a risco de liquidez e níveis elevados de adequação de capital.

Durante a crise, e na realidade durante os dez anos em que existimos, o BiG nunca dependeu de funding interbancário ou outro tipo de financiamento wholesale, sendo um fornecedor líquido de fundos ao sistema. Evitámos estruturas de crédito complexas, nunca atribuímos às agências de rating um papel central ao nosso processo de avaliação de risco, certamente a nível nacional, e nunca quisemos trocar resultados de curto prazo por riscos de longo prazo assumidos a preços mal calculados e que muitas vezes não passam de uma miragem.

Gerimos a crise sem necessidade de recorrer a quaisquer garantias estatais, injeções de capital ou acordos especiais de financiamento ao sector bancário, patrocinados ou não pelo Estado ou os seus Agentes. Se é certo que compreendemos a necessidade de concretização dessas operações em certos casos, estamos, de facto, preocupados com as implicações futuras de tais práticas na preservação das condições de concorrência.

Esperamos que no futuro o mercado opere de forma diferente. Acreditamos que os bancos terão que reconquistar a confiança do mercado concentrando-se em ser instituições responsáveis e financeiramente vitais para o funcionamento de um sistema económico saudável. Simultaneamente, a supervisão deverá tornar-se mais eficaz e actuante, devendo ser revisto o privilégio de auto-regulação de que até agora desfrutaram as agências de rating e os auditores, que fornecem ao mercado o selo indispensável de aprovação.

Temos muito orgulho em que algumas das medidas agora preconizadas, e algumas das obrigações impostas às Instituições Financeiras, tenham sido defendidas pela Administração do Banco de Investimento Global ao longo dos últimos 10 anos, incluindo mas não limitado, à eliminação dos offshores, de recomendações de maior transparência nos Relatórios dos Bancos e nos produtos oferecidos aos clientes. Em nossa opinião as situações mais extremas verificadas no sistema financeiro nacional tiveram mais a ver com estratégias das instituições afectadas e menos a ver com problemas sistémicos ou generalizados.

Por isso esperamos que quando a crise terminar, possamos todos com a aprendizagem que fazemos no dia a dia emergir com instituições e um sistema mais forte e concorrencial. Para isso, é fundamental que aqueles que mostraram maior solidez e práticas mais sólidas sejam os que consolidam, e que as variadas intervenções Estatais não sirvam para distorcer a concorrência e premiar aqueles cujos modelos falharam, e só à custa do contribuinte, sobrevivem.

Acreditamos que progressivamente a confiança regressará ao sistema, acompanhada por um desejado aumento da transparência e de senso comum.

INTRODUÇÃO

O nosso negócio

O Banco de Investimento Global, SA (BiG, Banco BiG, ou Banco), é uma instituição financeira especializada, detida integralmente por investidores privados, com sede em Lisboa, autorizada a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário. Oferecemos serviços bancários de poupança, investimento, gestão de risco, intermediação e aconselhamento à nossa base de Clientes, composta maioritariamente por particulares, investidores institucionais e empresas em Portugal e no mundo.

O negócio do Banco concentra-se em serviços transaccionais e de aconselhamento com base em comissões para Clientes institucionais e de retalho, bem como serviços de banca generalista e serviços de crédito. O Banco presta serviços de investimento e poupança, realiza operações bancárias, faculta soluções financeiras, presta aconselhamento sobre estratégias de investimento, proporciona o acesso a plataformas de negociação e aos mercados globais, gere activos e assessora Clientes na estruturação de operações de capital e financiamento. Os principais produtos e serviços do Banco incluem produtos de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios, serviços bancários gerais e de pagamentos para Clientes particulares, gestão de risco de mercado, tesouraria, custódia, e aconselhamento empresarial, incluindo dívida e *equity finance* para Clientes empresariais e institucionais. Em menor escala, e como complemento ao nosso negócio transaccional com base em comissões, oferecemos cartões de crédito, produtos de crédito especializado ao consumo e soluções de crédito *wholesale*.

O Banco centraliza as operações em Lisboa, e interage com os seus Clientes através de

vários canais integrados. Os Clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt e por *financial advisors* baseados em 12 locais chave, centrais e regionais, enquanto as equipas de produto e de vendas baseadas em Lisboa e no Porto trabalham com Clientes institucionais.

O Banco é membro da NYSE Euronext e mantém parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros de modo a proporcionar aos Clientes o acesso aos principais mercados mundiais de acções, opções e futuros. O BiG tem um número significativo de acordos de subscrição e distribuição com as principais entidades gestoras de fundos de investimento, bem como competência interna para desenvolver produtos e gerir as necessidades e expectativas dos seus Clientes.

Os objectivos do modelo de negócio do BiG consistem em proporcionar serviços financeiros eficientes e competitivos aos Clientes, e criar valor de longo prazo para os Accionistas. A integração de tecnologia de processamento escalável é uma componente chave do modelo de negócio e da cultura interna do Banco. No seu conjunto, as soluções tecnológicas maximizam a eficiência operacional e promovem a manutenção de uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final. Estas soluções são também essenciais para manter controlos apertados sobre os riscos de mercado, crédito e operacionais, aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta. Simultaneamente, o nosso modelo é flexível e revisto periodicamente em função dos números e do desempenho quantitativo dos nossos negócios. Procuramos o crescimento sustentável e o equilíbrio entre o investimento de médio prazo e os resultados esperados no curto prazo.

Impacto dos eventos de mercado em 2008

O modelo de negócio e estratégia operacional que seguimos durante os primeiros 10 anos de existência do Banco criaram as condições de suporte para que enfrentássemos a “tempestade perfeita” que se abateu sobre os mercados financeiros durante 2008. Os aspectos chave da estratégia e modelo de negócio do Banco incluem: um foco na utilização conservadora de capital, crescimento realista e sustentado dentro de orientações de controlo do risco, suporte em análise fundamental de mercado e de risco por oposição à dependência de modelos e agências de *rating*, uma história de alavancagem modesta suportada por fontes de fundos estáveis e não dependentes do mercado *wholesale* / interbancário, e um perfil estrutural de excesso de liquidez. Embora a política de manutenção de excesso de liquidez e níveis de solvabilidade bem acima das exigências legais numa base consistente tenha impacto negativo na rentabilidade dos capitais próprios a curto prazo, sentimos que esta proporciona uma rede essencial de protecção em mercados altamente voláteis.

Tal como reportámos no nosso relatório anual de 2007, a Administração acredita que o aprofundamento da complexidade das questões verificadas nos mercados financeiros e na economia global no seu conjunto durante 2008 e 2009 continuará a afectar os procedimentos internos dos bancos no que diz respeito ao modo como assumem, quantificam e gerem os riscos no futuro.

O impacto específico nas contas do Banco é discutido em maior detalhe nas Notas 4, 7, 15, 18, 19, 21, 22, 25, 33 e 35 das Contas Consolidadas, no *Resumo de Resultados e Situação Financeira em 2008* desta introdução, e no capítulo deste relatório reservada aos *Resul-*

tados das Operações. Por seu turno, a forma como o Banco gere riscos diariamente, que inclui testes de esforço concebidos para medir o impacto nas contas de vários cenários de risco, é debatida no capítulo deste relatório relativo a Controlo Interno e Gestão de Risco.

O Banco de Investimento Global, S.A., está exposto a volatilidade nos mercados sendo responsabilidade da sua Administração orientar a instituição em tais condições. Condições excepcionalmente voláteis e alguns eventos altamente incomuns dizimaram a confiança dos investidores durante 2008, levando a uma rápida redefinição a nível global de expectativas e uma reavaliação do risco. Questões relacionadas com activos tóxicos, alavancagem, *funding* de bancos e liquidez prejudicaram o sector financeiro e a economia global.

Se é certo que o Banco não esteve exposto a nenhuma dessas questões, o impacto da crise nos mercados financeiros e a contracção da economia com ela relacionada afectou todos os aspectos da nossa actividade em 2008: composição de activos, gestão de responsabilidades, comportamento de Clientes, volumes transaccionados, estratégias de investimento e *Trading*, técnicas de gestão de riscos, planos de expansão, oferta de produtos, e controlos sobre custos para compensar menores receitas, para mencionar apenas alguns aspectos.

O principal impacto foi registado na queda dos volumes e transacções com Clientes, na desvalorização generalizada dos activos financeiros a nível mundial e na verificação da existência de menores oportunidades de tomada de risco em geral, levando a menores receitas em 2008.

As receitas líquidas de juros aumentaram

ligeiramente em 2008, num ambiente de rápida queda das taxas de juro determinada por respostas de política monetária à crise, apesar de uma queda substancial no modesto livro de crédito do Banco. Estes factores negativos foram compensados por uma tendência por parte dos Clientes para a manutenção de níveis mais elevados de disponibilidade em dinheiro ou fundos livres, os quais o Banco, enquanto colocador de liquidez de fundos no mercado interbancário, e com uma posição *underweight* em crédito a empresas, foi capaz de aplicar em activos de elevada qualidade com margens historicamente altas. As comissões líquidas, entretanto, sofreram o efeito directo do afastamento dos investidores institucionais e de retalho de todos os activos que pressunham risco de mercado, em resultado da recessão global e da evaporação da confiança, especialmente após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008, e de uma série de fusões e salvamentos que se lhe seguiram nos Estados Unidos da América e por todo o mundo. Estes eventos tiveram impacto imediato no negócio de *Trading* do Banco, que acabou o ano positivo, mas substancialmente abaixo de 2007. Se é certo que qualquer negócio de *Trading* em qualquer instrumento ou ano envolve gerir posições ganhadoras e perdedoras, os resultados de 2008 foram particularmente afectados. Especialmente existiram posições de *equity* num conjunto relativamente limitado de empresas financeiras, cujo valor sofreu em consequência directa ou indirecta das oscilações de mercado durante o terceiro e quarto trimestre do ano: AIG, Fannie Mae e Espírito Santo Financial Group, que no seu conjunto representaram perdas realizadas de aproximadamente € 7 milhões no exercício. As posições nos dois primeiros, vendidas antes do final do ano, encontram-se integralmente reconhecidas nas contas de 2008. A imparidade associada com a última posição, que

permaneceu no livro de activos disponível para venda no final do ano, foi integralmente reconhecida na conta de resultados.

Outros aspectos a registar

Activos sub-prime ou outros activos estruturados com imparidades: O Banco não teve exposição a esta classe de activos em 2008 ou em qualquer ano anterior, quer como investidor, promotor ou emitente, e consequentemente não sofreu quaisquer perdas com estes instrumentos.

Activos sob supervisão: Os activos sob supervisão (depósitos, activos sob gestão e custódia) registaram uma redução principalmente em resultado da queda de valor dos activos detidos pelos Clientes nas suas contas de custódia de valores mobiliários e carteiras de gestão discricionária junto do Banco.

Fundo de pensões: No final de 2008, as responsabilidades decorrentes do plano de pensões de benefício definido do BIG estavam integralmente financiadas.

Clientes e áreas de negócio

Os Clientes do Banco procuram ideias e ferramentas para gerir as suas poupanças e investimentos, soluções para cobertura de risco e gestão de activos e assessoria a empresas em áreas como dívida e *equity finance*.

As várias áreas de negócio do Banco têm em comum a intenção de contribuir com escala e transparência para o modelo de negócio do Banco, e oferecer as melhores soluções disponíveis para os nossos Clientes. Isto pressupõe combinar desenvolvimento e gestão interna com acordos de parceria, tipicamente envolvendo fornecedores de soluções tecnológicas e serviços financeiros específicos, bem como ligações em tempo

real a outros mercados regulados e fornecedores. O enfoque do Banco na melhoria consistente, quer da experiência de consumo dos Clientes, quer da nossa própria eficiência interna, induz à introdução rotineira de novos produtos fornecidos por terceiros, a par de soluções desenvolvidas internamente.

Resumo dos resultados do Banco e situação financeira em 2008

Apresentação de contas

As contas oficiais de 2008 e 2007 são apresentadas por via deste relatório elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS). Além da apresentação dos resultados financeiros numa base legal, os dados relativos a áreas de negócio reflectem os resultados com base em modelos internos utilizados pela Administração para dividir e alocar as receitas e despesas entre Cliente, produto, ou áreas de negócio. São feitas referências aos resultados numa base operacional ou de gestão sempre que a administração entenda que a disponibilização de tal informação a Clientes e Accionistas fornece informação útil sobre o desempenho e as tendências do negócio subjacente. Os dados financeiros apresentados nesta base reconciliam-se com os dados reportados em base legal. Genéricamente, os resultados e a condição financeira do Banco no seu conjunto são identificados como base legal, enquanto que os resultados de segmentos de negócio organizados internamente são identificados numa base operacional ou de gestão.

O resultado líquido consolidado de 2008 foi de € 6,4 milhões, face aos € 11,3 milhões registados em 2007. Os resultados por acção foram de € 0,08, enquanto que em 2007 se cifraram nos € 0,15 por acção. Os resultados individuais foram de € 7,2 milhões em 2008,

T.2

€/000

Resumo dos resultados e situação financeira	2008	2007	%
Produto bancário	24.348	34.020	-28%
Custos operacionais	-15.102	-20.046	-25%
Impostos	-2.416	-2.757	-12%
Resultado líquido	6.426	11.268	-43%
Capitais próprios	107.369	102.407	5%
Activo líquido	563.068	525.000	7%
Empréstimos	29.233	73.149	-60%
Depósitos	296.490	282.238	5%
Rácio de solvabilidade ajustado	31,00%	35,50%	

contra € 11 milhões em 2007. Os resultados consolidados reflectem (i) receitas genéricamente mais baixas em todos os negócios, em resultado do abrandamento da actividade económica e redução da actividade por parte de Clientes avessos ao risco, (ii) encerramento ou o provisionamento de imparidades em posições de *equity* detidas em *Trading* ou nas carteiras de activos disponíveis para venda, e (iii) a consolidação de alguns resultados negativos da sociedade BiG Capital SGPS, SA. O Banco BiG, não tendo estado exposto a activos *sub-prime*, estruturados, ou tóxicos, tal como já referido, é contudo uma instituição sensível ao mercado, pelo que as receitas, quer resultantes dos negócios de Clientes, quer da gestão do capital do Banco, foram afectadas por eventos extraordinários

e volatilidade dos mercados em 2008.

Simultaneamente, a qualidade global dos activos, a liquidez e os fundos de capital permaneceram excepcionalmente fortes, apesar dos eventos tumultuosos do ano. Os volumes de *Trading* caíram significativamente, e o crédito com margem relacionado com *Trading* tornou-se pouco atraente para clientes que procuram refúgio. Contudo, uma margem líquida ligeiramente mais alta compensou uma redução das receitas de mercado, mesmo perante uma queda das taxas de juro para níveis historicamente baixos. Os depósitos permaneceram estáveis, e as receitas líquidas do Banco cresceram à medida que os mercados iniciaram o processo de revisão do preço dos riscos a partir do

final do exercício, em parte devido ao processo de redução da alavancagem em curso a nível global.

Após um ano promissor em 2007, em que as receitas líquidas totais cresceram 44% face ao ano anterior para € 34 milhões, em 2008 estas receitas caíram 29% para € 24,3 milhões. No ano, a margem líquida de juros subiu ligeiramente para € 9,7 milhões, enquanto que as comissões caíram 23% para € 13,2 milhões. Em conjunto estas duas categorias de receitas representaram 95% do total das receitas de 2008, face aos 79% registados no ano anterior. As receitas de *Trading* e mercados foram positivas em € 1,4 milhões, apesar das difíceis condições de mercado. Contudo, em termos relativos, esta categoria

T.3

€/000

Proveitos em 31 de Dezembro	2008		2007		VaR % 2008 vs 2007
Margem financeira	9.691	40%	9.501	28%	2%
Comissões líquidas	13.216	54%	17.268	51%	-23%
Lucros operações financeiras (líq.)	1.368	6%	8.343	25%	-84%
Outros resultados de exploração	72	0%	-1.092	-3%	-107%
Total	24.348	100%	34.020	100%	-28%

T.4

€/000

Principais custos em 31 de Dezembro	2008		2007		VaR % 2008 vs 2007
Custos com o pessoal	-8.357	55%	-13.170	66%	-37%
Despesas administrativas	-4.362	29%	-5.482	27%	-20%
Amortizações	-1.142	8%	-1.163	6%	-2%
Outros custos e imparidades	-1.243	8%	-59	0%	2.023%
Provisões líquidas	2	0%	-172	1%	-101%
Total	-15.102	100%	-20.046	100%	-25%

caiu 84% em relação a 2007, e representou a mais baixa contribuição deste negócio para as receitas totais desde a fundação do Banco há 10 anos. O Banco já tinha uma perspectiva aversa ao risco bem antes dos eventos do terceiro trimestre 2008 e, em geral, operou a uma média de 20% do seu limite de risco durante a maior parte do ano.

Em geral, a par da continuação do investimento na sua plataforma de retalho, a ênfase do Banco continua nos serviços de aconselhamento baseados em comissões, activos sob supervisão e produtos de poupança, que geraram todos eles menores volumes a partir de uma base mais alargada de Clientes com uma perspectiva progressivamente mais conservadora relativamente aos mercados. Ao mesmo tempo, a estratégia de negócio, embora menos lucrativa em mercados em queda, produziu elevados níveis de liquidez e problemas insignificantes de crédito, num momento em que ambas as tendências provaram ser altamente desejáveis.

A Administração reduziu a base de custos do Banco, incluindo provisões líquidas, em 25% em 2008 de modo a reduzir os efeitos da queda das receitas. Excluindo outros custos, relativos a imparidades na carteira de activos detidos para venda, os custos caíram 31% face ao ano anterior. As despesas com

salários e custos administrativos, de longe as maiores componentes dos custos não relacionados com taxas de juro, foram reduzidas em 32% no seu conjunto face ao ano anterior. Isto foi possível por via do congelamento do número de colaboradores e pela gestão cuidadosa dos custos operacionais desde o início do ano.

Os custos com recursos humanos reduziram-se em 2008 para 35% das receitas operacionais, o que compara com 39% em 2007. Outros custos administrativos caíram 20% em termos absolutos em 2008, e continuaram a representar 16% das receitas operacionais, em linha com 2007. O rácio de eficiência do Banco, definido como custos operacionais / receitas operacionais melhorou ligeiramente para 57% em 2008, o que compara com 58% em 2007 e 61% em 2006. A base de capital do Banco, que suporta um modelo bancário genericamente não *crédito-intensivo*, proporciona uma margem suficiente para o crescimento orgânico e uma base sólida para o futuro. Outros custos representaram a diminuição de valor numa única posição de *equity* na carteira de investimento, definida como "imparidade" de acordo com as IAS, mas que a Administração decidiu reter na expectativa de que as valorizações dos activos regressem a valores normais no futuro. Outras perdas operacionais e despesas relacionadas com

crédito foram, tal como nos exercícios anteriores, negligenciáveis.

O volume de activos sob supervisão, uma medida significativa da actividade global do Banco, que combina depósitos, activos sob gestão e activos detidos sob custódia, registou uma queda de aproximadamente 27% face ao ano anterior para mais de € 1.000 milhões, o que se deveu essencialmente à queda no valor dos activos de Clientes sob custódia do Banco, e não a levantamentos de fundos.

Segmentos de negócio (base de gestão)

As actividades do Banco são organizadas, para fins de gestão interna e reporte, em torno de três segmentos de negócio chave: *Retalho Especializado*, *Clientes Institucionais*, que inclui empresas e fundações entre outros, e *Trading e Mercados*.

Retalho Especializado

No processo de construção e melhoria da sua plataforma integrada multi-canal de banca e de *Trading*, o Banco procura redefinir e simplificar a experiência global de banca e de investimento para um leque alargado de Clientes individuais, com necessidades e expectativas variadas. Proporciono-

T.5

	2008	2007	VaR (%)
Proveitos Operacionais por Área de Negócio			
Clientes particulares	9.580	12.099	-21%
Clientes institucionais e empresas	10.828	13.201	-18%
Trading e mercados	999	7.148	-86%

namos aos nossos Clientes uma combinação de plataformas electrónicas e estamos a construir uma rede de *financial advisors* com o objectivo de ajudar os Clientes individuais a executar transacções bancárias, gerir as suas poupanças, e investir em vários mercados de uma forma segura e informada. Este negócio proporciona serviços bancários e soluções para vários Clientes, desde os *self-directed* aos que procuram investimento assistido, dos que procuram gerir o seu património e que exigem soluções concebidas à sua medida aos que procuram a preservação do seu capital.

Clientes Institucionais

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais do Banco de várias áreas de produto concebem soluções financeiras específicas, executam transacções, e ajudam os Clientes a gerir os seus riscos. O leque alargado de serviços que oferecemos incluem a negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos em mercado de balcão, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado, e resolução de questões estratégicas relacionadas com a estrutura dos balanços e de capital para Clientes que procuram serviços de aconselhamento.

Trading e Mercados

Este negócio é central na cultura do Banco de gestão e compreensão dos riscos de mercado e enfoque em investimento. A área

proporciona conhecimento especializado e informação para consumo interno sobre mercados, cobre a componente de risco de mercado das soluções vendidas aos Clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e institucionais, e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco.

Em comum a todos os nossos negócios, que oferecem um leque alargado de serviços financeiros e acesso aos mercados globais, está uma cultura que enfatiza uma abordagem profissional e transparente no aconselhamento, execução e construção de relações de longo prazo com os nossos Clientes.

Factores que afectam o nosso negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário, discutidos em detalhe no capítulo desde relatório dedicado a Gestão de Risco e na Nota 36. Estes incluem riscos de liquidez de mercado, crédito, legais e operacionais. As receitas bancárias do BiG e os seus resultados são afectados pelas condições no mercado financeiro, bem como pelas condições económicas globais. A crise da banca e do imobiliário a nível global que atingiu o mundo em 2008 afectou adversamente a confiança no mercado, reduzindo volumes e preços de várias classes de activos. Acresce ainda que, tendo em conta a

severidade e a natureza da actual crise, não existe garantia de que as condições de mercado melhorarão no curto prazo.

Neste ambiente, a composição das receitas pode variar ao longo do tempo, à medida que o Banco mobiliza capital, investe em novos negócios concebidos para gerar receitas recorrentes provenientes ou não de juros, e / ou assume perspectivas de curto ou médio prazo quanto aos movimentos no mercado de capitais. Tipicamente, as receitas esperadas dos mais elevados investimentos iniciais na nossa plataforma de retalho levam algum tempo a ser realizados, mas tendem também a produzir retornos mais previsíveis durante um período mais alargado de tempo, do que os associados com operações *wholesale* ou de *Trading*, que podem ser mais significativos, mas não necessariamente recorrentes. O BiG concentra-se em linhas de produto específicas para os segmentos de Cliente de retalho e institucionais, sendo alguns dos negócios altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a nossa capacidade de antecipar ou reagir aos movimentos e oportunidades de mercado. Um factor chave na forma como investimos no nosso negócio ou nos mercados é o nosso foco nos *earnings at risk* e o tempo esperado para a concretização dos resultados.

Capital social e fontes de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social do BiG era de € 87.570.000, um acréscimo face aos € 75.082.920 do ano anterior, representado por 87.570.000 acções com o valor nominal de € 1 por acção. Os Capitais Próprios eram em 31 de Dezembro de € 107 milhões, contra € 102 milhões em 2007. O Banco aumentou o seu capital em duas

tranches durante o ano, exclusivamente para fazer face ao exercício de opções por parte da Administração e Colaboradores, as quais eram detidas no âmbito dos vários programas aprovados pela Assembleia Geral e pelo Comité de Remunerações desde 1999 (Nota 13). As transacções não foram ofertas públicas, nem foram associadas a qualquer necessidade por parte do Banco de aumentar o seu capital em resultado das condições de mercado.

O nível de adequação de capital referido *supra* reflecte, entre outros factores: a natureza do nosso negócio, o nosso apetite por risco de mercado e risco de crédito, e uma estratégia deliberada de manutenção dos níveis de adequação de capital e liquidez acima da média, especialmente tendo em conta as condições adversas durante 2008. Outros factores incluem o ambiente competitivo e as relativamente limitadas oportunidades de crescimento do balanço nas quais a Administração entendesse que a tomada de riscos seria adequadamente compensada. Considerando a desalavancagem generalizada do sistema, a queda de preços de certos activos e o reajuste do preço dos riscos em curso nos mercados, a Administração acredita que as oportunidades para crescimento do balanço poderão melhorar durante o exercício de 2009.

O perfil conservador de *funding* do Banco consolidou-se ainda mais em 2008. A crise de liquidez em curso e a perda de confiança nas instituições financeiras, levou a um aumento das taxas de juro no mercado interbancário na segunda metade do ano, e consequentemente a condições mais favoráveis para as actividades de tesouraria estruturalmente líquidas do Banco. Entretanto, o valor da nossa carteira de crédito a Clientes em contas margem tendeu a decrescer face à queda do valor dos activos, levando a uma liquidação generalizada voluntária ou força-

da do colateral subjacente. Estes créditos de curto prazo são garantidos por dinheiro ou valores mobiliários negociáveis cujo valor tende a exceder os montantes devidos por margens confortáveis (ver Risco de Crédito). No final do ano 2008, a carteira de crédito do Banco era de aproximadamente 28% dos capitais próprios médios, sendo que 98% dos empréstimos estavam integralmente garantidos por dinheiro ou valores mobiliários negociáveis. A base de depósitos de Clientes do Banco cresceu 5% no ano para € 295 milhões, cobrindo a carteira de crédito mais de dez vezes. Verificámos ainda que a política do Banco no sentido da manutenção de uma carteira altamente líquida de activos governamentais e de *investment grade*, as quais podem ser quase todos vendidos imediatamente ou por via de acordos de recompra de curto prazo para gerar liquidez, proporcionou um perfil de liquidez altamente confortável durante o ano, e durante os períodos mais turbulentos no mercado.

Dividendos

O Banco iniciou operações em Março de 1999, e gerou lucros em cada um dos últimos 10 anos. Em 2005, o Banco pagou o seu primeiro dividendo relativo ao exercício de 2004, com um *payout ratio* de 64%, tendo pago dividendos desde essa data conforme a tabela abaixo. Para o exercício de 2008, o dividendo proposto, sujeito a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, é de € 0,05 por acção, equivalente a um *payout ratio* de 61%. O Banco não tem uma política

rígida relativamente a dividendos, sendo a Administração livre de propor, e os Accionistas livres de aprovar, quaisquer aumentos ou reduções nos dividendos pagos em cada ano, de acordo com os resultados, as condições prevaletentes de mercado, a estratégia de aplicação de capital, e as limitações legais em vigor.

Composição da base Accionista

No final do ano de 2008, o Banco, que é detido por privados e não se encontra cotado, tinha aproximadamente 140 Accionistas. Nessa data, 66% das acções eram detidas por particulares, incluindo as posições da Administração, enquanto que 34% das acções eram detidas por institucionais. O principal Accionista era um investidor particular que detinha uma posição de 12,3%. Do conjunto de Accionistas registados em 31 de Dezembro de 2008, a soma das participações dos 7 maiores Accionistas em conjunto totalizava pouco mais de 50% das acções, enquanto que a soma das participações dos 11 principais Accionistas, todos com posições superiores a 2% cada, totalizava cerca de 67% das acções. A equipa de gestão do Banco, juntamente com outros membros dos órgãos societários, representava uma posição combinada de 21% do capital. Os grupos acima são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre Accionistas. Nos termos da legislação Portuguesa, uma lista dos principais Accionistas do Banco no final de 2008 está disponível na Nota 33.

T.6

Dividendos	2007	2006	2005	2004
Dividendo por acção	0,050€	0,040€	0,030€	0,025€
% Resultado do distribuído individual	34%	42%	42%	64%

Gestão de risco

O nosso negócio é assumir e gerir risco. As políticas e práticas que foram testadas de forma exemplar durante 2008 são discutidas adiante neste relatório.

Na tomada das nossas decisões e na gestão do risco por toda a organização, procuramos a todo o momento garantir que os nossos processos são bem concebidos, disciplinados, independentes, objectivos, e quantitativos. Os nossos processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e potenciar a sua estabilidade e rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco prossegue o objectivo de gerar receitas operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações são actualizadas regularmente e comunicadas a toda a organização respeitando, designadamente, a capacidade de monitorar transacções apropriadamente, o conhecimento dos Clientes, a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o nosso interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. Outro factor chave consiste na confiança nos nossos Colaboradores e na fiabilidade dos nossos sistemas para processar operações numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a identificação do risco, a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

Durante 2008, o ritmo de aquisição de Clientes abrandou ligeiramente, e os volumes transaccionados declinaram significativamente. Condições de mercado altamente voláteis testaram os processos, mecanismos de controlo e disciplina interna do Banco face a eventos pouco frequentes, tendo estes demonstrado serem eficientes e adequados.

As principais medidas de risco utilizadas por todo o Banco incluem *stress testing* de todas as principais classes de activos e derivados numa base diária, monitorização em tempo real de *Value at Risk (VaR)* e de *earnings at risk* ao longo do dia, bem como o uso de um conjunto de limites não estatísticos para risco de mercado. Simultaneamente, estas medidas estão interligadas com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para assegurar sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas. O nosso interesse pelo risco nas relações com Clientes, tal como reflectido na média diária de *VaR* de 0.45%, face às reservas médias de capital para o ano, foi moderada e abaixo do *VaR* médio face às reservas médias de capital de 0.52% em 2007. Enquanto que o livro de crédito, essencialmente composto por contas margem garantidas registou um decréscimo, o total dos activos remunerados cresceu 9% para € 497 milhões. As perdas relacionadas com crédito, bem como as perdas associadas a riscos operacionais, foram negligenciáveis no exercício, em virtude de um modelo de negócio assente em desenho de produtos com colaterais líquidos, baseados em processamento automático e disperso por um elevado número de pequenas operações. Os volumes processados pelo Banco continuaram a um nível razoável, embora mais baixos em relação a 2007, em resultado das condições adversas de mercado. A tomada de medidas para melhorar a tecnologia do Banco, de forma a manter elevados graus de cumprimento e controlo permanecem uma prioridade e formam parte de uma avaliação contínua dos

riscos operacionais associados com o negócio do dia-a-dia (cfr. Gestão de Risco).

Transparência nas nossas práticas de negócio

A Administração acredita que a boa governação começa com uma estrutura organizacional deliberadamente transparente e simples, com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração e os vários órgãos, de forma transversal a todos os colaboradores. O Banco é detido por um grupo diverso de Accionistas privados e institucionais, entre os quais se encontram os membros do Conselho de Administração. Não existem acordos entre Accionistas nem estatutos blindados. Desde a criação do Banco que procurámos alinhar os interesses dos Accionistas e da gestão, procurando também garantir uma separação entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado e aqueles que profissionalmente assumem e aceitam responsabilidades de gestão, por outro.

Acreditamos que a melhor forma de governação para qualquer organização começa pela sua cultura e pela integridade das pessoas que a compõem. A natureza e extensão da informação que divulgamos, patente neste documento, também reflectem um aspecto fundamental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas nossas relações com Accionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar de forma deliberada e detalhada não só em que consiste o nosso modelo de negócio, como também no seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco sublinha o exercício de explicar a boa governação enquanto um exercício diário de responsabilização de cada indivíduo. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização. Num

ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas concebidas para identificar e gerir riscos, e funções independentes de supervisão para assegurar a aderência a regras internas e externas.

Tal como em anos anteriores, concentramo-nos na aplicação de controlos operacionais eficazes, encorajamos a adopção de regras que levem a uma maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos o escrutínio pelo nosso modelo de negócio. Tomamos interesse activo na cooperação com os reguladores e mantemos os mais elevados níveis éticos nas nossas práticas comerciais.

Concorrência

O mercado Português opera com um número alargado de instituições financeiras que oferecem serviços que vão desde a banca universal até áreas específicas tais como a corretagem, gestão de activos e financiamento ao consumo. O mercado, a nível doméstico e internacional, é altamente competitivo, e esperamos que assim se mantenha. Portugal, em particular, é um mercado concentrado, com 5 instituições de crédito, uma das quais a Caixa Geral de Depósitos detida pelo Estado, detentoras entre si de uma quota de mercado de aproximadamente 70%, o que representa cerca do dobro da média comunitária. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros de pequena e média dimensão partilham a restante porção fragmentada do mercado. Consequentemente, enfrentamos concorrência em todas as nossas linhas de negócio de um conjunto alargado de operadores domésticos, e em certas linhas de negócio de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas

internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem aos serviços prestados pelo Banco em áreas como o aconselhamento a empresas. As distorções da concorrência são também comuns em Portugal. Enquanto maior cliente individual de serviços financeiros, directa ou indirectamente, o Estado tem a capacidade de influenciar o ambiente competitivo. O facto de sectores relevantes da economia Portuguesa serem detidos, directamente geridos, ou indirectamente influenciados pelo Estado, conjugado com a existência de participações cruzadas entre as principais empresas Portuguesas, e com a indicação ou aprovação de muitos dos membros dos seus Conselhos de Administração pelo Estado e pelos grandes Bancos, tende a reduzir a transparência e as oportunidades de negócio, desvirtuando, assim, a livre concorrência entre os vários intervenientes que concorrem por nichos de mercado.

A Comunidade Europeia reconheceu que a estrutura e natureza do mercado bancário Português cria barreiras à entrada e diminui a probabilidade de qualquer novo interveniente adquirir uma quota significativa de mercado. A Administração espera que continue a ser um desafio crescer por via de aquisições ou que seja capaz de ter uma parte significativa no processo por via do qual o sector bancário Português possa necessitar de se transformar, racionalizar ou consolidar.

Continuidade operacional e segurança de informação

A capacidade de continuarmos a operar sob circunstâncias excepcionais ou de catástrofe e a segurança da nossa base de informação são grandes prioridades para a Administração. Este é um processo evolutivo, que requer atenção regular, revisões e melhoramentos à medida que o Banco cresce, e as condições de mercado e o ambiente regulamentar mudam.

O Banco está neste momento no processo de completar algumas fases do seu plano de continuidade de negócio, iniciado em 2008. Os elementos chave deste plano incluem gestão de crises, instalações alternativas para áreas chave tais como *Trading* e operações, capacidades expandidas de processamento remoto, recuperação de dados e redundância de sistemas, e vários melhoramentos no processamento. Na área da segurança da informação, o Banco implementou uma infra-estrutura tecnológica de recuperação de dados localizada a uma distancia geográfica apropriada da sua sede, de acordo com as melhores práticas. Esta é uma adição ao centro principal de processamento de dados do Banco, situado num local seguro fora da cidade de Lisboa. O Banco melhorou os mecanismos de detecção de fraudes e a monitorização das actividades operacionais. Durante 2008, o Banco instalou *firewalls aplicacionais* e certificados digitais com novas capacidades *anti-phishing* para melhorar as capacidades já existentes.

Compliance

As questões de *compliance* estão a tornar-se progressivamente mais padronizadas na indústria, genericamente por via da globalização e legislação da União Europeia e, mais especificamente, em resultado de revelações de comportamento impróprio por parte de alguns participantes de mercado, em resultado directo dos eventos tumultuosos no mercado no último ano e meio. Ao representarem uma função chave dentro do Banco, sempre acreditámos que as questões de *compliance* envolvem mais do que funções ou conceitos. O *compliance* começa com uma cultura que encoraja o comportamento apropriado, o respeito pelas normas e uma preocupação com os interesses dos Clientes. Acresce ainda que sempre procurámos garantir a transparência, o respeito pelas normas e o comportamento competitivo responsável como, elementos diferenciadores do Banco na sua relação com os Clientes.

Perspectivas de negócio para 2009

No começo de 2008, a Administração esperava que o ambiente de negócio para o ano fosse negativo, e o nosso pessimismo era mais do que nunca justificado. Para 2009, com a maior parte do mundo claramente em recessão, esperamos que as perspectivas para os primeiros meses do ano sejam, pelo menos, desafiantes em várias frentes: um rápido abrandamento económico da maior economia do mundo; grandes bancos enfraquecidos pela crise do *sub-prime* e por uma supervisão pouco eficaz vêem-se agora forçados a recuar e recapitalizar; lucros mais baixos nas empresas; e continuada apatia e pessimismo nos mercados à medida que a recessão global se aprofunda. As taxas de juro de curto prazo nas principais moedas deverão manter-se baixas à medida que os Bancos Centrais tomam medidas para evitar a recessão económica. Portugal não é imune a estes eventos externos e, na realidade, debate-se com várias questões que lhe são próprias, e que envolvem transparência contabilística, violações sérias de questões de *compliance* em alguns Bancos, e casos específicos nos quais as intervenções dos reguladores, infelizmente, se tornaram necessárias.

Acreditamos que durante 2009 veremos uma continuação de um período prolongado de aversão ao risco e uma acelerada desalavancagem do sistema financeiro global, com pressão continuada nos preços de todas as classes de risco. A actividade no sector financeiro será provavelmente condicionada por um abrandamento da procura e uma economia estagnada, e caracterizada por critérios mais apertados de concessão de crédito, propensão reduzida pela tomada de risco, e maior escrutínio por parte dos reguladores.

Com um balanço forte, um leque alargado de produtos, um modelo de negócio crescentemente diversificado, excesso de capital e liquidez num momento em que ambos parecem ser escassos, a Administração não se encontra totalmente pessimista. Contudo, estamos cautelosos quanto à profundidade da recessão económica e à forma como esta afectará as perspectivas futuras de negócio.

Eventos desde o final de 2008

Adesão Mastercard

No primeiro trimestre de 2009 foi concluído o processo de adesão do Banco à rede MasterCard na qualidade de *Principal Member*, por forma a podermos disponibilizar aos nossos Clientes um cartão aceite em todo o mundo, indo assim ao encontro das suas necessidades a nível de conveniência. Este é o primeiro cartão de pagamento internacional a ser emitido directamente pelo BiG, e o seu lançamento está previsto para o Segundo trimestre de 2009.

Pagamentos

O Banco BiG passou a disponibilizar via Internet duas das mais utilizadas ferramentas de pagamentos em Portugal: os pagamentos de serviços e um menu exclusivamente dedicado à gestão de autorizações de débitos directos em conta. A disponibilização destas funcionalidades enquadram-se na estratégia do BiG em reforçar a sua oferta de serviços bancários recorrentes junto dos seus Clientes de retalho, por forma a intensificar o relacionamento diário com os mesmos.

Nova plataforma Futuros

O Banco BiG lançou em Janeiro a segunda versão da sua plataforma de negociação online de futuros nas principais bolsas mundiais de derivados. A nova plataforma MyFuturos foi desenvolvida por forma a

garantir um melhor serviço numa área de negócio muito competitiva e exigente, e está baseada na combinação das mais recentes tecnologias Microsoft.NET, SQL Server e WebServices, associadas à transferência de dados assíncrona Ajax, garantindo dessa forma um nível superior de fiabilidade nas comunicações com o mercado e maior dinamismo em tempo real através de técnicas de cache de dados.

Novo cartão Visa

Foi iniciado no primeiro Trimestre de 2009 o lançamento do novo cartão de crédito do Banco BiG, com novas funcionalidades, e já incorporando a tecnologia Chip EMV. O Banco mantém a parceria com a UNICRE, procurando beneficiar de forma mais efectiva do *know-how* desta empresa neste segmento de negócio, garantindo em simultâneo que o BiG não assume qualquer risco de crédito neste produto.

Inclusão de Citigroup no DirectTrade - Warrants

A Plataforma Direct Trade, que coloca ao dispor dos Clientes a possibilidade de negociar Warrants em mercado de balcão com custos mais reduzidos e em horário alargado, foi melhorada, passando a facultar também acesso à negociação de Warrants emitidos pelo Citi Group.

Cooptação de um 5º membro efectivo do Conselho de Administração

Em Março 2009, o Conselho de Administração passou de 4 para 5 membros com a cooptação do Engº Paulo Figueiredo, responsável pela área tecnológica do Banco desde o seu lançamento. Este acto será submetido a ratificação pela Assembleia Geral de Accionistas.

ORGANIZAÇÃO

Estrutura legal e órgãos sociais

A estrutura organizacional do grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha 41,01% da BiG Capital, SGPS, SA, uma subsidiária que por seu turno detinha 100% do capital da BiG Capital, SCR, SA. A primeira é uma *holding* para o investimento e gestão de participações sociais do Banco, enquanto a última gere um fundo de *private equity* especializado em aquisições, *Lead Capital* - fundo de capital de risco para investidores qualificados. Na mesma data, o Banco também detinha directamente 100% do capital da BiG Serviços Financeiros, SA, criada em 2008, que gere o património imobiliário do Banco e presta serviços de assessoria financeira.

BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL



41,01%
BiG Capital, SGPS, SA
Negócio: Gestão de Participações Sociais
Capital Social: € 16.000.000



100%
BiG Serviços Financeiros, SA
Negócio: Gestão Imobiliária e assessoria financeira
Capital Social: € 150.000



100%
BiG Capital, SCR, SA
Negócio: Capital de Risco
Capital Social: € 750.000

O modelo de distribuição de retalho do Banco centra-se numa robusta plataforma baseada na *Internet* www.bigonline.pt e inclui uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em agências em Lisboa (4), Porto, Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora e Viseu. O Banco espera expandir selectivamente a sua rede de localizações físicas durante 2009 e 2010 se as condições de mercado assim o

permitirem. Os negócios com clientes institucionais são geridos por equipas específicas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma outra entidade *offshore* nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. No final de 2004, o Banco adquiriu um lote na Avenida 24 de Julho em Lisboa, para localização da sua futura sede. O imóvel encontra-se em construção desde Setembro de 2007, estimando-se que possa ser ocupado a partir do terceiro trimestre de 2009.

A marca de retalho do Banco, *Bigonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na *Internet* gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer personalidade jurídica autónoma. A marca complementar *Banco BiG* foi introduzida em 2006 para unificar a nossa imagem em antecipação do lançamento do nossa abordagem generalista a aconselhamento de investimento por via das nossas agências físicas.

Governo da Sociedade

A lógica de organização interna do Banco, e das entidades necessárias para atingir os nossos objectivos, são matéria regularmente passível de revisão e dependem da vontade da Administração de manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre o negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados. O Banco BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir, e na generalidade cumpre com as recomendações

da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades, sempre que sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco.

De acordo com os estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos Accionistas. A cada grupo de mil acções corresponde um voto. Os Accionistas detentores de menos de 1.000 acções podem agrupar-se de forma a completar esse número, fazendo-se representar por qualquer um dos agrupados.

Os órgãos estatutários do BiG são:

Assembleia Geral: Composta por um Presidente e um Secretário, eleitos pelos Accionistas para mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades incluem convocar e presidir às reuniões anuais ordinárias e extraordinárias de Accionistas.

Conselho Consultivo: Composto actualmente por 15 indivíduos, congrega os principais Accionistas do Banco. Os Membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual também tem assento no Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo reúne em média três vezes por ano para debater estratégia e emitir recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não vinculam formalmente o Conselho de Administração.

Conselho de Administração: Composto no final do exercício por quatro membros executivos que gerem o Banco directamente numa base diária. Eleito por mandatos de quatro anos, todos os membros são executivos com experiência bancária. Embora os seus membros sejam seleccionados tendo por base a sua experiência bancária relevan-

te, cada um é também um Accionista minoritário a título individual, e independente de qualquer interesse Accionista. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos (sistema monista), não existindo uma Comissão Executiva autónoma, sendo as funções de Presidente e CEO exercidas pela mesma pessoa. O Conselho de Administração inclui um Vice-Presidente / COO.

Fiscal Único: Representado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas eleito por mandatos de 4 anos, este órgão responde directamente aos Accionistas. As responsabilidades do órgão incluem auditorias periódicas independentes das contas de acordo com as políticas de padrões internacionais de contabilidade.

Audidores e Consultores externos:

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é a KPMG. Em 2006, o Banco estabeleceu uma política de rotação periódica de auditores, habitualmente por períodos que não deverão exceder 2 mandatos ou 2 quadriénios. Durante 2008, o Banco retomou a sua prática de manutenção da independência das funções de auditoria externa e fiscalidade, contratando a *Deloitte* como consultor fiscal. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Supervisão interna:

A compensação do Conselho de Administração é determinada periodicamente por um Comité de Remunerações autónomo, composto por Accionistas independentes, eleitos pela Assembleia Geral. A responsabilidade de gestão funcional, tal como acima identificado, é depositada nos membros do Conselho de Administração, aos quais os vários responsáveis de *Trading*, *front office* e *back office* reportam. As funções de conta-

bilidade, auditoria e controlo, *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam directamente aos membros do Conselho de Administração.

Recursos Humanos

Os nossos quadros são, sem dúvida, o nosso principal activo. O seu recrutamento, formação e desenvolvimento de carreira envolvem a gestão sénior do Banco ao mais alto nível. Com o crescimento do Banco, este tema, a par da criação de uma cultura de pessoas com valores semelhantes, torna-se numa tarefa que exige cada vez mais tempo, mas entendemos que se trata de um válido investimento no presente e no futuro. Em regra, tendemos a recrutar pessoas que partilham dos nossos valores fundamentais que incluem não apenas a excelência académica, mas também a capacidade de liderar, pensar analiticamente, inculcar responsabilidade, trabalhar em equipa e causar impacto no negócio com os nossos Clientes. Neste ambiente, combinamos a instrução formal, a formação na função e uma tradição de desenvolvimento de relações de *mentoring*. Em 2007, a idade média dos quadros do BiG era de 31 anos, sendo que 81% dos colaboradores detinha pelo menos uma graduação universitária.

Durante 2008, o número médio de quadros excluindo a Administração foi de 138, o que compara com 115 no final de 2007 (nota 12). Considerando as condições de mercado, o Banco abrandou os seus planos de incremento nas equipas de vendas relacionados com a expansão física tendo genericamente mantido ou reduzido as funções nucleares de processamento nas áreas de produto até que surjam sinais de melhoria das condições de negócio.

Entidades Reguladoras

O Banco de Investimento Global, SA é uma instituição registada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), as duas principais entidades responsáveis pela supervisão das actividades financeiras em Portugal.

Banco de Portugal

Data do registo especial com o Banco de Portugal: 5 de Fevereiro de 1999, com o número 61.
www.bportugal.pt

CMVM

Data da autorização da CMVM: 8 de Março de 1999, com o número 263.
www.cmvm.pt

Em linha com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de Julho, que transpõe a Directiva n.º 2002/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a partir de 9 de Dezembro, com respeito a intermediação de seguros, o BiG encontra-se registado no Instituto de Seguros de Portugal como mediador de seguros ligado.

Reporte Legal e Informação de Gestão

Desde 2006, o Banco reporta as suas contas de acordo com Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Esta é a base da apresentação e análise na secção intitulada RESULTADOS DAS OPERAÇÕES nas demonstrações financeiras consolidadas e nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Além da prestação legal de contas, a Administração também analisa e revê os resultados dos segmentos de negócio e centros de

receitas individuais numa base operacional ou de gestão interna, de forma a avaliar o desempenho das áreas de negócio e dos indivíduos, assistindo ao planeamento e alocação de capital e decisões de grandes investimentos (Cfr. Guia de apresentação de dados financeiros na secção Resultados de Operações).

RESULTADOS DE OPERAÇÕES

Ambiente de negócio

Global

O ano de 2008 traduziu um momento de viragem muito relevante no que respeita ao ritmo da tendência de crescimento económico mundial que se havia assistido num período recente. Na base da degradação do clima económico e dos níveis de confiança dos agentes de mercado esteve o agravamento dos problemas que emergiram já em 2007 relacionados com a debilidade do mercado imobiliário norte-americano e o seu contágio a instrumentos garantidos e outros veículos especiais de investimento presentes nos balanços das instituições financeiras a nível mundial. A fragilidade dos rácios de capital dos bancos e os prejuízos sofridos com a exposição aos denominados activos tóxicos colocou pressão sob a sustentabilidade do sector financeiro nos moldes actuais e relevou a necessidade de serem implementadas um conjunto de medidas de apoio dos Governos ao respectivo segmento. Pese embora esta realidade, verificou-se a falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro último, o que acentuou a instabilidade no segmento e fomentou o pessimismo geral, o que de contribuiu para o agravamento da crise económico-financeira desde então.

Segundo informação disponibilizada pelo FMI, o crescimento económico global que- dou-se por 3,4% em 2008 (vs 5,2% em 2007), sendo que o principal contributo para este valor adveio essencialmente das economias em desenvolvimento – África (+5,2%), Médio Oriente (+6,1%) e Ásia emergente (+7,8%). Refira-se que a retracção da actividade foi mais pronunciada no segundo semestre, período no qual as principais economias mundiais não escaparam a um cenário de recessão. Por sua vez, os mercados emergentes evidenciaram um perfil de crescimento relati-

vamente sólido no primeiro semestre, o que suportou a manutenção de algumas tensões inflacionistas, em particular no respeito a evolução do preço dos bens alimentares e das matérias-primas. O abrandamento significativo do crescimento económico destas economias na segunda metade do ano dissipou gradualmente as pressões inflacionistas, verificando-se a inobservância de um hipotético cenário de *decoupling* do crescimento entre bloco desenvolvido e mercados emergentes, o que penalizou de forma acrescida a expansão global. Ainda que os principais blocos mundiais tenham adoptado políticas monetárias expansionistas para contrariar o clima recessivo, o frágil panorama macro-económico e empresarial originou fortes correcções no preço da generalidade dos activos financeiros, tanto na vertente Accionista como na vertente obrigacionista – sendo que os principais índices de acções mundiais registaram quebras entre 40 a 50% em 2008, e os *spreads* de crédito alargaram de forma significativa. Em função do agravamento da crise económico-financeira, as diversas matérias-primas registaram igualmente um movimento correctivo bastante pronunciado no segundo semestre, ao passo que a crescente volatilidade caracterizou também o mercado cambial, tendo o dólar norte-americano encetado uma recuperação significativa no nesse período nomeadamente face à divisa europeia, reflectindo o perfil de refúgio do USD e a acelerada deterioração económica na Zona Euro.

A escalada da crise de crédito condicionará o cenário macro-económico a médio prazo, sendo que a redução da base de capital da Banca reflectir-se-á na menor disponibilidade para a concessão de crédito, uma situação que foi já visível em 2008, período que ficou marcado por um número bastante limitado de movimentos corporativos, nomeadamente envolvendo cenários de fusões

e aquisições. Segundo indicadores avançados pelo FMI, é expectável que em 2009 o crescimento económico mundial continue a abrandar significativamente, fixando-se em 0,5%, num período que poderá ficar marcado por uma contracção global da generalidade das economias desenvolvidas, cujo declínio do PIB poderá atingir 2% face ao ano transacto - um dos registos mais frágeis deste indicador observado desde a década de 50.

Estados Unidos da América (EUA)

Apesar do surgimento da crise financeira e da deterioração do mercado imobiliário, a economia norte-americana registou uma expansão de 1,1% em 2008, ainda que se tenha assistido a um comportamento bastante distinto da economia dos EUA nos dois semestres do ano. Relativamente ao primeiro semestre de 2008, o comportamento favorável da economia norte-americana foi impulsionado pelo incremento das exportações e pelo impacto das políticas de incentivo anunciadas pela Administração norte-americana que contribuirão favoravelmente para o aumento do consumo privado e da actividade empresarial. Por outro lado, no segundo semestre a economia norte-americana não escapou a um cenário de recessão, pese embora a adopção de uma política monetária expansionista agressiva adoptada pelo FED que levou, entre outras medidas, a taxa de juro directora para 0,25% no final do ano, consubstanciando-se num conjunto de medidas que se revelaram insuficientes na tentativa de estimular a economia e devolver uma maior confiança aos diversos agentes de mercado. A instabilidade no mercado de crédito foi agravada pela progressiva deterioração do mercado imobiliário, reflectindo a subida da taxa de incumprimento do crédito hipotecário e a respectiva execução das hipotecas. Adicionalmente, a produção industrial registou uma queda abrupta, em particular

no último trimestre do ano, um cenário que reflecte os menores níveis de consumo privado e a quebra das exportações que, em parte, ficou a dever-se à forte recuperação do dólar norte-americano relativamente à generalidade das divisas internacionais na segunda metade do ano. Noutra âmbito, as correcções violentas sofridas pelas diferentes matérias-primas, tal como a redução e a subida acentuada da taxa de desemprego (7,2% em Dezembro), que assim superou os valores máximos observados no último período de recessão, acabaram por eliminar totalmente as pressões inflacionistas que ainda se observaram no primeiro semestre do ano. Refira-se que este cenário fez emergir os receios dos investidores quanto a um eventual espectro deflacionário no curto prazo, uma situação que se afigura como uma possibilidade ainda prematura e que deverá ser mitigada pelo impacto favorável das políticas de estímulo anunciadas pela Administração Obama, tanto mais que nos EUA antecipa-se uma quebra de preços no curto prazo que deverá ser seguido com inflação muito ligeira num horizonte temporal mais alargado. Em 2009, as projecções do FMI apontam para um crescimento negativo da economia norte-americana de 1,6%, uma situação que reflecte o efeito progressivo de contágio da crise financeira sobre os diversos segmentos da economia real.

Europa

Depois do ano de 2007 ter demonstrado alguns sinais de abrandamento, o Produto Interno Bruto da Zona Euro registou uma clara desaceleração em 2008, finalizando o ano, segundo o FMI, com um crescimento de 1,0%. Desta forma, o mercado de emprego acabou por não resistir a esta realidade, e em função do reajuste das empresas ao panorama económico vigente, a taxa de desemprego registou um aumento gradual ao longo de 2008, com especial incidência na segunda metade do ano (7,48% em Dezembro).

Este conjunto de situações e as inúmeras dificuldades sentidas por diversas instituições, com maior pendente no sector financeiro e automóvel, contribuíram para uma forte deterioração da confiança dos consumidores, sendo que este indicador registou uma leitura de 68,9 pontos em Dezembro de 2008 (vs 105,2 no final de 2007). Ao nível da evolução dos preços, assistimos a duas realidades totalmente distintas, passando dos receios de um agravamento da inflação no primeiro semestre para os receios de um período deflacionário no final de 2008. Ao nível da política monetária, depois de em Julho o BCE ter aumentado a taxa de juro directora para 4,25%, numa clara demonstração de que a sua prioridade era o controlo da inflação mesmo perante o abrandamento da economia, o expressivo *sell-off* observado nas matérias-primas acabou por conferir alguma margem de manobra para que o BCE terminasse o ano com a taxa de juro directora nos 2,5%. Apesar da recente correcção da divisa europeia face ao dólar norte-americano que poderia até favorecer o nível de exportações deste bloco, a deterioração macro-económica da Zona Euro deverá acelerar em 2009, sendo que o FMI estima que o PIB na região contrair-se-á em 2,0% no período, penalizado essencialmente pelo comportamento económico depressivo de alguns dos mais importantes países membros da UE, casos da Alemanha, França e Espanha que poderão registar quebras do PIB em 2,5%, 2,1% e 1,7%, respectivamente, face ao ano transacto.

Portugal

Segundo o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto português deverá ter registado um crescimento de 0,3% em 2008, depois de ter verificado um aumento de 1,9% em 2007, um abrandamento que se situou em linha com as principais economias mundiais. A redução

da actividade económica em 2008 terá sido justificada pela quebra significativa do crescimento das exportações nacionais (+7,6% anuais em 2007 face aos +0,6% anuais em 2008) e pela diminuição dos níveis de investimento, com a formação bruta de capital fixo a registar uma contracção de 0,8% em 2008 face à expansão de 3,2% alcançada em 2007. O índice harmonizado de preços do consumidor deverá ter alcançado um crescimento de 2,4% em 2007 para os 2,7% em 2008, sendo que a taxa de desemprego registou um ligeiro incremento em 2008, fixando-se nos 7,5% face aos 7,4% registados em 2007. Para 2009, o Banco de Portugal projecta uma contracção do PIB em 0,8%, justificado na sua maioria pela redução do investimento, quebra do consumo dos agentes económicos nacionais e pelo contributo negativo da balança comercial, com particular destaque para as exportações que deverão registar uma redução de 3,6% em 2009 (vs +0,6% em 2008). No que diz respeito ao investimento é esperada uma redução mais acentuada deste componente, antecipando-se uma diminuição de 1,7% em 2009 (vs -0,8% em 2008), o que deverá reflectir a maior dificuldade na obtenção de crédito e o aumento dos *spreads* das taxas de juro. Em relação ao consumo privado, é expectável uma desaceleração deste indicador em 2009 (+0,4%) face ao ano anterior (+1,4%), traduzindo o crescente pessimismo dos agentes económicos face à actual situação económica e a deterioração do mercado de trabalho. A nível orçamental, à semelhança de 2008, prevê-se a relativa manutenção dos níveis de despesa do Estado.

Guia para apresentação dos resultados financeiros

O resumo abaixo incide sobre resultados seleccionados com base nas contas legais reportadas de acordo com as NIC e deve

ser lido em conjunto com as *Demonstrações Financeiras Consolidadas* e Notas anexas que seguem o Relatório de Gestão. Acresce que o Banco prepara internamente os resultados numa base de gestão, apresentada abaixo nesta secção em *Resultados Operacionais por Segmentos de Negócio*. A apresentação de resultados numa base de gestão se baseia nos modelos que alocam os resultados contabilísticos do Banco e que são utilizados pela Administração para avaliar os resultados do Banco por área de negócio, equipa de vendas ou grupos de produtos, entre outros, e compara os resultados internamente face aos orçamentos e objectivos. Os resultados numa base de gestão são organizados em formato diferente para fins de discussão e análise interna; contudo, as apresentações numa base de gestão reconciliam integralmente com os resultados legais do Banco.

Resumo Financeiro

- **Resultado líquido consolidado de € 6,4 milhões em 2008, face aos € 11,3 milhões registados em 2007**
- **Queda das receitas líquidas para cerca de € 24 milhões**
- **Comissões líquidas de € 13,2 milhões, 23% menos do que em 2007**
- **Receitas líquidas de Trading positivas, mas menores**
- **Rácio de eficiência de 57% contra 58% no ano anterior**
- **Rácio de capital ajustado ao risco de 31%**

O ano passado foi no Banco BiG um período de contenção, em lugar de expansão, de preservação de capital, em lugar de tomada de riscos, e de reflexão sobre os elementos fundamentais do nosso negócio, por oposição à assunção da continuidade das tendências anteriores. Os efeitos da crise financeira

e da recessão económica global que se lhe seguiu foram sentidos em todos os aspectos da actividade bancária e deverão continuar em 2009. A maioria dos Bancos mundiais sobreviveu, embora muitos com assistência e intervenção governamental directa, enquanto outros falharam, e com justeza.

O Banco ultrapassou a tempestade de 2008 e as suas consequências com o seu capital, base de *funding* de retalho e reputação, intactos. Contudo, o abrandamento económico teve impacto na geração de receitas em 2008, uma tendência que a Administração acredita que continuará no futuro previsível.

As receitas operacionais recuaram 29% para € 24,3 milhões, enquanto que os resultados líquidos decresceram de €11,3 milhões em 2007 para € 6,4 milhões em 2008, uma queda de 43% face ao ano anterior. A maioria das classes de receita e linhas de negócio registaram reduções, sendo as maiores registadas pela área de *Trading*, que esteve

mais directamente exposta aos eventos caóticos de 2008. Só os resultados líquidos de juros cresceram durante o ano. A posição *underweight* do Banco em risco de crédito, combinada com os excedentes de liquidez antes e durante a crise de crédito foram úteis face ao agravamento do congelamento do crédito que se seguiu à falência da Lehman Brothers. Em resultado, o Banco foi capaz de aplicar fundos nos mercados interbancário e de dívida empresarial com resultados acima do habitual. As Comissões líquidas de € 13,2 milhões foram elevadas relativamente a anos recentes, lideradas pela corretagem de retalho e institucionais, mas abaixo do resultado recorde do ano anterior. Outras receitas foram provenientes da execução de *block trades* e receitas diversificadas provenientes de garantias, gestão de activos, mandatos de assessoria financeira a empresas e comissões bancárias. Os resultados de *Trading* e mercados foram positivos, mas substancialmente abaixo dos obtidos no ano anterior, representando um dos piores anos para este

negócio desde que o Banco foi fundado há dez anos.

Numa base de gestão, o negócio de Clientes de retalho do Banco gerou € 9,6 milhões, ou 38% das receitas líquidas totais de 2008, contra € 12,1 milhões, ou 35% do total de receitas líquidas em 2007. As principais componentes são receitas de actividades de corretagem e margem financeira, provenientes de actividades de tesouraria e crédito para suportar actividades de *Trading* por Clientes. A margem financeira manteve-se inalterada, apesar da queda substancial na utilização de crédito, perante a liquidação de posições por parte dos Clientes que transferiram os seus activos para aplicações de menor risco à medida que o ano progrediu, enquanto as receitas de corretagem registaram um declínio de 25% em função dos menores volumes transaccionados. As actividades dos Clientes institucionais geraram receitas líquidas de € 10,8 milhões, contra € 13,2 milhões no ano anterior. As receitas desde segmento de Clientes representaram 43% do total em 2008, o que compara com 37% em 2007, e incluem comissões mais elevadas de aconselhamento a empresas, e receitas sólidas da negociação de *block trades*, *market making*, e soluções de gestão de risco para Clientes empresariais e institucionais. *Trading* e Mercados, que numa base de gestão é apresentado líquido do negócio de Clientes e margem, contribuiu com € 1 milhão em receitas líquidas, num ambiente de mercado muito difícil, bastante abaixo do planeado, e 85% abaixo dos resultados do ano anterior. O Banco esteve *underweight* em todas as classes de activos e conservador na tomada de posições durante todo o ano. A utilização média dos limites, tal como acima notada, foi de aproximadamente 20%. Os resultados de *Trading*, descritos abaixo em maior detalhe, foram positivos em negociação de instrumentos cambiais e de taxa fixa, mas negativos em posições de rendimento variável.

T.7	€/000	
Receitas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	21.626	16.202
Juros e encargos similares	-11.936	-6.701
Margem Financeira	9.691	9.501
Rendimentos de instrumentos de capital	887	0
Rendimentos de serviços e comissões	21.520	28.013
Encargos com serviços e comissões	-8.303	-10.74
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-7.242	7.147
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.417	599
Resultados de reavaliação cambial	3.306	101
Resultados de alienação de outros activos	0	0
Outros resultados de exploração	72	-1.092
Outros gastos administrativos	0	0
Produto Bancário	24.348	34.020

No conjunto, as tendências seguidas pelos Clientes e pelo Banco no actual ambiente favoreceram o crescimento da liquidez e uma perspectiva geral no sentido de aplicações de menor risco por oposição a investimentos de maior risco. Com uma base de depósitos mais alargada e oportunidades crescentes para aproveitar o alargamento dos *spreads* sobre activos empresariais de boa qualidade, o Banco incrementou a estratégia iniciada em 2007 e concentrou-se na acumulação de uma base estável de activos geradores de receita durante o ano. Os resultados reflectem-se num ligeiro aumento da margem líquida de juros, apesar do peso das comissões na estrutura de receitas e da importância das áreas de *Trading* como fonte de conhecimento e aconselhamento para os negócios de Clientes. A estratégia de manutenção de uma margem financeira consistente em detrimento de uma dependência de receitas sensíveis ao mercado, afectou os resultados mas preservou o capital.

Os custos operacionais do Banco são domi-

nados por três categorias: (i) despesas com remunerações, (ii), custos de funcionamento que estão intimamente correlacionados com o número de colaboradores, e (iii) a nossa gestão dos investimentos na estratégia de retalho do Banco, que envolve investimentos em sistemas e agências físicas. Uma porção das despesas de remuneração representa os bónus discricionários associados a objectivos de desempenho, e podem variar de ano para ano. Em 2008, o conjunto das despesas caiu 25%, acompanhando uma menor actividade do negócio, um controlo apertado dos custos operacionais, e uma redução substancial da provisão para remuneração variável. Quando analisado para o período 2003 – 2008, a taxa média nominal de crescimento das despesas foi de 11%, contra um crescimento de 18% nas receitas para o mesmo período.

Durante o exercício de 2008, a despesa com remunerações caiu 37% em termos absolutos. O número de colaboradores permaneceu inalterado, mas face às condições de mercado e ao desempenho de várias áreas face ao plano de negócios, a Administração

decidiu reduzir a porção habitualmente significativa da despesas com remuneração associada a incentivos variáveis relacionados com o desempenho. Estes podem ser comissões pagas aos colaboradores das áreas de vendas, ou bónus pagos anualmente numa base discricionária. Excluindo alocações para o fundo de pensões integralmente financiado, a componente fixa dos salários subiu 5%, ou seja, metade do ritmo do ano anterior. Os custos relacionados com remunerações representaram no seu conjunto 55% dos custos totais, o que compara com 66% em 2007, e 65% em 2006. Os custos com Recursos Humanos enquanto percentagem do total dos custos operacionais caiu ligeiramente para 34% em 2008, de 39% em 2007 e 40% em 2006.

As despesas Administrativas incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, custos de licenciamento, acordos com mercados regulamentados e fornecedores conexos, ocupação de espaço e outras despesas relacionadas com o funcionamento do Banco. Embora tendam a ser intimamente correlacionados com o crescimento do número de colaboradores, os custos nesta categoria decresceram em 2008 em 20% para € 4,4 milhões. A redução deveu-se em parte a provisões feitas em 2007 para projectos completados em 2008 e ao resultado de uma gestão globalmente cuidadosa das despesas durante o ano. O aumento anual médio em despesas administrativas no período 2003 – 2008 foi de aproximadamente 4%.

As despesas com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com investimentos em *hardware* e outro equipamento, licenças, e instalações. O Banco realiza investimentos e actualiza a sua infra-estrutura de TI de modo a garantir execução de qualidade, segurança ao mais alto nível, e

T.8	€/000	
Custos	2008	2007
Custos com pessoal	-8.357	-13.170
Gastos gerais administrativos	-4.362	-5.482
Depreciação e amortizações	-1.142	-1.163
Provisões líquidas de reposições anulações	1.795	-184
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-30	-53
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-1.066	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-147	6.095
Diferenças de consolidação negativas	0	0
Outros custos	0	0
Custos Totais	15.102	20.046

redundância apropriada. Investimos em soluções externas de TI e em equipamento para suportar a nossa infra-estrutura e alocamos recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Além da tecnologia, o Banco tem investido na sua rede de agências, que também impacta esta categoria. A despesa com amortizações reduziu-se em 2% face ao ano anterior em termos absolutos, o que incluiu uma redução das despesas relacionadas com TI em 18%. Isto mais do que compensa o aumento das amortizações relacionadas com a expansão física de agências em 2007 – 2008. No exercício, esta categoria de despesas foi mais baixa do que no ano 2000, ano em que foi realizado um investimento significativo em *software* de base. Nos últimos cinco anos, o aumento anual médio nesta categoria de despesa foi de -0,6%.

Outros custos significativos, totalizando € 1,1 milhões em 2008, representaram o valor negativo de mercado de activos detidos na carteira de investimento, cujo valor intrínseco a Administração acredita ser superior ao preço de mercado.

T.9

	€/000	
Resultados	2008	2007
Resultados Operacionais	9.246	13.974
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-404	51
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	8.842	14.025
Impostos correntes	-2.453	-3.508
Impostos diferidos	37	751
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	6.426	11.268
Interesses minoritários	0	0
Resultado do exercício	6.426	11.268

T.10

Eficiência	2008	2007	VaR % 2008 vs 2007
Margem financeira / Activo remunerado	1,94%	2,07%	-7%
Custos transformação / Produto bancário	56,93%	58,25%	-2%
Custos pessoal / Produto bancário	34,32%	38,71%	-11%
Solvência	2008	2007	VaR % 2008 vs 2007
Capitais próprios / Activos totais	19,07%	19,51%	-2%
Rácio de solvabilidade	31,00%	35,50%	-13%
Rendibilidade	2008	2007	VaR % 2008 vs 2007
Return on Average Assets (ROA)	1,18%	2,41%	-51%
Return on Average Equity (ROE)	6,13%	11,40%	-46%
RAI / Activo Líquido Médio	1,63%	11,40%	
RAI / Capitais próprios Médios	8,43%	3,00%	
Produto bancário / Activo Líquido médio	4,48%	14,18%	

Os resultados antes de impostos foram de € 8,8 milhões, o que compara com € 14 milhões em 2007, e inclui o efeito negativo da consolidação das perdas *mark to market* na BiG Capital, SGPS. A taxa de imposto no

ano aumentou para perto de 28%, o que compara com 20% em 2007, uma vez que existiram menos oportunidades de poupanças fiscais na estratégia de investimento do Banco.

Com receitas decrescentes em 2008, mas controlos agressivos e proactivos sobre a base de custos, o rácio de eficiência do Banco melhorou ligeiramente face ao ano anterior. A base de capital do BiG e os rácios de solvabilidade continuam excepcionalmente fortes, enquanto que os indicadores de rentabilidade mostram os efeitos da recessão de mercado e resultados líquidos mais baixos em 2008. A identificação de oportunidades de crescimento explorando os negócios actuais, e ao mesmo tempo controlando os efeitos negativos de potenciais surpresas, serão a principal prioridade da Administração durante 2009.

T.11

€/000

Resultados operacionais por segmento de negócio

Particulares	2008	2007	2006
Proveitos líquidos	9.580	12.099	7.845
Custos operacionais	-7.440	-7.606	-5.736
Proveitos antes dos impostos	2.140	4.493	2.109
% Proveitos operacionais / total	38%	34%	34%
% Custos operacionais / total	63%	59%	54%
Institucionais & Empresas	2008	2007	2006
Proveitos líquidos	10.828	13.201	6.726
Custos operacionais	-2.865	-3.142	-3.055
Proveitos antes dos impostos	7.963	10.059	3.671
% Proveitos operacionais / total	43%	37%	33%
% Custos operacionais / total	24%	24%	29%
Trading & Mercados	2008	2007	2006
Proveitos líquidos	999	7.148	7.588
Custos operacionais	-1.568	-2.091	-1.842
Proveitos antes dos impostos	-569	5.057	5.746
% Proveitos operacionais / Total	4%	20%	34%
% Custos operacionais / Total	13%	16%	17%

Resultados operacionais por segmento de negócio

O Banco é gerido com base numa matriz de segmentos de negócio, que incluem áreas globais de Clientes, o nosso negócio de *Trading* e investimentos, e várias áreas de produto. Esta secção revê os resultados operacionais do BiG com base numa apresentação interna da gestão das nossas receitas e despesas associadas com as principais divisões internas de ganhos e perdas. Estas contas, embora apresentadas em diferentes

formatos, são reconciliadas com os dados financeiros reportados numa base legal. Para mais informação, consulte a Nota 4.

Retalho especializado

O Banco atrai diariamente novos clientes para a sua plataforma de retalho, e esta tendência continuou em 2008, a um ritmo semelhante ao ocorrido em 2007, particularmente uma vez que a turbulência de mercado se intensificou durante o ano. Enquanto a actividade relacionada com corretagem, serviços bancários, e produtos relacionados

com gestão de activos dominou as preferências dos Clientes no ano, os níveis absolutos reduziram-se quando comparados com o ano anterior, tal como o peso das comissões geradas no total dos resultados. As receitas operacionais líquidas do negócio de retalho foram de € 9,6 milhões, registando uma queda de 21% face ao ano anterior. Deste total, as comissões líquidas foram € 4,4 milhões, ou 45% do total, contra 53% do total em 2007. À medida que os Clientes procuraram refúgio de mercados em queda, tenderam a mover-se para *cash* ou depósitos a prazo. As receitas de negócio relacionado com margem consequentemente mantiveram o seu ritmo face ao ano anterior, apesar da queda das taxas de juro nominais e uma quebra significativa da utilização de alavancagem para *Trading* e outros propósitos, garantida por activos negociáveis detidos como garantia.

Esta tendência foi global à medida que os volumes negociados no mercado se reduziram, os mercados caíram, e o valor dos activos em quase todas as classes de activos atingiram níveis significativamente baixos.

Durante o ano, o Banco abriu poucas novas agências, racionalizou outros aspectos da rede física, e investiu na sua plataforma de Internet. Além de expandir a plataforma de serviços bancários e de poupança, o Banco BiG desenvolveu uma plataforma proprietária *online* em *real time* para transacções cambiais (FX) e redesenhou a sua plataforma de negociação de futuros, sendo esperados mais melhoramentos em 2009.

Apesar da queda nos volumes negociados à medida que as valorizações de mercado caíram para 50% no caso do PSI-20 em Portugal, o BiG manteve a sua quota relativa de mercado em produtos chave de *Trading*, relativamente a 2007.

T.12 €/000

Retalho Especializado	2008		2007		Var % 2008 vs 2007
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	4.352	45%	6.369	53%	-32%
Margem financeira	3.995	42%	4.114	34%	-3%
Comissões bancárias	631	7%	517	4%	12%
Trading/Vendas	602	6%	1.099	9%	-45%
Assessoria financeira	0	0%	0	0%	0%
Outros proveitos	0	0%	0	0%	0%
Total	9.580	100%	12.099	100%	-21%

T.13 €/000 (excepto nº de ordens)

Quotas de Mercado Intermediação Financeira - Ano 2008	Quota de mercado	Ranking	Volume de mercado	Varição 08/07
Intermediação Financeira via Internet				
Acções e Warrants	17%	1	16.121.028	-32%
Futuros	22%	2	23.653.737	-3%
Nº de ordens executadas	14%	1	2.149.470	-1%
Intermediação Financeira Total				
Acções	4%	6	86.572.354	-35%
Warrants	31%	1	769.655	-42%
Futuros	5%	4	217.464.118	22%

Fonte: CMVM. Relatório Estatístico relativo à actividade de recepção de ordens executadas por conta de outrem (Jan. a Dez. 2008)

T.14

Percentagem das receitas de intermediação via Internet						
2008	2007	2006	2005	2004	2003	
80%	65%	66%	57%	58%	56%	

Nota: Exclui Block Trading

O negócio de retalho do Banco evoluiu continuamente durante os últimos oito anos de uma plataforma especializada em *Trading* e investimento, para uma oferta de serviço integral para o Cliente individual, incluindo

contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos, soluções de crédito, e um leque alargado de produtos de poupança e investimento quer para Clientes que procuram investimento assistido,

quer plataformas mais sofisticadas *online* de *Trading* e investimento para Clientes *self-directed*. Estas incluem plataformas de negociação em acções, *warrants*, futuros, mercado cambial, e fundos de investimento. Disponibilizamos aos investidores individuais várias abordagens integradas, que incluem a Internet, via www.big.pt, o telefone, e o acompanhamento personalizado em centros de banca de investimento assistida. Várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de clientes alvo com vários perfis de investimento e risco, necessidades transaccionais e perfis distintos.

No seu conjunto, as receitas de serviços não relacionados com corretagem foram de € 5,7 milhões para o segmento de retalho. Este valor compara com € 7,1 milhões em 2007 e € 2,9 milhões em 2006.

As maiores componentes das receitas neste segmento em 2008 foram **(i)** serviços a terceiros, incluindo comissões líquidas de corretagem *online* e de recepção e transmissão de ordens, de gestão de activos e **(ii)** receitas relacionadas com margem, que foram de € 8,4 milhões, o que compara com € 10,7 milhões em 2007. Em ambos os anos, estes componentes representaram 88% do total das receitas deste segmento de negócio. No conjunto, o Banco passou a ocupar o sexto lugar entre intermediários financeiros com base nos volumes transaccionados de todas as proveniências. No *ranking* nas transacções via Internet o BiG manteve a liderança, mesmo com volumes e percentagens em queda face a 2007. Segue-se um resumo da actividade de corretagem.

Enquanto o peso relativo de qualquer linha de produto pode variar de ano para ano de acordo com as condições de mercado,

T.15 €/000

Institucional	2008		2007		VaR % 2008 vs 2007
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	6.537	60%	8.451	64%	-23%
Margem financeira	32	0%	25	0%	28%
Comissões bancárias	1.574	15%	1.243	9%	27%
Trading/Vendas	1.080	10%	1.954	15%	-45%
Assessoria financeira	1.604	15%	1.527	12%	5%
Outros proveitos	0	0%	0	0%	0%
Total	10.828	100%	13.201	100%	-18%

o Banco vê-se como um gestor global dos activos dos Clientes. O modelo de negócio inclui um conjunto de produtos, estratégias e canais de vendas, suportados por *financial advisors* e representantes de serviço a Cliente bem formados, por via do qual acreditamos que não só poderemos fazer a diferença, mas também claramente diferenciá-los dos nossos competidores tradicionais e não tradicionais. A estratégia do Banco consiste em desenvolver este negócio agressivamente concentrando-se na aquisição de Clientes, na sua satisfação e retenção. Neste contexto, como organização, acreditamos que a rentabilidade, a qualidade da experiência do Cliente, e a nossa capacidade de captar e reter Clientes são indicadores mais importantes da vitalidade do nosso negócio, do que, apesar de bem posicionados, *rankings* baseados somente em volumes brutos.

Clientes Institucionais

As áreas de produto do segmento de negócios Institucional do Banco são semelhantes às oferecidas no negócio de retalho, com excepção do aconselhamento a empresas. Enquanto o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica big.pt, os clientes institucionais podem contar com equipas

de vendas especializadas e soluções concebidas à medida para Clientes empresariais e institucionais. As áreas de produto incluem corretagem institucional, gestão de risco, vendas de produtos de investimento, e serviços de aconselhamento independente para Clientes empresariais, Bancos, e Clientes institucionais. Em 2008, este segmento de negócio gerou receitas líquidas de € 10,8 milhões que foram 18% inferiores ao registado em 2007.

Os serviços oferecidos aos Clientes institucionais são variados, mas tendem a concentrar-se em corretagem e *block trades*, serviços de gestão de risco e serviços relacionados com o mercado tais como investimentos alternativos, *market making* e *Trading* de derivados. Separadamente, o negócio de aconselhamento a empresas concentra-se em mandatos associados a avaliações, *equity finance*, e fusões e aquisições, que são assegurados pelo departamento de *corporate advisory*. As componentes do nosso negócio com Clientes institucionais evoluíram com as condições de mercado e as nossas oportunidades durante o ano. Durante 2008, as comissões originadas por *block trades* e por estruturação e execução de operações relacionadas com o mercado foram fortes no valor de € 8,2 milhões, embora inferiores

ao ano anterior. No conjunto, estes produtos e negócios representaram 85% das receitas desta área. Os restantes 15% tiveram origem em mandatos de aconselhamento, que cresceram no ano para € 1,6 milhões.

O negócio de produtos alternativos e derivados compreende principalmente soluções de investimento negociadas em mercado de balcão dirigidas a Clientes institucionais (outros Bancos, gestores de fundos, seguradoras, entre outros). Em 2008, o apetite dos Clientes por transacções envolvendo um leque de subjacentes, tais como acções, índices, matérias-primas, cambial entre outros foi menos pronunciado do que em 2007, e consequentemente, esta área foi menos rentável. Tal como em 2007, o Banco utilizou a sua carteira de derivados em contratos de *market making* para empresas Portuguesas cotadas.

Trading e Mercados

O segmento de negócio de *Trading* e mercados visa gerar receitas ao mesmo tempo que gere a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes do Banco em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. Na gestão de posições, genericamente o Banco negocia em obrigações do tesouro emitidas principalmente pelos Estados Unidos da América, países da Zona Euro, obrigações empresariais de alta qualidade, futuros sobre taxa de juro e acções, futuros sobre os principais índices, matérias-primas, e uma variedade de opções e instrumentos similares. Historicamente, e durante 2008, o Banco concentrou-se em dívida dos Estados Unidos da América e Europeia, e em mercados de acções com pouca ou nenhuma exposição aos mercados emergentes ou Asiáticos. Neste relatório, o Banco apresenta resultados de *Trading* essencialmente de duas formas: (i) com base em reporte legal (IAS ou NIC),

que inclui a margem de *Trading* e as actividades de *Trading* relacionadas com Clientes e (ii) tal como nesta secção, numa base de gestão, que deduz os custos internos de *funding* e extrai as margens comerciais alocadas às equipas de vendas. Na gestão dos vários livros de *Trading*, a actividade da equipa de *Trading* e mercados articula-se com várias áreas internamente, sendo uma fonte de conhecimento, gestão de risco de mercado, e rentabilidade consistente para a organização.

Em 2008, numa base interna de gestão, o BiG gerou € 1 milhão em receitas líquidas relacionadas com mercados, excluindo transacções com Clientes e *Trading* proprietário, o que compara com € 7,1 milhões numa base equivalente em 2007. A geração de receitas, tal como indicado no histograma *infra*, sugere uma distribuição normal durante o último ano e os anos anteriores. Face ao ano anterior, as componentes da receita alteraram-se significativamente, sendo o negócio de rendimento fixo gerador de receitas e o negócio de *Trading* de acções gerador de perdas.

Ambiente de Trading em 2008

Enquanto o ambiente de *Trading* em 2007 foi influenciado pela crise do *sub-prime*, em retrospectiva, esta foi apenas a ponta do iceberg que começou a emergir durante o ano de 2008. No início do ano assistimos a uma crise de liquidez, que na sua generalidade atingiu investidores e instituições sobre-alavancados, que reagiram vendendo activos de todas as classes, e por essa via gerando uma espiral de queda nos preços. Esta conduziu a uma primeira fase de re-capitalização dos Bancos, mas ainda com os Bancos centrais, particularmente o BCE, a manter o ênfase no controlo / medo de inflação por oposição a preocupações com o crescimento. Com o colapso da Lehman Brothers, e uma rápida sucessão de desas-

tres envolvendo as empresas Fannie Mae, Freddie Mac, AIG, Merrill Lynch, para não mencionar vários problemas noutros mercados, a crise tornou-se num enorme desafio para o sistema financeiro com a confiança a deteriorar-se a um ritmo acentuado. No final de 2008, a crise estava profundamente instalada na economia real, levando a respostas políticas por parte dos governos de proporções históricas sem precedentes. A Europa no seu conjunto, e Portugal em particular, não escaparam aos efeitos da actual crise, que é global. O ano foi no mínimo caracterizado por ex-

tremos nos mercados. Os últimos 18 meses foram um período em que a própria base fundamental do modelo de negócio de uma instituição financeira teve muito mais relevância do que qualquer posicionamento ou estratégia de *Trading*.

Ao contrário de 2007, em que quase todas as classes de activos cresceram em valor, durante 2008 só os activos associados com estabilidade excepcional e protecção, tais como as obrigações do tesouro e o ouro, excluindo o imobiliário, ganharam valor. Num mundo altamente endividado, em que o crédito era promovido por baixas

T.16

€/000

Trading	2008		2007		VaR % 2008 vs 2007
FX - FX e Fut/FX	2.054	757%	1.647	27%	25%
OF = FX + OPÇÕES + Fut/FX	0	0%	-3	0%	-100%
AF - Acções + Fut Acções/Indices	-459	-169%	2.035	33%	-123%
OB - Obrigações + Fut./Obrigações	117	43%	-503	-8%	-123%
OA - Opções s/ Acções e Indices	662	244%	2.080	34%	-68%
SJ - Spreads Taxas de Juro	-623	-229%	-251	-4%	148%
TA - Trading Arbitragem	-1.484	-547%	1.238	20%	-220%
TR - Trading de Acções	6	2%	-160	-3%	0%
Total	271	100%	6.083	100%	-96%

T.17

€/000

Ganho Realizado Investimento/ Vencimento	2008		2007		VaR % 2008 vs 2007
Taxa de juro - Capital	1.339	184%	-43	-4%	-3.205%
Dívida Pública Estrangeira	0	0%	0	0%	0%
Equity - capital	-2.755	-379%	1.547	145%	-278%
Comissões - Investimento	-46	-6%	-12	-1%	295%
Taxa de Juro - Rendimentos	2.187	301%	190	18%	1.049%
Equity - Rendimentos	-296	-41%	-108	-10%	175%
Futuros	299	41%	-510	-48%	-159%
Total	728	100%	1.065	100%	-32%

taxas de juro, a principal resposta política de curto prazo foi, ironicamente, o corte sucessivo das taxas de desconto de modo a prevenir o pânico durante um período histórico de desalavancagem, combinado com medidas sem precedentes para salvar, e eventualmente nacionalizar, bancos mais fracos. No começo de 2009, o processo estava em pleno andamento, sem perspectivas firmes de uma retoma económica.

Pela primeira vez em seis anos, os principais mercados de *equity* estiveram significativamente negativos.

O Mercado Português de acções, depois de ter registado um dos melhores desempenhos de 2007, registou o pior desempenho entre os mercados desenvolvidos, com uma queda de mais de 50% no PSI-20.

As *yield curves* nos mercados de dívida pública Europeia e Norte-Americana mudaram significativamente, com as taxas de juro a atingir mínimos históricos com base nas fracas perspectivas de crescimento económico, e uma transferência geral de longo prazo para activos de qualidade e liquidez.

Cortes rápidos e sucessivos nas taxas de juro por parte da Reserva Federal Norte-Americana, pelo Banco Central Europeu, e pelos principais Bancos Centrais estiveram na ordem do dia, à medida que os governos e os reguladores procuraram, e continuam a procurar, evitar um colapso dos mercados financeiros e o caos económico global. Durante o processo, o *cross EUR/USD* atingiu um pico de 1,60 antes de cair significativamente no quarto trimestre,

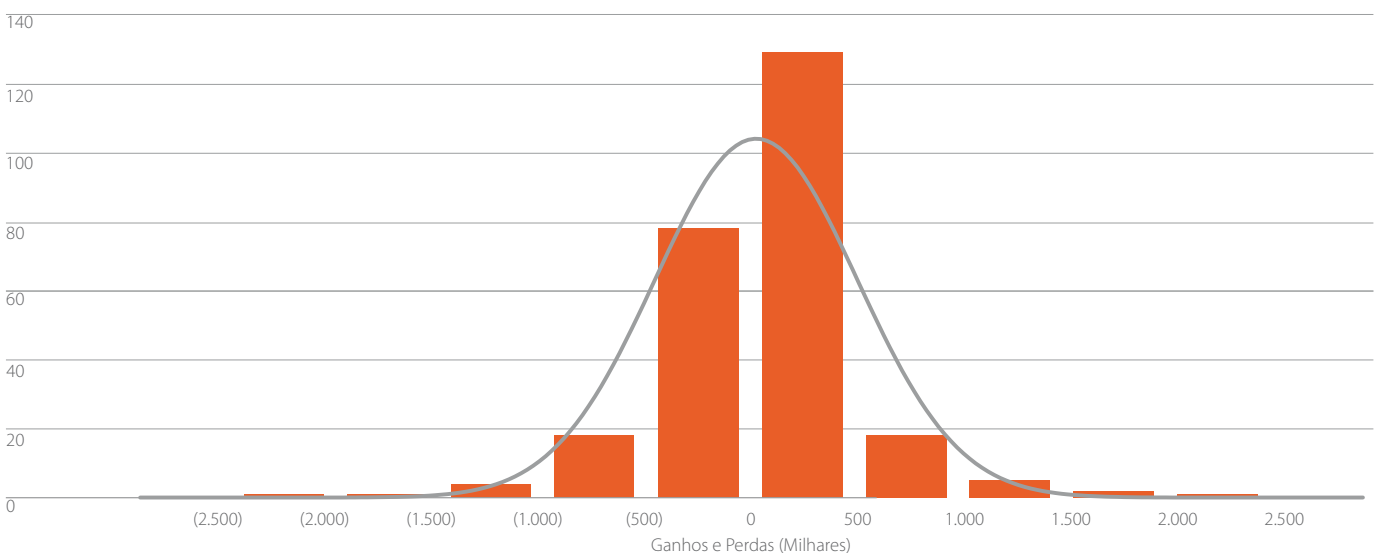
reconquistando algum valor antes do final do ano. Na sequência do colapso ou salvamento de instituições financeiras líderes durante o terceiro e quarto trimestre do ano, as volatilidades implícitas subiram para níveis históricos.

Em termos genéricos, o Banco assumiu menos risco em 2008, sendo mesmo comparável aos mínimos de 2007, quando medido pelo VaR enquanto percentagem dos fundos médios de capital. A Administração também trabalhou para gerir as mudanças na fonte de receitas pelas várias áreas de *Trading* e concentrou-se fortemente, numa base diária e intra-diária, em liquidez e *earnings at risk*. Os resultados de *Trading* reflectem as posições genericamente *underweight* do Banco em activos de risco num ambiente particularmente difícil.

Gráfico 1

Distribuição das Perdas e dos Ganhos

Número de Dias



T.18

€/000

Performance recente dos principais índices

	PSI20	IBEX	SX5E	CAC	DAX	SPX	NDX	NKY
2003	15,84%	28,17%	15,68%	16,12%	37,08%	26,38%	49,12%	24,45%
2004	12,64%	17,37%	6,90%	7,40%	7,34%	8,99%	10,44%	7,61%
2005	13,40%	18,20%	21,28%	23,40%	27,07%	3,00%	1,49%	40,24%
2006	29,92%	31,79%	15,12%	17,53%	21,98%	13,62%	6,79%	6,92%
2007	16,27%	7,32%	6,79%	1,31%	22,29%	3,53%	18,67%	-11,13%
2008	-51,29%	-39,43%	-44,37%	-42,68%	-40,37%	-38,49%	-41,89%	-42,12%
2003-2008	8,87%	52,33%	2,57%	5,03%	66,29%	2,66%	23,09%	3,27%

G.2

SX5E Index



G.4

SPX Index



G.3

PSI20 Index



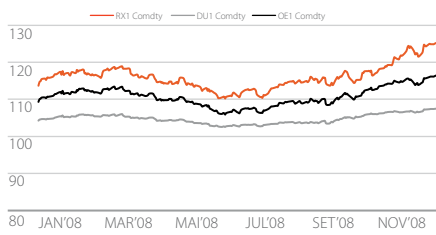
G.5

NDX Index



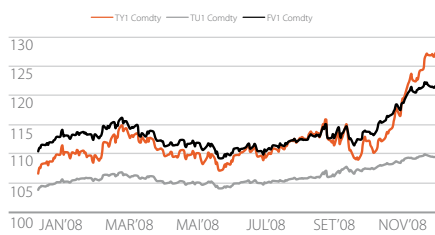
G.6

EUR Bonds



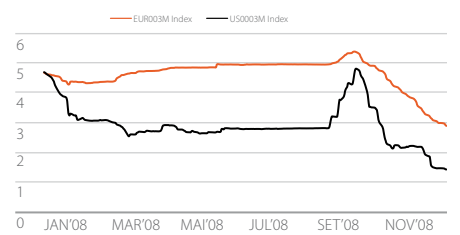
G.7

US Bonds



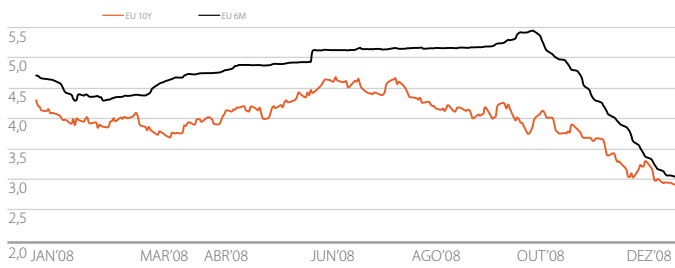
G.8

EURIBOR vs US LIBOR



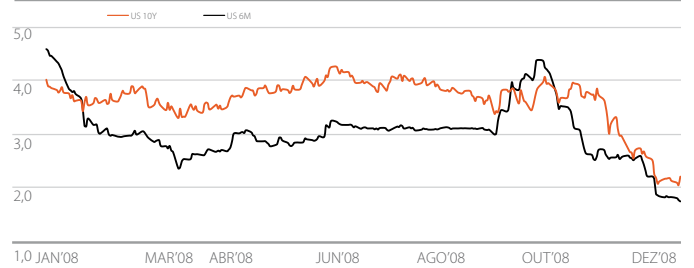
G.9

Taxas de juro EUR (%)



G.10

Taxas de juro USD (%)

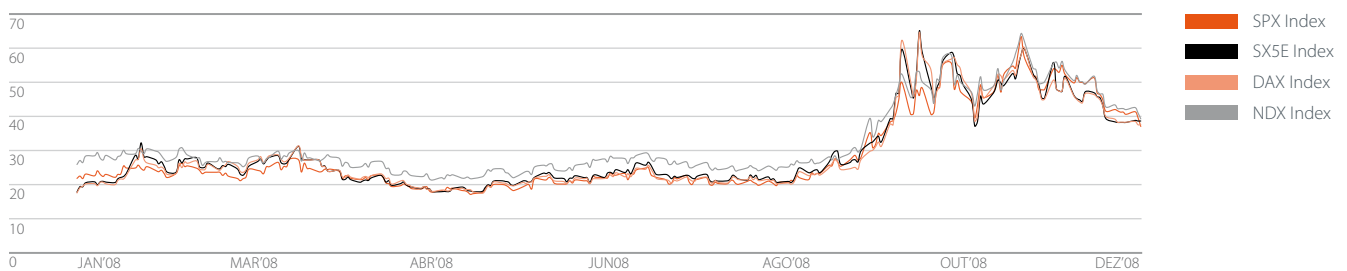


G.11

Evolução das principais taxas de câmbio



Volatilidade implícita de mercado



T.19 €/000

Activos Remunerados	2008	2007	VaR (%)
Depósitos e aplicações em Bancos	259.020	245.173	6%
Empréstimos	29.233	73.149	-60%
Activos financeiros detidos para negociação	7.915	31.769	-75%
Activos financeiros disponíveis para venda	67.218	106.948	-37%
Investimentos detidos até à maturidade	134.538	0	-
Total	497.924	457.040	9%

T.20 €/000

Principais Rúbricas do Passivo e Capitais Próprios	2008	2007	VaR (%)
Depósitos de instituições financeiras	9.789	43.025	-77%
Depósitos de clientes	296.490	282.238	5%
Capitais próprios	107.369	102.407	5%

Análise do Balanço

O total do activo líquido em 2008 foi de € 563 milhões, 7% acima do registado no ano anterior. Em linha com a orientação do Banco para a prestação de serviços por oposição a crédito tradicional da Banca comercial, e tendo em conta as condições de mercado, o Banco manteve níveis excedentários de liquidez estrutural, baixa alavancagem e uma elevada adequação de capital como política base para o ano de 2008. Tal como em 2007, mais de 90% do total dos activos eram disponibilidades e exposições a activos líquidos de elevada qualidade. Os activos geradores de receita eram de € 497 milhões no final de 2008, um crescimento de 9% face a 31 de Dezembro de 2007. O modesto crescimento reflecte a opção da Administração pela liquidez e as opções relativamente limitadas para a construção de uma estratégia sã de investimento do lado dos activos.

Os depósitos junto de outros Bancos cresceram 6% para € 259 milhões, e representaram o principal activo gerador de receitas no ano.

Os créditos a Clientes, que foram principalmente contas margem utilizadas por Clientes para alavancar posições de *Trading*, são estruturalmente de curto prazo, concebidos para serem auto-liquidáveis automaticamente em condições de desvalorizações materiais, e estavam integralmente garantidos por activos líquidos, com margens de cobertura confortáveis. Aproximadamente 98% da carteira de crédito estava totalmente garantida e consequentemente apresentava baixo risco. Os créditos desta natureza a Clientes tendem a crescer quando o mercado sobe e a cair em períodos de desvalorização. Durante o ano, as oportunidades para emprestar com margem caíram consideravelmente à medida que os Clientes fecharam as suas posições alterando-as para liquidez ou tiveram as suas posições liquidadas pelos controlos disciplinados e automáticos do Banco sobre este tipo de crédito. O Crédito concedido representou apenas 6% do total dos activos, contra 14% no final de 2007, e 28% do capital, o que compara com 72% ano anterior.

Os activos financeiro detidos para *Trading*

incluíram posições detidas pelo Banco enquanto parte da sua carteira própria, e activos detidos com o propósito de estruturação e cobertura de transacções contratadas com Clientes. Os activos disponíveis para venda envolvem posições detidas por períodos superiores a 6 meses., enquanto que os activos detidos até à maturidade são adquiridos como investimentos de longo prazo.

As categorias contemplam valores no final do ano, e não reflectem necessariamente montantes médios detidos durante o ano. A exposição a activos de retorno variável decresceu em média enquanto percentagem do total do activo. Entretanto, o Banco aumentou as suas posições em activos de elevada qualidade detidos para uma variedade de maturidades à medida que os *spreads* se alargaram para níveis históricos durante o ano, em particular no quarto trimestre. Factores que podem afectar a dimensão da carteira incluem as oportunidades de criar receita de margem ou *Trading* durante o ano.

O total das fontes de fundos, incluindo capital, foi de € 413 milhões, face aos € 428 milhões no ano anterior. Os depósitos de Clientes cresceram 5% para € 297 milhões, com o crescimento condicionado por dois factores: (i) concorrência da parte de Bancos dispostos a pagar substancialmente acima das taxas de mercado para atrair depósitos de retalho e (ii) a posição confortavelmente excedentária do Banco relativamente à gestão de liquidez. Contudo, o Banco continua a concentrar-se na atracção de novos Clientes para a sua plataforma, e favorece a construção de uma base relativamente estável de depósitos de retalho.

Os capitais próprios em 31/12/2008 ascendiam a € 107 milhões, face aos € 102 milhões registados na mesma data em 2007. No final do ano 2008, o rácio de risco ajustado ao capital era de 31%, contra 35% no ano anterior numa base comparável.

CONTROLO INTERNO

Os sistemas de controlo interno do Banco evoluem continuamente, e caracterizam-se por políticas e procedimentos integrados que são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que supervisiona as respectivas funções, quer enquanto grupo, quer por delegação para um ou vários dos seus Membros. Estes sistemas e políticas são concebidos, genericamente, para garantir o processamento eficaz, sistemas robustos, tomada de risco apropriada, reporte independente e comportamento responsável, bem como pelo respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais, concebidas para proteger os interesses dos Clientes e dos Accionistas, ao mesmo tempo que preservam e protegem a reputação do Banco. As componentes chave da estrutura de *governance* para controlo interno são o *Conselho de Administração*, as várias funções e comités que supervisionam a gestão de risco, debatida em detalhe *infra*, e as funções de *compliance* e *auditoria e controlo* do Banco.

Conselho de Administração

A responsabilidade pela monitorização dos riscos pelo Banco começa pelo Conselho de Administração, cujos membros gerem os seguintes grupos internos por delegação: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes Comités têm autoridade para tomar decisões nas suas respectivas áreas. Os eventos diários de natureza excepcional habitualmente requerem aprovação de pelo menos dois Membros do Conselho de Administração. Grandes exposições ou decisões significativas de política

recaem fora destes poderes e exigem revisão do Conselho de Administração na sua totalidade.

A Administração procura construir um ambiente operacional são e criar uma cultura transversal de compreensão dos riscos por via da revisão frequente das políticas e procedimentos e sua comunicação de forma clara a toda a organização. No seu conjunto, a estrutura de governação para riscos e a existência de políticas claras, visam assegurar que os processos associados com a identificação, medida, controlo e reporte de exposições a potenciais perdas são implementadas de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares. A comunicação interna de políticas e a sua regular aplicação, são passos chave no processo, bem como a revisão contínua pelo Conselho de Administração, Direcções do Banco e áreas operacionais destas potenciais exposições.

Função de Compliance

O sistema de controlo interno é constituído por um conjunto de políticas, normas, sistemas, processos e procedimentos a utilizar em todos os actos do Banco e sociedades participadas pelos seus colaboradores, cuja coordenação estratégica é definida pelo Conselho de Administração. Os principais objectivos passam por, nomeadamente, (i) garantir o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as normas e orientações definidas nos regulamentos e códigos de conduta internos, (ii) criação de mecanismos de controlo adequados aos serviços disponibilizados, (iii) assegurar uma gestão eficiente e controlo dos riscos da actividade e (iv) implementar mecanismos de protecção da reputação da instituição.

A cultura de controlo implementada enfatiza o rigor e a transparência e baseia-se em padrões de valores éticos presentes desde a criação do Banco. A estrutura organizacional privilegia linhas de responsabilidade claras e simples de reporte entre as diferentes hierarquias. A Administração determina a adequação da estrutura de controlo e das funções atribuídas a cada um dos órgãos através de um envolvimento transversal a todas as actividades do Banco.

O Controlo do cumprimento (*Compliance*) tem por base uma cultura que encoraja um comportamento apropriado, o respeito pelas regras e a preocupação com os interesses de todos os *stakeholders* (Accionistas, clientes, fornecedores...) do Banco. Esta função é responsável pela monitorização de sistemas e informação, análise de operações suspeitas relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e pela mitigação do risco de *Compliance*. O sistema de controlo interno do Banco assenta numa cultura forte de cumprimento da legislação e dos diferentes normativos que regulam a actividade bancária, de forma a mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos de ordem financeira ou de índole reputacional, decorrentes do incumprimento dos mesmos.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão próactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia e a prevenção de conflitos de interesses.

No que concerne à prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumpri-

mento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do cliente (*know your client*). Especificamente, durante o exercício de 2008, foi iniciado o desenvolvimento interno de uma ferramenta automática de monitorização de operações e transacções suspeitas, fundamentada numa lógica de *risk based approach*. Este sistema, adequado à realidade e organização do BiG, visa dotar o Banco de uma maior eficácia na detecção e eventual comunicação às autoridades de operações ou transacções potencialmente relacionadas com o crime de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. O plano básico de formação interna do BiG nesta matéria é assegurado pelo *Compliance Officer* do Banco, sendo estendido a toda a área comercial e aos back-offices com actividades inerentes. Simultaneamente, são promovidas acções de formação externas, com particular relevo para as acções desenvolvidas pelas autoridades competentes na matéria.

Em termos de mercados financeiros, a função de *Compliance* durante este exercício privilegiou o acompanhamento e monitorização das alterações introduzidas com a entrada em vigor da Directiva dos Mercados Financeiros e a estruturação de mecanismos de controlo em termos de combate ao abuso de mercado, cuja montagem se encontra em desenvolvimento.

Gestão de Risco

Geral

O BiG está no negócio da gestão de risco para criar valor para os Accionistas. No âmbito do processo de gestão de riscos, concentramo-nos em: *riscos de mercado*, *riscos de crédito* e *riscos operacionais* incluindo riscos tecnológicos e de processamento.

Acreditamos que os riscos de *compliance* legal, *risco fiduciário* e *de reputação*, derivam da nossa gestão das principais categorias de risco acima descritas.

Em termos gerais, o Banco encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes, ou em resultado de uma interrupção inesperada nos sistemas e operações ou procedimentos normais do Banco

Na gestão da exposição a riscos, o Banco é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão frequente das políticas e procedimentos pela Administração;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Política de diversificação de riscos apropriada;
- Sistemas de reporte independentes
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Risco de mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de mudanças nas condições de mercado.

Os riscos chave que gerimos no nosso negócio de *Trading* incluem:

Risco taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito.

Risco de preço de valores mobiliários e

matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade.

Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade.

Risco de Liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Comité de Risco de Mercado*. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades de *Trading* e de controlo.

Existem também responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de *Trading*. Estes controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, assim como para as carteiras dos Clientes e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço (*stress testing*) à carteira. Adicionalmente, asseguram uma supervisão e controlo independente, verificam a aplicação dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office* e aprovam a componente de risco de novos produtos. Este grupo procura, portanto, assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de *Trading e Mercados*, o Banco gera receitas enquanto gere, numa base contínua, a sua exposição a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração

estabelece e revê, periodicamente, procedimentos abrangentes e sistemas desenhados para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do risco de Mercado inclui a revisão de políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, tal como oferecidos pelo Banco no mercado, são apropriados às circunstâncias.

Associado à função de gestão de risco de mercado existe o Comité de Investimento do Banco, que supervisiona as tendências, alocações e políticas, que digam respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com aconselhamento e mandatos de gestão discricionária. As actividades desta área, embora distintas da carteira do Banco, são sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos de controlo e procedimentos exercidos pelo Banco na gestão do seu próprio capital.

Ambos os grupos reúnem regularmente e uma vez que normalmente incluem dois ou mais Membros do Conselho de Administração, têm autoridade para decidir assuntos de gestão corrente. Exposições de maior dimensão ou políticas significativas são geralmente colocadas à discussão ao nível do Conselho de Administração no seu todo para revisão prévia.

Avaliação do risco

O Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo risco país e contraparte. Frequentemente os riscos são geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão

T.21

€/000

Trading VaR 2008 (vs 2007)	2008				2007			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3.026	30.817	101.357	1.311	54.668	50.732	89.514	14.323
Risco taxa de juro	72.691	230.074	701.930	4.299	308.512	311.300	871.946	97.331
Acções	99.859	220.311	617.467	29.332	319.815	475.755	1.462.964	115.526
Mercadorias						3.036	122.408	3.254
Opções	77.026	286.448	2.080.265	20.420	117.846	128.512	495.512	12.662
Efeitos de diversificação	41%	39%			62%	49%		
	148.067	468.411	2.702.945	18.271	306.949	512.690	1.462.349	184.881

Sumário de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; Perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas predições com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente são:

Medidas estatísticas:
Value at Risk (VaR)

Medidas não estatísticas:

- Testes de esforço sobre o valor económico (*Economic Value stress testing*);
- Testes de esforço de *earnings at risk* (*Earnings at Risk stress testing*);
- Valores de pontos básicos (*Basis point values*);
- Limites nas posições para subjacentes seleccionados (*Inventory position limits for selected underliers*).

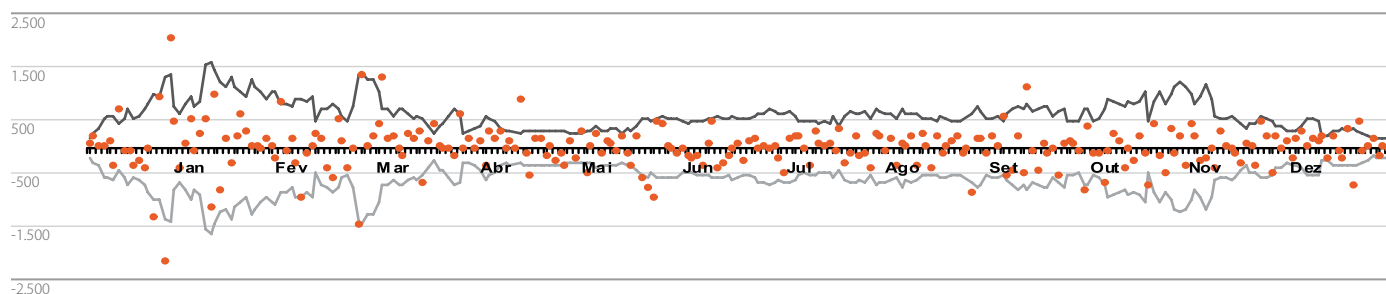
O Banco emprega sistemas redundantes que incluem medidas de *value at risk* (VaR) e *loss advisories*, juntamente com medidas não estatísticas, tais como testes de esforço e valores de pontos base, que em conjunto são desenhadas para assegurar a integridade do processo no caso de uma ou mais metodologias falhar, como resultado de algum evento extraordinário ocorrer nos mercados. Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o VaR são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o VaR usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria espe-

rar incorrer em perdas superiores às estimativas do VaR apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o VaR é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de VaR entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

Periodicamente, são realizados *back tests* com vista a verificar a exactidão do modelo que utilizamos. Durante 2008, este teste demonstra que existiram seis dias nos quais os montantes de ganhos e perdas excederam os limites de VaR. Estatisticamente, isto significa que o nível de confiança de 99% foi insuficiente para observar o nível de risco na carteira, tendo em conta as condições de mercado. O VaR atingiu os níveis mais elevados durante os primeiros meses do ano, quando a volatilidade de mercado aumentou marcadamente e o perfil de risco do Banco se reduziu, tendo permanecido reduzido no restante do ano. O Banco reduziu os limites de VaR na parte final do segundo trimestre, o que determinou uma exposição reduzida à volatilidade de *Trading* durante o

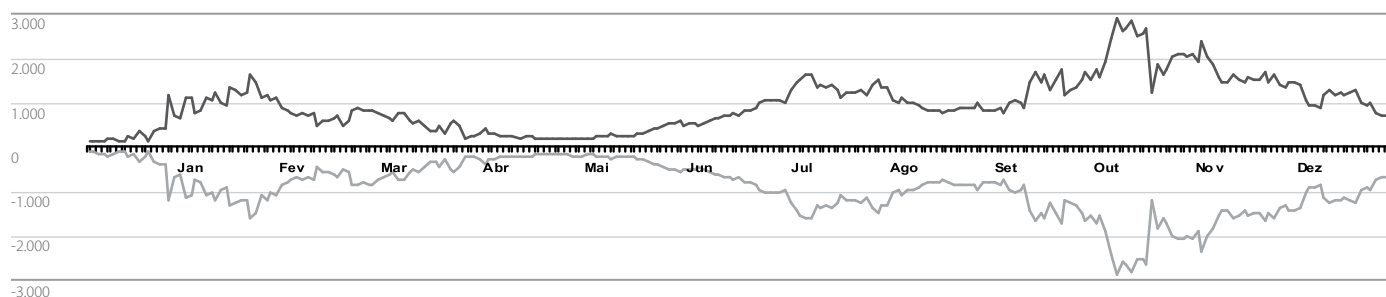
G.12

VaR Trading ('000)



G.13

VaR Investment ('000)



mais volátil quarto trimestre de 2008. O VaR médio da carteira de *Trading* do Banco foi de € 468.000 por dia, em média mais baixo do que em 2007.

Taxa de juro

Em 2008, o Banco esteve genericamente *underweight* na sua carteira de taxa de juro, até ao quarto trimestre, quando uma tendência significativa de redefinição do preço do risco de crédito de começou a desenvolver-se. A desalavancagem forçada de posições financeiras provocada pela crise financeira levou simultaneamente ao alargamento dos *spreads* de crédito, a níveis há algum tempo não

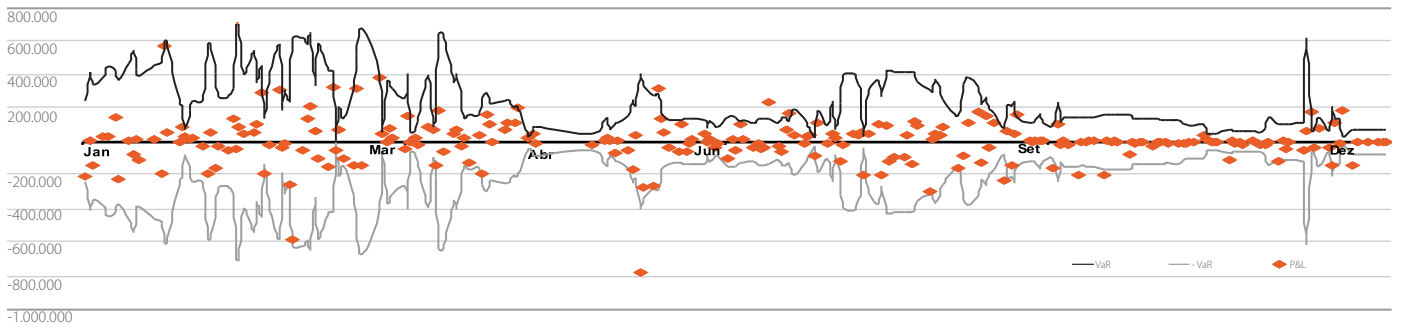
vistos, ao mesmo tempo em que as políticas económicas globais resultaram em quedas históricas das taxas de juro de curto e longo prazo. Conforme indicado na análise que se segue, a exposição do Banco a flutuações permaneceu dentro dos limites estipulados de +/- 60.000 bpv's (*basis point values*).

Este indicador representa a sensibilidade do Banco em posições em instrumentos de renda fixa a uma mudança de um ponto base, ou um centésimo de um por cento (0,01%). Em 2008, o perfil de risco para renda fixa atingiu o seu ponto mais elevado durante o segundo trimestre, período a que

correspondeu o início dos cortes de taxas de juro pelos Bancos Centrais. Uma posição longa em bpvs (*basis point values*) pressupõe uma posição longa em obrigações financiada com liquidez de curto prazo; uma posição curta ou negativa pressupõe que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobertura ou recompra da posição mais tarde com um ganho.

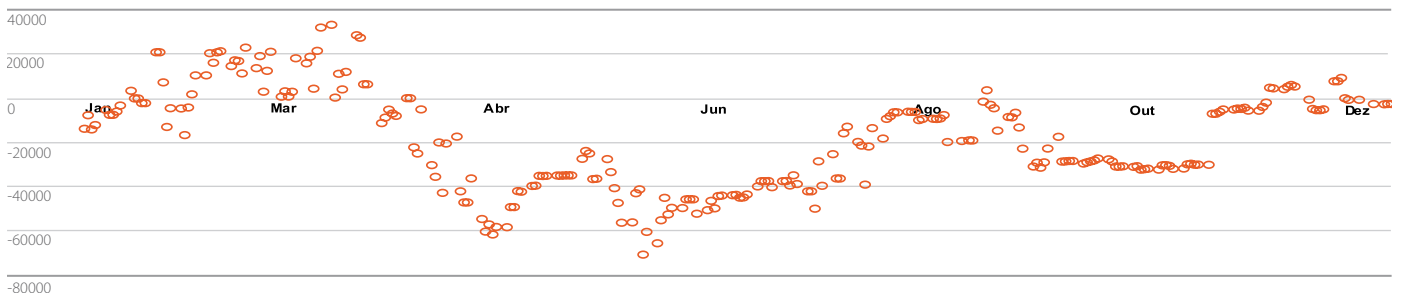
G.14

Taxa de Juro



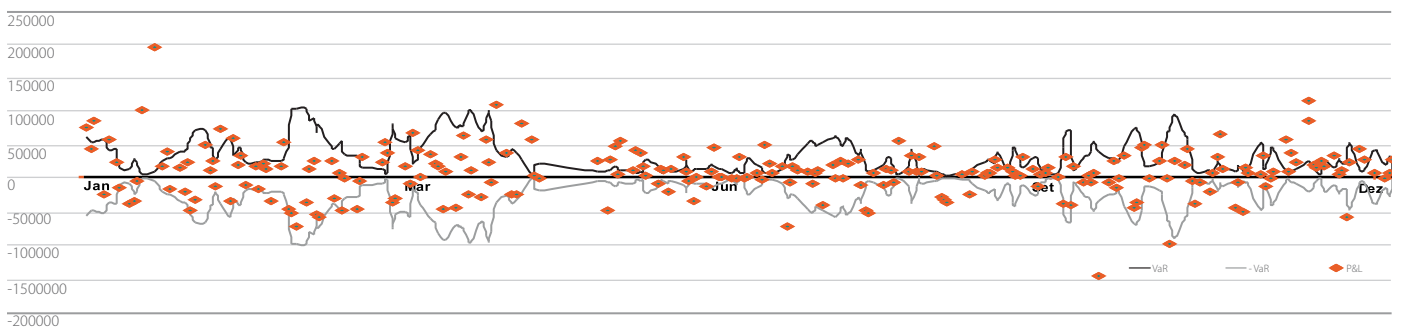
G.15

Bpv's / Rho



G.16

FX



Risco cambial

No ano, os mercados cambiais em geral registaram níveis históricos de volatilidade, em resultado da desalavancagem das “carry strategies” nas quais os investidores tomavam posições longas em dívida de uma determinada moeda, financiados por fundos de curto prazo noutra moeda em que as taxas eram mais baixas. O encerramento destes trades tipicamente gera picos de volatilidade nas taxas de câmbio. O BiG não especula em moeda, antes gerindo as suas posições resultantes de fluxos de Clientes numa base regular.

A gestão de riscos manteve-se dentro dos limites relativamente modestos aprovados para a carteira de *Trading FX*, com excepção de quatro dias durante o ano, devido a movimentos inesperadamente voláteis nos respectivos mercados. A distribuição dos resultados comparativamente ao risco assumido pode ser visto no gráfico abaixo:

Acções e matérias-primas

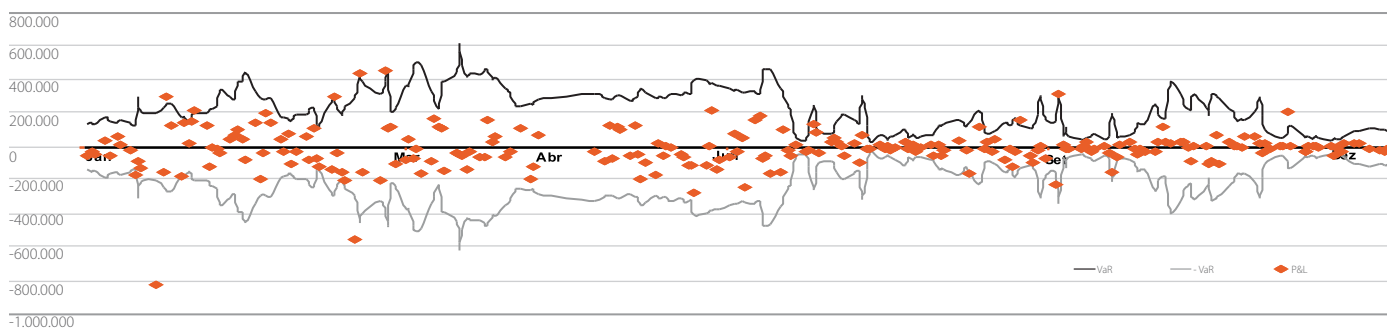
A gestão do VaR para a carteira de acções e matérias-primas esteve, a par das outras áreas de negócio, dentro dos limites previstos para 2008. Durante este período a expo-

sição global oscilou entre níveis elevados de delta, observados no início do ano, para uma exposição mais modesta na segunda metade do mesmo período. Isto significa que foram observadas duas excepções à análise de VaR (embora dentro do nível de 99% de confiança), a primeira quando foi conhecida a fraude na SOCGEN na primeira semana de Janeiro, e a segunda a meio de Março, quando a Bear Stearns foi salva pela JP Morgan.

O perfil de delta de 2008 mostra a exposição genericamente longa do Banco a instrumentos de taxa variável em 2008.

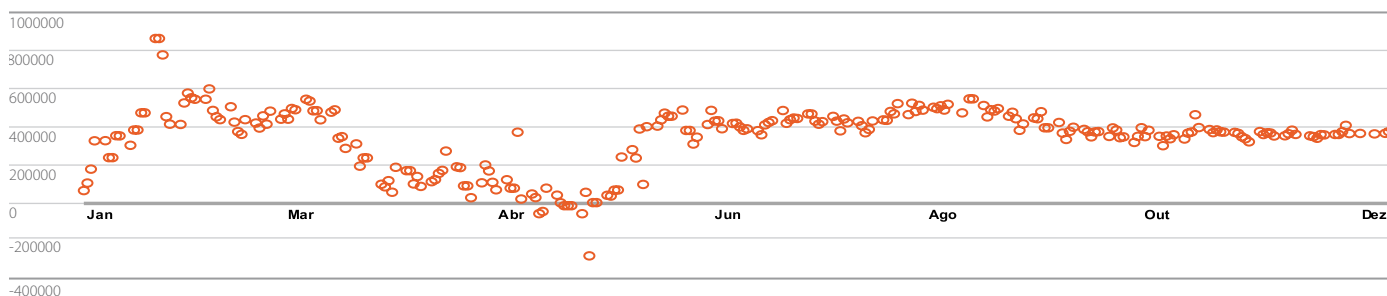
G.17

Acções



G.18

Delta



Delta: representa a sensibilidade do preço do derivado ao preço do activo subjacente.

Liquidez e risco de funding

Tal como se tornou claramente evidente quando o mercado de *funding* interbancário congelou em Outubro de 2008, a liquidez é de crítica importância para a capacidade de sobrevivência dos Bancos num cenário de crise. Muitas falências de instituições financeiras são o resultado de liquidez insuficiente que resultou de condições adversas inesperadas.

A política de *funding* e liquidez do BiG assenta nos seguintes princípios: (1) *pré-funding* dos activos antes da sua aquisição; (2) a exigência de que a maior parte do balanço deverá poder ser convertível em liquidez num muito curto espaço de tempo; e (3) a total independência dos mercados de *funding wholesale*. A aderência a estes princípios, com efeito, define o modelo de negócios do Banco, que é baseado em comissões e serviço, e não num modelo crédito-intensivo, e pressupõe uma base de activos largamente composta por activos altamente líquidos. Acresce que o Banco concentra-se na construção de uma base estável de depósitos de retalho e detém mais activos não onerados do que exige, na medida em que, durante os últimos dez anos, e especialmente durante a actual crise de liquidez, ocupámos uma posição confortável como colocadores líquidos de fundos. Para mais informação, consulte a Nota 36.

Quantificação do risco em produtos derivados

A quantificação do risco nas carteiras de produtos derivados do Banco depende de um conjunto de variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro, e tempo até à maturidade. O Banco quantifica as suas exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade a

parâmetros de risco conhecidos na indústria como "gregos", cujos termos matemáticos são definidos abaixo. Os gráficos seguintes resumem a evolução destas exposições ao longo do ano. Em termos gerais, sugerem uma elevada sensibilidade a volatilidades (Vega) durante o primeiro trimestre, tendo os custos incorridos pelo Banco para gerir a sua exposição a volatilidade de opções estado sob controlo e dentro dos limites durante

T.22

Exposição aos "gregos"

€/000

Greeks	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-70,632	-120,657	-274,934	-177,263
Max	33,435	147,117	864,691	65,701
Average	-18,240	12,526	347,597	-2,878
Standard Deviation	22,065	49,766	161,324	19,542

Terminologia:

Rho: refere-se à sensibilidade da taxa de juro, com exposição medida por movimento percentual da taxa de juro.

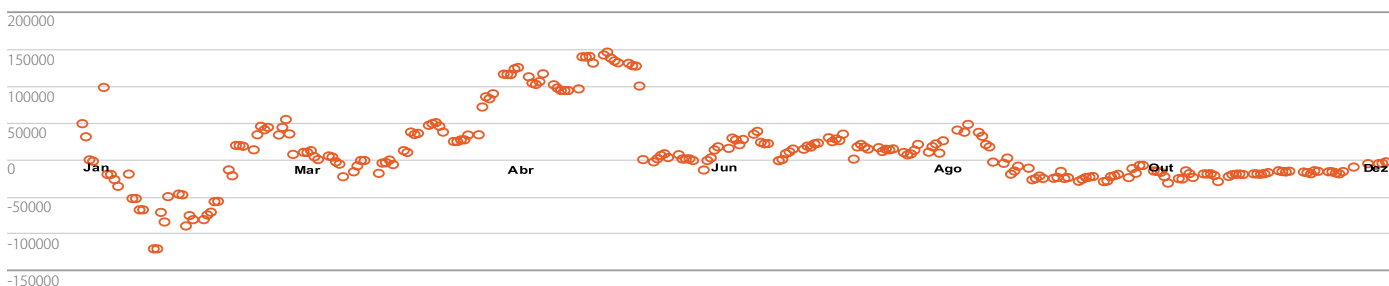
Vega: refere-se à sensibilidade à volatilidade, com exposição medida pela percentagem do movimento percentual na volatilidade.

Delta: refere-se à sensibilidade do subjacente, com exposição medida por movimento percentual do subjacente.

Theta: refere-se à sensibilidade ao tempo até à maturidade, também conhecida como tempo decorrido e representa o valor da optionality em termos temporais, normalmente número de dias

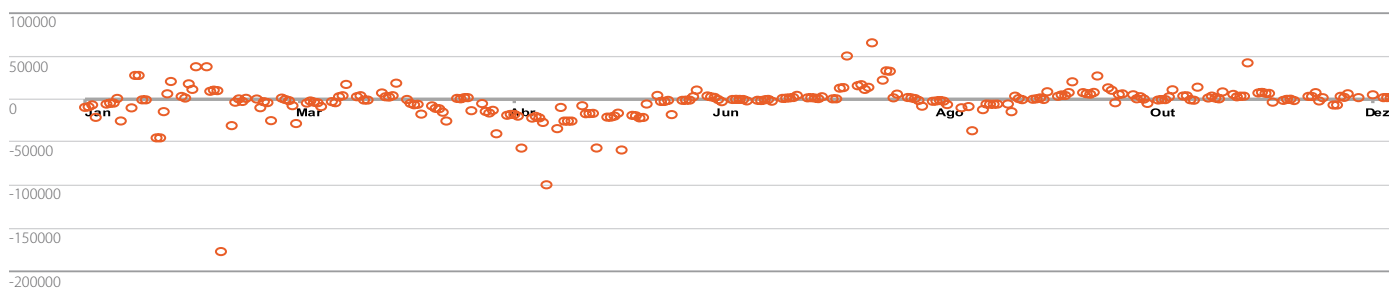
G.19

Vega



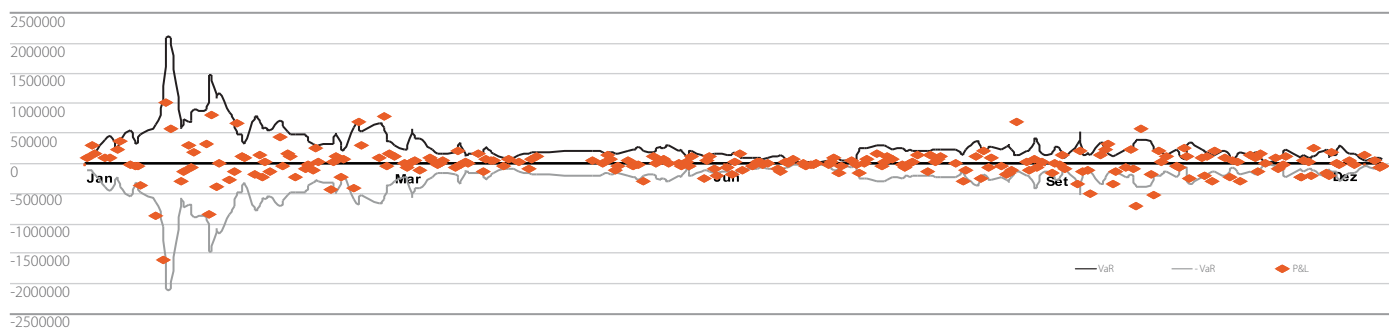
G.20

Theta



G.21

Opções



todo o ano. Durante o segundo semestre, quando a volatilidade de mercado aumentou, o Banco tomou a perspectiva de que a volatilidade já tinha atingido níveis históricos, tendo decidido vender opções para tomar partido desta oportunidade.

O gráfico abaixo relativo ao VaR de derivados mostra uma maior exposição aos subjacentes durante o primeiro trimestre, com risco reduzido para o final do ano, como medida de controlo de risco tendo em conta as condições de mercado.

Stress testing do valor económico e stress testing de earnings at risk

Estes são limites que complementam o VaR. Com o *stress testing* do valor económico, o Banco procura estimar o valor de um produto ou carteira em diferentes cenários. O *stress testing* dos resultados em risco proporcionam à Administração uma estimativa do potencial de mudança de valor de uma dada posição, seja ela corrente ou prevista, com os resultados dos diferentes cenários utilizados para tomar decisões de assumir, reforçar, ou fechar posições. Numa base diária desenvolvemos testes às carteiras do Banco assumindo eventos históricos de mercado no pior

cenário ou outros cenários para estimular a nossa exposição e, em certos casos, a exposição dos nossos Clientes a perdas potenciais. Quando os dados históricos não se encontrem disponíveis, activos subjacentes de diferentes classes e com maior grau de correlação poderão ser utilizados.

A análise de *Stress Test* assumida para a carteira de negociação do Banco, comporta diferentes cenários históricos (desde de 2000) de maior volatilidade, nomeadamente (e entre outros):

- **Mercado Accionista** – 11 de Setembro de 2001 – Ataque terrorista em NY
- **Mercado Obrigacionista** – 2 de Janeiro de 2001 – Abrandamento económico com FED a cortar taxas
- **Mercado Cambial** – 3 de Abril de 2001 – Crescimento económico Europeu superior aos EUA
- **Mercado de Mercadorias** – 1 de Dezembro de 2004 – Aumento dos inventários de Petróleo (Departamento de energia EUA)

Durante o ano de 2008, o impacto sobre a carteira de negociação do Banco assumindo os diversos cenários foi distinto, sendo que

e devido ao perfil e alocação de risco sobre as diferentes áreas, o cenário de maior *stress* foi de uma forma consistente, o cenário do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001 em NY.

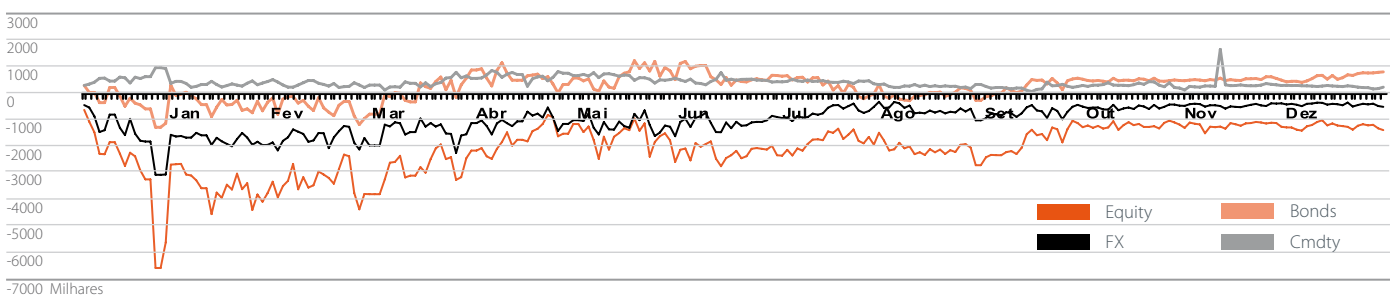
Em média durante o ano, o pior cenário sugeriu um potencial de perda de *Trading* situado entre € 2 e € 2,5 milhões, bem dentro dos limites estabelecidos pelo Banco.

Em paralelo com estudos sobre o impacto de eventos históricos simulados nas posições de *Trading* do Banco a cada momento, a Administração utiliza uma medida

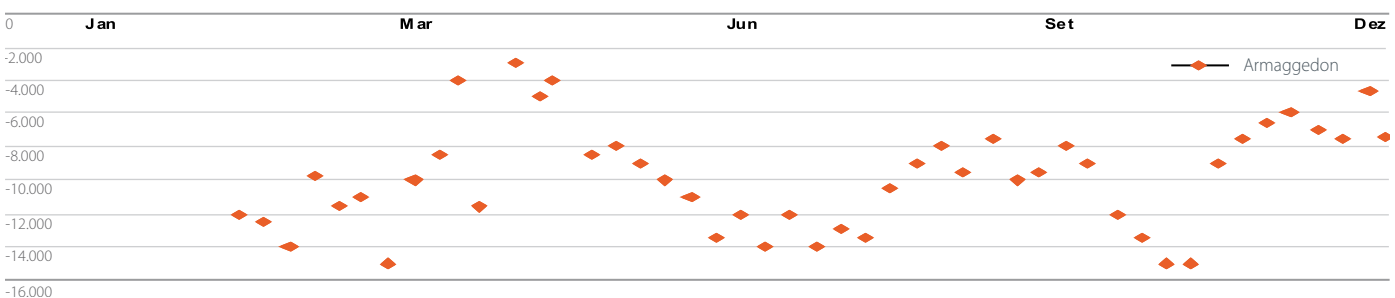
adicional de risco numa base diária, designada por *Armageddon stress test*. Enquanto alguns mercados caíram até 50% durante o ano de 2008, este teste é destinado a medir o impacto teórico nas várias exposições do Banco no caso altamente improvável de que os índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos da América – sofrerem quedas de 20% a 50% num único dia de *Trading* assumindo correlações de activos para um mês. Concebido para ser deliberadamente remoto na possibilidade de ocorrência, o objectivo é testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócio do Banco

G.22

Stress Testing



G.23



em circunstâncias extremas e, em resultado, manter disciplina sobre os limites e tomada de risco. A exposição média diária a perdas teóricas de *Trading* nesse cenário seria de € 9,8 milhões, com um pico de € 14,5 milhões num só dia. As posições de liquidez são geridas, entretanto, com base em assunções semelhantes no que diz respeito ao acesso a *funding wholesale* nos mercados. A liquidez das nossas posições de *Trading* e investimento é gerida com base na assunção conservadora de que o Banco poderá não ter acesso a *funding* por via do mercado interbancário.

A Administração acredita que estas metodologias proporcionam uma apreciação razoavelmente exacta e objectiva de quanto risco está a ser assumido em cada momento, nos vários instrumentos e carteiras.

Limites

Na actividade de negociação em mercados os limites são essenciais ao processo e envolvem a aprovação de restrições por classe de produto, por operador individual e pode ser medida por via de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo valores em pontos base e medidas estatísticas, tais como o VaR acima referido.

A volatilidade e natureza dinâmica dos mercados financeiros requer que a função risco de mercado garanta a actualização contínua, o diálogo e a revisão dos pressupostos e modelos. Um conjunto de critérios é utilizado para determinar os limites apropriados de negociação, incluindo a nossa análise actual e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade e liquidez, análise fundamental e análise técnica, o nível de experiência e desempenho de operadores e gestores, e com grande importância, o nível de risco aceitável para o Banco, de acordo com as condições de mercado.

Os limites aprovados especificando as exposições autorizadas por tipo são formais e periodicamente comunicados aos gestores, operadores e pessoal de *back office*, e são sujeitos a revisão e actualização regular. As unidades de negociação em mercado são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes para garantir que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, os *back offices* compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Limites excedidos são imediatamente reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o *Compliance* com o mesmo. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo pelo menos reuniões diárias da Administração com as áreas de *Trading* para rever posições, avaliar tendências e resultados, e modificar estratégias em conformidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários detidos, falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades. Estes riscos incluem, genericamente, a exposição directa a Clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento, e risco de compensação de

mercado associado a actividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação, como resultado, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos já discutidos. As exposições a crédito no BiG genericamente incluem empréstimos, obrigações de empresas, créditos inter-bancários de *full value* e *replacement value*, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos (Nota 36). Neste processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima com o Cliente e separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector ou indústria.

Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco. O negócio do Banco passa por assumir e gerir riscos de forma activa. Desta forma, consideramos o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio e fundamental para a geração de receitas e valor para os Accionistas.

Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar

a independência do processo de aprovação, ao mesmo tempo em que permite uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova políticas gerais e orientações para riscos de crédito, por sua vez delegando no COO e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisões de crédito;
- Controlo do Cliente, família e grandes riscos;
- Documentação, controlo e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de monitorização de sistemas e procedimentos de monitorização de riscos;
- Manutenção de um sistema de pontuação de análise de crédito e matriz de aprovação;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Aderência a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Natureza das exposições ao crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2008, por exemplo, a exposição potencial de crédito a activos subjacentes em contas margem reduziu-se, face ao encerramento de posições por parte dos Clientes que procuraram refúgio em liquidez. Em resultado destas tendências e do aumento dos depósitos durante o ano, o Banco aumentou a sua exposição a instrumentos bancários de curto prazo e, mais tarde no ano, a dívida empresarial líquida de qualidade.

A estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias amplas: *Risco de Crédito garantido*, está associado principalmente às nossas actividades de

negociação e intermediação para Clientes, representando a maior percentagem dos créditos geridos em número de operações e valores totais. Como percentagem do total de crédito concedido, esta categoria de crédito representa 98% do total em 2008.

Risco de Crédito não garantido, que surge das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, ou a concessão ocasional de crédito a empresas com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do Cliente.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não são neste momento estratégicos para o negócio do Banco. Acresce que a concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimentos ou mandatos de capital é desencorajada, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo discutido em detalhe abaixo.

Procedimentos de crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito com ou sem garantia geralmente inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios principalmente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada com o risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada. Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados do pontuação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição

global incluindo quaisquer transacções em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de assinatura incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

A carteira de crédito relativamente reduzida do BiG assume, maioritariamente, a forma de Contas Margem ou Empréstimos com garantia, que podem ser atribuídas a investidores individuais ou institucionais, segundo acordos contratuais específicos. No âmbito dos investidores particulares o crédito concedido é quase todo de curto prazo, integralmente garantido em dinheiro e activos subjacentes líquidos, nomeadamente sob a forma de conta margem. Este produto envolve termos padronizados e metodologias de controlo que requerem uma monitorização dinâmica e contínua do valor da garantia subjacente. No que concerne os Clientes institucionais, a carteira assume um prazo mais longo e um tipo de crédito num formato mais convencional, sendo sempre garantido por penhores líquidos e de natureza real. A carteira de crédito do BiG sofreu um decréscimo de 60% de volume, em relação ao fecho do ano transacto, reflectindo-se na mesma proporção nos vários tipos de Clientes (Nota 21).

Controlos sobre margens

O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margens por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de activos tendo em conta a volatilidade de mercado como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados

em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de potencial exposição e eventuais margens para reforçar ou execução para os vários níveis de risco. A nossa experiência baseada em dados empíricos tem sido de que este tipo de crédito pode ser uma utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem experimentado níveis negligenciáveis de perdas relacionadas com crédito, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas no último ano.

Disponibilizamos também crédito hipotecário, crédito sobre acções, e crédito automóvel aos nossos Clientes com produtos complementares à nossa oferta. Considerando a natureza do ciclo de crédito e a extrema concorrência das entidades promotoras de crédito especializado, estes produtos de crédito são neste momento vistos como melhoramentos à nossa oferta nuclear e não representam uma parte significativa da carteira de crédito em 2008.

Exposições não garantidas

Estas extensões de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas,

T.23

€/000

Aplicações no Mercado Interbancário	Duração até 1 ano		Duração superior a 1 ano	
	2008*	2007	2008	2007
Bancos centrais	-	1.434	-	-
Bancos residentes	217.987	96.072	10.000	-
Bancos não residentes	29.083	59.281	-	-
Total	247.070	156.787	10.000	-

* Inclui depósitos à ordem

ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer facilidade de crédito. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem considerações quantitativas, tais como a propriedade, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco pode ainda recorrer a outras fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não domésticos e instituições financeiras.

A exposição a instituições financeiras por via do mercado monetário interbancário,

ou seja, em que o Banco agiu enquanto financiador de outros Bancos, era em 31 de Dezembro a apresentada na tabela 23 acima.

As condições extremas de mercado durante 2008 levaram a mudanças significativas nos tipos de exposição ao crédito geridas pelo Banco. Enquanto a utilização de limites aprovados para crédito com margem por Clientes se reduziram, a liquidez disponível foi canalizada para o mercado interbancário e para aplicações em activos líquidos de dívida de empresas de elevada qualidade. Esta mudança no tipo de exposição levou a revisões regulares do risco de contraparte, como parte integrante do planeamento de crise do Banco descrito no capítulo relativo a risco de mercado, e a uma revisão estratégica completa das opções do balanço para a liquidez disponível do Banco.

T.24

Four-year Broad Rating Migration Rates 1970 – 2007

Rating	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	Caa-C	Default	Wr	Average
Aaa	60,37%	22,18%	4,00%	0,17%	0,26%	0,03%	0,01%	0,02%	12,95%	
Aa	2,94%	57,55%	19,80%	2,38%	0,47%	0,15%	0,02%	0,10%	16,59%	
A	0,18%	7,28%	59,81%	13,24%	2,35%	0,70%	0,16%	0,34%	15,93%	
Baa	0,19%	0,94%	12,80%	53,52%	8,99%	2,66%	0,63%	1,33%	18,94%	
Ba	0,04%	0,16%	1,87%	11,65%	34,99%	12,61%	1,54%	6,73%	30,41%	
B	0,04%	0,08%	0,30%	1,60%	8,41%	29,20%	6,11%	18,77%	35,50%	
Caa-C	0,00%	0,00%	0,02%	0,62%	2,34%	7,72%	11,95%	39,16%	38,20%	

Tal como sucede com outras carteiras, cujos riscos são medidos de várias formas diariamente, a carteira de dívida empresarial do Banco encontra-se sujeita a vários testes diários de *stress* que proporcionam à gestão uma avaliação do potencial de perdas, assumindo vários cenários diferentes. O cenário mais extremo, ou *Armageddon Stress Test*, representa uma medida diária do potencial de perdas da carteira pela maior perda potencial, e por sector industrial. Os cenários habitualmente assumem uma perda no valor da exposição do Banco a uma emissão de dívida empresarial, ou a uma categoria inteira de dívida empresarial, de 50% num único dia, e testa os *earnings at risk* assumindo o *worst case scenario*. Um exemplo dos

resultados desse teste a 31 de Dezembro é o seguinte:

Uma ferramenta adicional utilizada pela gestão para medir potenciais perdas em instrumentos de crédito com rating é a *Moody's Rating Transition Matrix* que estima a probabilidade de uma emissão de obrigações poder evoluir de uma notação para outra depois de um *downgrade*, durante um período de 4 anos, que era a duração média da carteira do Banco em 31 de Dezembro de 2008.

Derivados

Os contratos de derivados, tais como os futuros, forwards, swaps, ou opções são instrumentos

que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado monetário para gerir as exposições do Banco aos mercados, para fazer face às necessidades dos seus Clientes e para gerar receitas através das suas actividades de mercado. Na avaliação dos riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para derivados e exposições de mercado monetário que utiliza para produtos de crédito tradicionais conforme acima descrito. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, o que toma em consideração os valores actuais de mercado e estimativas de movimentos futuros nas taxas de mercado com base em dados estatísticos. Como parte do processo, o Banco calcula o custo de substituição de um derivado ou um contrato de mercado monetário como a medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituição de um contrato em condições extremas no caso de uma contraparte incumprir antes da data de liquidação. O Banco utiliza procedimentos *mark to market* e medidas de VaR para avaliar o custo de substituição de um derivado no mercado aberto.

Na gestão da sua potencial exposição, o Banco procura reduzir o risco global trabalhando em grande parte com instituições financeiras de nível *investment grade*, com as quais o Banco geralmente celebra *Credit Support Agreements* (CSAs). No caso de outros Clientes com quem o Banco possa celebrar contratos em ligação com as suas actividades de gestão de carteiras, o risco encontra-se ainda mais mitigado pela inclusão de formas de garantia que cobrem habitualmente 100% da exposição potencial.

Sumário da exposição a derivados, em valores nominais, como resultado de contratação com contrapartes em 31 Dezembro 2008:

T.25

Equity Swaps	Montante Nominal		Risco	
	2008	2007	2008	2007
Instituições não financeiras	48.795	79.326	35	100
Instituições financeiras	18.395	97.046	506	915
Total	67.190	176.373	541	1.014
Risco / Nominal	0,81%	0,58%		

Interest Rate Swap	Montante Nominal		Risco	
	2008	2007	2008	2007
Instituições não financeiras	–	18.000	–	–
Instituições financeiras	5.000	76.200	37	3.977
Total	5.000	94.200	37	3.977
Risco / Nominal	0,74%	4,22%		

Financial Options	Montante Nominal		Risco	
	2008	2007	2008	2007
Instituições não financeiras	11.843	7.154	86	63
Instituições financeiras	40.413	116.466	2.264	4.901
Total	52.256	123.620	2.350	4.965
Risco / Nominal	4,50%	4,02%		

Concentração de riscos

A área de riscos do Banco prepara informação que apresenta diariamente à Administração relativa aos dez maiores riscos em termos de concentração, incluindo exposições contingentes directas e indirectas. Estes relatórios, juntamente com outros, servem como ferramenta de gestão para monitorizar grandes exposições e serve como base para o reporte regular de limites regulamentares, incluindo grandes riscos ou exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de atribuição de crédito, representando 25% dos fundos próprios consolidados, excluindo exposições de curto prazo a Bancos. Estas exposições eram as seguintes a 31 de Dezembro (todos os montantes em €):

Provisões para riscos de crédito

As provisões legais do Banco para riscos de crédito baseiam-se em critérios prudenciais e normas do Banco de Portugal, e estão disponíveis para absorver potenciais perdas resultantes da carteira de crédito. Com base no regulamento n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 2/99 e 8/03 de 26 e 30 de Janeiro, respectivamente, as provisões representam 1% do crédito líquido e garantias em aberto (1,5% no caso de crédito ao consumo e 0,5% no caso de crédito hipotecário ou locação financeira). As provisões específicas, quando necessárias, são sujeitas ao mesmo Aviso. Os cálculos para as provisões económicas são efectuados periodicamente com base em riscos específicos que a Administração considera merecerem especial atenção e estão sujeitos a um modelo internamente desenvolvido.

Risco operacional

O risco operacional é parte do nosso negócio diário e pode surgir como resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco está exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, como resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão proactiva de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, que podem resultar de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

O projecto para a reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Novo Acordo de Basileia e com o objectivo de criar as condições necessárias para a implementação da abordagem do método de medição avançado, continua em curso. Foi terminada, em conjunto com um consultor externo (PWC), a primeira fase do projecto que consistiu na actualização da formalização de processos de negócio e identificação matricial de riscos.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no conjunto do Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, que consiste nos seguintes grupos de supervisão, que respondem ao Conselho de Administração:

Comité de risco operacional, que revê a adequação dos procedimentos internos e do

suporte humano e de sistemas à condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto com base quer em processos de auto-avaliação, quer em auditorias internas e externas programadas. Este grupo reúne pelo menos uma vez por mês e reporta ao COO.

Comité de risco tecnológico, que superintende a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução. Este grupo reúne pelo menos uma vez por semana e reporta ao COO.

Auditoria e controlo, responsável por conduzir auditorias internas regulares das áreas de *Front-Office* e operações, incluindo revisões de procedimentos e documentação e monitorização de perdas operacionais, com linha de reporte directa ao CEO. Este grupo reúne várias vezes por semana.

Comité de Compliance, constituído por Membros do Conselho de Administração e pelo *Compliance Officer* do Banco, cujas responsabilidades incluem a verificação da aderência do Banco a questões regulamentares, normativas e legais, aplicação de procedimentos operacionais internos, código ético e questões relacionadas. Este grupo reúne pelo menos uma vez por semana, ou sempre que se revele necessário.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e tomar acção sobre riscos associados a operações, tecnologia e *Compliance*.

Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão continua dos procedimentos operacionais relevantes, aderência a orientações normativas, auditorias internas

e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up*, a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Embora erros operacionais ocorram ocasionalmente, é objectivo da estrutura de governação acima identificada estabelecer orientações para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital e estratégia de negócio. Para apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de dados associados com erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

Acreditamos que uma componente adicional na gestão destes riscos, quando combinada com uma estrutura de governação evolutiva, é a criação de uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de potenciais problemas à Administração e a sua resolução pró-activa. No conjunto, o Banco procura limitar os riscos operacionais a um grau razoável, considerando o capital do Banco, fluxo de receitas e ambiente de negócio, ao mesmo tempo que procura sempre melhorar a execução, permitindo a escalabilidade das áreas do nosso negócio e mantendo a integridade dos nossos controlos internos num ambiente seguro.

Processamento e sistemas

As nossas prioridades ao conceber a integração da geração de negócio de *Front-Office* e as áreas de processamento incluem a necessida-

de de escalabilidade, segurança e construção de capacidades de processamento *straight-through*. Consequentemente, todas as áreas de processamento envolvem a gestão de topo para assegurar controlos razoáveis e cumprimento com práticas bancárias prudentes e orientações regulamentares, desde o pedido inicial do Cliente, passando ao registo de negócios, produção de *outputs* e confirmações necessárias para controlos internos e reporte externo a Clientes, Accionistas e reguladores.

As áreas responsáveis pela garantia eficiente de processamento são a equipa de Tecnologia de Informações (TI) do Banco e as áreas de suporte operacional (operações), que em conjunto representavam 28% do total de colaboradores no final de 2007. Outras áreas de suporte, tais como contabilidade, operações e auditoria interna também estão envolvidas na implementação de novos sistemas, estratégias de processamento e novos produtos, para garantir um reporte eficiente e cumprimento adequado de questões regulamentares e estatutárias.

A equipa de TI do Banco concebe, instala e mantém a tecnologia do Banco e a infra-estrutura de comunicações, que é essencial para o bom funcionamento da organização. Esta área suporta todos os segmentos de negócio do Banco, desde os serviços internos de informação e comunicação básica, até à programação e tecnologia que suporta a complexa plataforma transaccional do Banco.

O Banco criou e mantém uma sofisticada plataforma de TI que suporta uma visão consistente da informação de Cliente em todo o sistema. Esta plataforma é parte da visão global do Banco de que deve ser utilizada a mais recente tecnologia como ferramenta para criação de valor para o desenvolvimento de produtos e serviços para Clientes.

A plataforma existente utiliza serviços de *Internet* como ferramenta de integração on-line

de diferentes sistemas e como base para a implementação do sistema bancário SOA. Esta plataforma usa extensivamente transacções distribuídas por diferentes sistemas de bases de dados, tais como Oracle, SQL Server e DB/2

O sistema *on-line* foi melhorado para garantir o suporte ao uso da plataforma .NET da Microsoft, tornando-se assim o ambiente escolhido para o desenvolvimento de serviços e produtos no futuro. A normalização em linguagem de programação C# e ASP.NET permitiu ao Banco tirar partido das tecnologias existentes, para melhorar a sua plataforma, transformando-a numa infra-estrutura robusta para distribuir serviços.

Acresce que a avaliação proactiva dos riscos está inserida directamente na monitorização *on-line* dos serviços de *Internet* do Banco, de modo a reduzir substancialmente os riscos operacionais. A monitorização em tempo real baseia-se em eventos pré-definidos que permitem acções correctivas imediatas.

Combinamos soluções de *software* produzidas externamente com extensa programação interna. No núcleo do processamento do Banco encontra-se uma aplicação bancária fiável e robusta, a MIDAS, desenvolvida e mantida pela MYSIS, uma empresa líder no desenvolvimento de *software*.

Entretanto, o Banco efectua actualizações de segurança constantes, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa. Em 2008, o Banco reforçou o seu compromisso com um sistema de informação fiável e seguro por via do seu serviço interno de segurança de TI, que aplica as mais estritas regras e práticas de segurança.

Lisboa, 9 Março, 2009
Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Montantes expressos em euros)

Demonstração consolidada dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Juros e proveitos similares	5	21.626.128	16.201.938
Juros e custos similares	5	11.935.517	6.701.276
Margem financeira		9.690.611	9.500.662
Rendimentos de instrumentos de capital	6	887.313	503.000
Rendimentos de serviços e comissões	7	21.519.805	28.013.034
Encargos com serviços e comissões	7	(8.303.344)	(10.744.831)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	8	(7.242.155)	7.146.586
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	9	4.416.762	592.869
Resultados de reavaliação cambial	10	3.306.143	100.544
Outros resultados de exploração	11	72.368	(1.092.006)
Proveitos operacionais		24.347.503	34.019.858
Custos com pessoal	12	8.357.235	13.170.237
Gastos gerais administrativos	14	4.361.652	5.481.828
Depreciações e amortizações	23 e 24	1.141.907	1.163.283
Provisões líquidas de anulações	30	(1.795)	184.021
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	30.199	52.599
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	1.065.565	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	146.791	(6.095)
Custos operacionais		15.101.554	20.045.873
Resultado operacional		9.245.949	13.973.985
Resultados de associadas	25	(404.110)	51.127
Resultado antes de impostos		8.841.839	14.025.112
Impostos			
Correntes	31	2.453.172	3.508.301
Diferidos	31	(37.263)	(751.454)
Resultado após impostos		6.425.930	11.268.265
Resultado líquido do exercício		6.425.930	11.268.265
Resultados por acção básicos (em euros)	15	0,08	0,15
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	0,08	0,15

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	2.633.391	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	96.520.228	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	18	7.914.674	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	19	67.217.560	106.948.393
Aplicações em instituições de crédito	20	162.499.861	188.834.939
Crédito a clientes	21	29.232.808	73.149.367
Investimentos detidos até à maturidade	22	134.538.441	-
Activos tangíveis	23	11.747.327	7.940.709
Activos intangíveis	24	472.242	838.277
Investimentos em associadas	25	5.614.917	6.603.020
Activos por impostos correntes		729.722	1.248.352
Activos por impostos diferidos	31	-	411.925
Outros activos	26	43.947.209	49.167.680
Total de Activo		503.068.380	524.999.642
Passivo			
Recursos de bancos centrais	27	84.011.667	-
Passivos financeiros detidos para negociação	18	5.346.592	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	28	9.788.544	43.024.543
Recursos de clientes	29	296.489.764	282.237.884
Provisões	30	150.000	162.021
Passivos por impostos diferidos	31	158.596	-
Outros passivos	32	59.753.837	85.144.295
Total de Passivo		455.699.000	422.592.657
Capital próprio			
Capital	33	87.570.000	75.082.920
Prémios de emissão	33	8.886.393	5.756.889
Acções próprias	33	(2.116.274)	(589.028)
Reservas de justo valor	33	(13.942.332)	(2.347.115)
Outras reservas e resultados transitados	33	20.545.663	13.235.054
Resultado líquido do exercício		6.425.930	11.268.265
Total de Capital		107.369.380	102.406.985
Total de Passivo e Capital		563.068.380	524.999.642

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
€			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		21.361.094	16.159.945
Juros e custos pagos		(11.237.599)	(6.752.981)
Serviços e comissões		13.250.263	17.147.453
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(16.669.606)	(18.020.414)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		164.211	(1.094.428)
		6.868.363	7.439.575
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(516.691)	1.593.124
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados		15.545.321	55.042.820
Aplicações em instituições de crédito		26.291.725	(109.857.170)
Recursos de bancos centrais		84.000.000	-
Recursos de instituições de crédito		(33.231.192)	18.809.490
Crédito a clientes		43.952.753	1.616.350
Recursos de clientes		13.563.256	53.907.073
Outros activos e passivos operacionais		(17.135.608)	42.319.465
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		139.337.927	70.870.727
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(1.934.541)	(6.129.662)
		137.403.386	64.741.065
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	(562.138)
Dividendos recebidos		1.543.686	8.429.885
Activos financeiros disponíveis para venda		(86.236.049)	(60.940.976)
Investimentos detidos até à maturidade		(19.945.801)	-
Compra de imobilizações		(4.582.490)	(2.118.216)
		(109.220.654)	(55.191.445)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		485.965	1.144.644
Aumento de capital		15.616.584	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(3.735.951)	(2.984.287)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		12.366.598	(1.839.643)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		40.549.330	7.709.977
Caixa e equivalentes no início do período		56.681.726	48.971.749
Caixa e equivalentes no fim do período		97.231.056	56.681.726
		40.549.330	7.709.977
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	710.828	343.717
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	96.520.228	56.338.009
Total		97.231.056	56.681.726

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada de ganhos e perdas reconhecidos

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	33	(13.417.083)	(2.790.255)
Desvio actuarial do fundo de pensões	13	(192.851)	227.622
Impostos diferidos	31	2.429.650	90.341
Impostos correntes	31	(607.784)	467.542
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		(11.788.068)	(2.004.750)
Resultado líquido do exercício		6.425.930	11.268.265
Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício		(5.362.138)	9.263.515
Atribuível a:			
Accionistas do Banco		(5.362.138)	9.263.515
Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício		(5.362.138)	9.263.515

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BIG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco detinha uma participação de 41,01% no capital social da B.I.G. Capital, S.G.P.S., S.A. (BIG Capital). Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

No decorrer do exercício de 2007, a BIG Capital efectuou um aumento de capital, que deu lugar à emissão de 10 000 000 novas acções com valor nominal de 1 euro cada, tendo sido 2 562 138 subscritas pelo BIG e as restantes subscritas por outros accionistas, diluindo desta forma a participação do BIG na Sociedade de 100% em 31 de Dezembro de 2006, para os actuais 41,01%, consequentemente o BIG cedeu o controlo sobre a BIG Capital pelo que esta Sociedade é integrada nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

A BIG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. ("BIG" ou "Grupo") são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptados na União Europeia.

Os *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com os *IFRS*, tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2007. As principais normas adoptadas em 2008 são referidas separadamente.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008, foram adoptadas as alterações ao *IAS 39* Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração e ao *IFRS 7* Instrumentos financeiros – Divulgação de informações, relativas à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo *IASB* em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, o Grupo adaptou a sua política contabilística referente à transferência entre categorias (conforme política contabilística descrita na nota 2.6.). Os efeitos decorrentes da aplicação em 2008 destas alterações encontram-se incluídos na nota 22.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de Março de 2009.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BIG e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo BIG") e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Contabilidade de cobertura

Os derivativos que se qualificam como instrumentos de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado.

É aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

- documentação formal da relação de cobertura, incluindo a identificação do item coberto, e do instrumento de cobertura;
- expectativa de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- eficácia de cobertura ao longo da vida da operação;
- mensuração com fiabilidade da eficácia da cobertura ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor

As variações de justo valor de um instrumento de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor do elemento coberto.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados, na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo retiver parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.6. Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou que não se enquadram na categoria acima referida.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo (*Trade date*).

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

O Grupo procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas duas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre o justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva, bem como a reserva de justo valor existente na data da transferência.

Imparidade

Em conformidade com os *IFRS*, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver relacionada com um evento ocorrido após o

reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.8. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.9. Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar

os valores reconhecidos e existe a intenção de as liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

2.10. Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço sendo classificados como activos dados em garantia. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

Os títulos comprados com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras.

2.11. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil esperada destes activos, neste caso de 3 anos.

2.13. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BIG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício

Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis.

As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida dos serviços remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua contribuições para o fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BIG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o IFRS 2, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviços (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto em vigor e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.17. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- quando obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de Juros e proveitos similares ou Juros e custos similares. Relativamente aos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados bem como aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada em resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos

ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.21. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 37 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

NOTA 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada no ponto 2.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano 2008, consideraram-se os seguintes *triggers* da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na carteira de Investimentos detidos até à maturidade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Grupo prepara internamente uma apresentação dos resultados numa base de gestão, fundamentada em modelos que afectam os resultados às Áreas de Negócio, analisadas no ponto Actividades por Área de Negócio do relatório de Gestão. A Administração usa os relatórios internos para avaliar os resultados do Grupo por área de negócio, equipa de vendas ou categorias de produto, entre outros, e para comparar resultados internamente face a orçamentos e objectivos. Embora organizados de maneira diferente, para efeitos de análise interna, as apresentações de resultados numa base de gestão são inteiramente reconciliáveis com os resultados numa base legal.

Segmentos de negócio

Para efeitos de apresentação e análise de resultados de gestão, as actividades do Grupo estão organizadas em três áreas de negócio:

€					
2008					
	Banca de Investimento Particulares	Banca de Investimento Institucionais	Trading	Outros	Total
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	4.351.512	6.537.412	-	-	10.888.924
Margem financeira	3.994.708	31.715	-	-	4.026.423
Comissões bancárias	581.379	1.573.562	-	-	2.154.941
Trading / Vendas	602.137	1.080.436	998.984	-	2.681.557
Assessoria financeira	-	1.604.388	-	-	1.604.388
Outros Proveitos	50.099	-	-	2.941.170	2.991.269
Proveitos Líquidos por segmento	9.579.835	10.827.513	998.984	2.941.170	24.347.502
Custos com pessoal atribuíveis aos segmentos	(3.819.242)	(1.572.031)	(858.797)	-	(6.250.070)
Gastos gerais administrativos atribuíveis aos segmentos	(2.820.505)	(1.061.602)	(609.797)	-	(4.491.904)
Depreciação e amortizações atribuíveis aos segmentos	(800.118)	(231.367)	(99.015)	-	(1.130.500)
Outros custos não atribuíveis aos segmentos	-	-	-	(3.633.189)	(3.633.189)
Custos operacionais líquidos por segmento	(7.439.865)	(2.865.000)	(1.567.609)	(3.633.189)	(15.505.663)
Resultados antes de Impostos					8.841.839

€					
2007					
	Banca de Investimento Particulares	Banca de Investimento Institucionais	Trading	Outros	Total
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	6.369.201	8.451.677	-	-	14.820.878
Margem financeira	4.113.804	24.730	-	-	4.138.533
Comissões bancárias	517.244	1.243.488	-	-	1.760.732
Trading / vendas	1.099.250	1.954.065	7.148.311	-	10.201.627
Assessoria financeira	-	1.527.094	-	-	1.527.094
Outros proveitos	-	-	-	1.566.581	1.566.581
Proveitos líquidos	12.099.499	13.201.054	7.148.311	1.566.581	34.015.445
Custos com pessoal atribuíveis aos segmentos	(3.183.317)	(1.771.832)	(975.526)	-	(5.930.676)
Gastos gerais administrativos atribuíveis aos segmentos	(3.632.653)	(1.176.949)	(947.372)	-	(5.756.974)
Depreciação e amortizações atribuíveis aos segmentos	(790.124)	(193.052)	(168.600)	-	(1.151.776)
Outros custos não atribuíveis aos segmentos	-	-	-	(7.150.907)	(7.150.907)
Custos operacionais líquidos por segmento	(7.606.095)	(3.141.833)	(2.091.498)	(7.150.907)	(19.990.333)
Resultados antes de Impostos					14.025.112

Banca de Investimento de Particulares

Este segmento de negócio visa ajudar e encorajar os clientes a realizar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir de forma esclarecida e segura. O Grupo disponibiliza soluções e serviços bancários a vários segmentos de clientes: clientes *self directed*, clientes que procuram aconselhamento e clientes de gestão de activos que procuram serviços personalizados e preservação de capital.

Serviço Investimento activo
Investimento com aconselhamento
Poupanças e gestão de Activos
Serviços bancários e Crédito

€			
Banca de Investimento Particulares			
	2008	2007	Var %
Proveitos líquidos	9.579.836	12.099.499	-20,82%
Custos operacionais líquidos	(7.439.865)	(7.606.095)	-2,19%

Banca de Investimento Institucional

A Banca de Investimento Institucional trabalha com clientes institucionais e grandes ou médias empresas no âmbito da gestão de activos, *trading* nos principais mercados, cobertura de risco e no financiamento e optimização dos seus negócios. Neste segmento, o Grupo concentra-se no desenho de soluções específicas para clientes nas áreas de gestão de activos, estruturação de estratégias de investimento, cobertura de riscos de mercado ou resolução de questões relacionadas com a estratégia financeira e estrutura das organizações.

Serviço Investimentos Estruturados
Gestão de Risco
Fusões e Aquisições
Equity & Debt Finance
Private Equity

€			
Banca de Investimento Institucional			
	2008	2007	Var %
Proveitos líquidos	10.827.514	13.201.054	-17,98%
Custos operacionais líquidos	(2.865.000)	(3.141.833)	-8,81%

Trading e Mercados

A área de *Trading* e Mercados é a área central da organização do Grupo. Este negócio fornece o *expertise* e informação sobre mercados para consumo interno, é responsável pela componente de cobertura de risco nas soluções vendidas a clientes, é activa no desenho de produtos e gere as posições de tesouraria e risco do Grupo.

Serviço Gestão da carteira própria do Grupo
Investimento e estrutura de capital
Mercado de capitais

€			
Trading			
	2008	2007	Var %
Proveitos líquidos	998.984	7.148.311	-86,02%
Custos operacionais líquidos	(1.567.609)	(2.091.498)	-25,05%

NOTA 5. MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Juros e proveitos similares		
Juros de aplicações	7.611.366	4.397.376
Juros de títulos disponíveis para venda	3.898.932	4.004.245
Juros de disponibilidades	3.539.183	2.730.880
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.268.032	-
Juros de crédito a clientes	2.841.874	4.365.724
Juros de activos financeiros detidos para negociação	4.600	-
Outros juros e proveitos similares	462.141	703.713
	21.626.128	16.201.938
Juros e custos similares		
Juros de recursos de clientes	(10.039.564)	(5.991.766)
Juros de recursos de instituições de crédito	(1.125.567)	(691.506)
Juros de recursos de bancos centrais	(434.211)	-
Outros juros e custos similares	(336.175)	(18.004)
	(11.935.517)	(6.701.276)
	9.690.611	9.500.662

NOTA 6. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica, no montante de 887 313 euros (31 de Dezembro de 2007: 503 000 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 7. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	15.955.658	21.622.757
Por serviços prestados	2.137.340	1.092.641
Por garantias prestadas	251.037	1.016.672
Por compromissos perante terceiros	9.490	20.500
Outros rendimentos de serviços e comissões	3.166.280	4.260.464
	21.519.805	28.013.034
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	(7.759.552)	(10.044.236)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(278.498)	(252.895)
Por serviços bancários de terceiros	(192.157)	(399.787)
Outros encargos de serviços e comissões	(73.137)	(47.913)
	(8.303.344)	(10.744.831)
	13.216.461	17.268.203

NOTA 8. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	37	-	37	316.132	(40.590)	275.542
De outros emissores	939.310	(3.828)	935.482	323.253	(110.200)	213.053
Acções	24.163.279	(33.302.942)	(9.139.663)	29.259.899	(18.668.791)	10.591.103
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	112.411	(126.552)	(14.141)	4.194	(19.935)	(15.741)
Contratos sobre taxas de juro	811.500	(1.117.572)	(306.072)	172.034	(59.576)	112.458
Contratos sobre acções/índices	51.577.550	(40.573.977)	11.003.573	31.078.067	(36.066.102)	(4.988.035)
Contratos sobre eventos de crédito	905.952	(428.516)	477.436	-	-	-
Contratos sobre futuros	29.078.050	(39.276.857)	(10.198.807)	22.156.168	(21.040.834)	1.115.334
Outros	-	-	-	5.399	(162.532)	(157.133)
	107.588.089	(114.830.244)	(7.242.155)	83.315.146	(76.168.560)	7.146.586

NOTA 9. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4.823	(24.850)	(20.027)	95	(43.208)	(43.113)
De outros emissores	1.854.560	(115.231)	1.739.329	171.010	(515.845)	(344.835)
Acções	2.980.230	(282.770)	2.697.460	1.099.736	(118.919)	980.817
	4.839.613	(422.851)	4.416.762	1.270.841	(677.972)	592.869

NOTA 10. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	3.306.143	-	3.306.143	100.544	-	100.544
	3.306.143	-	3.306.143	100.544	-	100.544

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2..

NOTA 11. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	17.637	12.277
Reembolsos de despesas	12.612	9.486
Outros	413.734	89.061
	443.983	110.824
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(105.436)	(125.507)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(63.969)	(33.326)
Quotizações e donativos	(23.430)	(25.726)
Outros	(178.780)	(1.018.271)
	(371.615)	(1.202.830)
	72.368	(1.092.006)

NOTA 12. CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Remunerações	(6.032.510)	(10.900.854)
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (Nota 13)	(1.034.758)	(1.093.838)
de Contribuições definidas (Nota 13)	(93.950)	(102.169)
Encargos sociais obrigatórios	(932.112)	(856.953)
Outros custos com o pessoal	(263.905)	(216.423)
	(8.357.235)	(13.170.237)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração em 31 de Dezembro de 2008 ascendem ao montante de 1 427 187 euros (31 de Dezembro de 2007: 1 448 387 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas em 31 de Dezembro de 2008 ascendem ao montante 1 382 935 euros (31 de Dezembro de 2007: 1 535 056 euros).

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do BIG durante os exercícios de 2008 e 2007 analisa-se como se segue:

	2008	2007
Funções directivas	19	21
Funções de chefia	25	20
Funções específicas	81	63
Funções administrativas	12	10
Funções auxiliares	1	1
	138	115

NOTA 13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS*Pensões de reforma*

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2008	2007	2008	2007
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	5,0%	-11,3%	-0,3%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	1,6%	1,6%
Taxa de correcção monetária	2,0%	2,0%		
Taxa de desconto	5,5%	5,0%		

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.14., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direito adquirido após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

No que se refere ao Plano de Benefícios Definidos, a aplicação do *IAS 19* traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.479.179	6.433.081
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	7.041.985	7.168.598
Excesso / (défice) de cobertura (nota 26)	562.806	735.517
Custos com serviços passados diferidos (nota 26)	2.983.008	3.334.364
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.545.814	4.069.881
Desvios actuariais abatidos a reservas	98.902	(93.949)

Conforme referido na nota 2.14., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo encontra-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6.433.081	5.934.306
Custo do serviço corrente	720.178	767.501
Custo dos juros	321.654	267.020
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(972.442)	(535.746)
Pagamentos de benefícios e encargos	(23.292)	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.479.179	6.433.081

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008	2007
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	7.168.598	5.133.998
Rendimento real do fundo	(806.863)	(16.085)
Contribuições do Banco	703.542	2.050.685
Pagamento de benefícios e encargos	(23.292)	-
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.041.985	7.168.598

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2008	2007
Títulos de dívida pública	3.365.073	2.760.855
Acções	1.187.005	499.001
Unidades de participação	73.237	1.236.817
Outros	2.416.670	2.671.925
Activos líquidos em balanço	7.041.985	7.168.598

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	3.334.364	3.685.720
Amortização	(351.356)	(351.356)
Saldo em 31 de Dezembro	2.2983.008	3.334.364

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2008	2007
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(93.949)	133.673
(Ganhos) / Perdas actuariais no ano:		
Responsabilidades	(972.442)	(535.746)
Do fundo	1.165.293	308.124
	192.851	(227.622)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	98.902	(93.949)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2008	2007
Custo do serviço corrente	720.178	767.501
Custo dos juros	321.654	267.020
Rendimento esperado do fundo	(358.430)	(292.039)
Amortização do exercício	351.356	351.356
Custo do exercício	1.034.758	1.093.838

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco reconheceu como custo o montante de 93 950 euros (31 de Dezembro de 2007: 102 169 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida.

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	€	
	2008	2007
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	4.069.881	2.885.412
Custo do exercício	(1.034.758)	(1.093.838)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	(192.851)	227.622
Contribuições efectuadas no ano	703.542	2.050.685
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.545.814	4.069.881

A evolução das responsabilidades e saldo do fundo para os anos de 2008 e 2007 bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades	(6.479.179)	(6.433.081)
Saldo dos fundos	7.041.985	7.168.598
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	562.806	735.517
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(423.796)	3.316
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	1.165.293	308.124

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/08
1999	Mai-2012	4.000.000	1,00	23.450
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	7.934.000
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	1.090.060
2007	Mar-2020	66.800	1,34	50.696
2007	Mar-2020	15.600	1,35	12.036
2008	Jan-2018	7.425.000	1,36	610.000
2008	Mar-2021	9.000	1,36	9.000
2008	Mar-2021	55.000	1,35	55.000
2008	Mar-2019	100.000	1,15	100.000

NOTA 14. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Rendas e alugueres	(897.843)	(727.759)
Fornecimentos	(599.798)	(703.700)
Comunicações	(460.024)	(464.611)
Deslocações, estadas e representação	(310.844)	(318.849)
Publicidade e edição de publicações	(288.607)	(598.578)
Serviços especializados		
Informática	(697.812)	(26.743)
Informações	(364.883)	(43.809)
Avenças e honorários	(92.364)	(88.538)
Bancos de dados	(48.037)	(539.675)
Segurança e vigilância	(22.635)	(716.502)
Mão de obra eventual	(19.016)	(76.279)
Outros serviços especializados	(340.304)	(822.793)
Outros	(219.485)	(293.992)
	(4.361.652)	(5.481.828)

NOTA 15. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2008	2007
Resultado líquido	6.425.930	11.268.265
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	80.718.750	75.082.920
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(216.643)	(413.356)
Número médio de acções ordinárias em circulação	80.502.107	74.669.564
Resultado por acção básico (em euros)	0,08	0,15

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem acções ordinárias diluidoras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

NOTA 16. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa	710.828	343.717
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1.922.563	1.405.872
	2.633.391	1.749.589

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

NOTA 17. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	87.987.023	37.318.599
	87.987.023	37.318.599
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	8.533.205	19.019.410
	8.533.205	19.019.410
	96.520.228	56.338.009

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 3,49% (31 de Dezembro de 2007: 3,54%).

NOTA 18. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Activos financeiros para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	28.020	-
Acções	2.151.523	20.178.104
Outros títulos de rendimento variável	3.993.036	1.624.030
	6.172.579	21.802.134
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.742.095	9.967.248
	7.914.674	31.769.382
Passivos financeiros de negociação		
Vendas a descoberto	2.981.649	1.522.800
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2.364.943	10.501.114
	5.346.592	12.023.914

Conforme política contabilística descrita na nota 2.6. os Títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação - Títulos tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2008			2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	28.020	-	28.020	-	-	-
Acções	2.151.523	-	2.151.523	20.178.104	-	20.178.104
Outros títulos de rendimento variável	3.993.036	-	3.993.036	1.624.030	-	1.624.030
	6.172.579	-	6.172.579	21.802.134	-	21.802.134

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada de seguida:

	2008			2007		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	6.375.848	112.848	148.195	6.339.651	-	34.362
	6.375.848	112.848	148.195	6.339.651	-	34.362
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>						
<i>Compras</i>	5.000.000	36.786	-	94.200.000	3.972.631	1.524.315
<i>Vendas</i>	5.000.000			94.200.000		
	10.000.000	36.786	-	188.400.000	3.972.631	1.524.315
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>						
<i>Compras</i>	67.568.010	1.192.159	386.136	155.203.054	1.246.224	6.796.166
<i>Vendas</i>	67.568.010			155.203.054		
<i>Equity / Index Options</i>	45.879.897	400.302	1.830.612	127.377.452	4.748.393	2.146.271
	181.015.917	1.592.461	2.216.748	437.783.559	5.994.617	8.942.437
	197.391.765	1.742.095	2.364.943	632.523.210	9.967.248	10.501.114

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2008	2007
Títulos		
De 1 a 5 anos	28.020	-
Duração indeterminada	6.144.559	21.802.134
	6.172.579	21.802.134

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Instrumentos financeiros derivados por prazos de maturidade, é como se segue:

	2008		2007	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
De 3 meses a 1 ano	138.277.955	(959.071)	214.053.189	1.060.583
De 1 a 5 anos	54.209.242	340.092	189.389.989	(1.531.295)
Mais de 5 anos	-	-	143.680.032	(1.459.180)
Duração indeterminada	4.904.568	(3.869)	85.400.000	1.396.026
	197.391.765	(622.848)	632.523.210	(533.866)

NOTA 19. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	9.096.874	204.763	-	-	9.301.637
De outros emissores	12.969.271	33.198	(4.884.862)	-	8.117.607
Acções	61.731.011	-	(10.866.960)	(1.065.735)	49.798.316
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	83.797.156	237.961	(15.751.822)	(1.065.735)	67.217.560
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	7.958.787	59.370	-	-	8.018.157
De outros emissores	86.612.304	26.217	(2.026.831)	-	84.611.690
Acções	12.544.826	-	(739.526)	(170)	11.805.130
Outros títulos de rendimento variável	2.513.416	-	-	-	2.513.416
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	109.629.333	85.587	(2.766.357)	(170)	106.948.393

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,05% (31 de Dezembro de 2007: 5,57%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.6., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

A 31 de Dezembro de 2008, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2008			2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.301.637	-	9.301.637	8.018.157	-	8.018.157
De outros emissores	8.117.607	-	8.117.607	84.611.690	-	84.611.690
Acções	37.246.289	12.552.027	49.798.316	11.804.800	330	11.805.130
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	2.513.416	-	2.513.416
	54.665.533	12.552.027	67.217.560	106.948.063	330	106.948.063

No decorrer do exercício de 2008 o Banco celebrou um contrato com o Grupo TAP, mediante o qual foi mandatado para adquirir uma participação de 19,9% na SPdH – Serviços Portugueses de Handling, SA pelo valor de 12 551 697 euros. Nesse mesmo contrato, o Grupo TAP obrigou-se a adquirir esta participação, tendo pago de imediato e antecipadamente ao Banco a totalidade do preço de aquisição da participação. Estes títulos encontram-se registados na rubrica Acções.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	2008	2007
Até 3 meses	-	5.292.258
De 3 meses a 1 ano	722.601	8.707.853
De 1 a 5 anos	16.696.643	67.247.929
Mais de 5 anos	-	13.895.223
Duração indeterminada	49.798.316	11.805.130
	67.217.560	106.948.393

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2008	2007
Saldo inicial	170	170
Dotações	1.065.565	-
Saldo Final	1.065.735	170

NOTA 20. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	141.201.238	45.131.111
Empréstimos	19.582	-
Mercado monetário interbancário	-	50.141.459
Operações com acordo de revenda	-	2.146.764
	171.220.820	97.419.334
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	15.458.821	56.347.483
Operações de compra com acordo de revenda	5.820.220	14.265.335
Empréstimos	-	20.802.787
	21.279.041	91.415.605
	162.499.861	188.834.939

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,73% (31 de Dezembro de 2007: 5%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até 3 meses	132.009.990	164.635.177
De 3 meses a 1 ano	30.470.289	18.697.419
De 1 a 5 anos	19.582	5.502.343
	162.499.861	188.834.939

NOTA 21. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
€		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	7.469.371	6.405.483
Créditos em conta corrente	2.959.499	13.196.134
Locação financeira	704.389	516.315
Descobertos	535.625	424.624
Outro crédito especializado	19.515	29.392
A particulares		
Créditos em conta corrente	10.081.358	45.441.314
Habitação	4.348.023	2.737.820
Locação financeira	1.266.183	998.151
Descobertos	327.691	1.118.928
Empréstimos	55.131	634.801
Outro crédito especializado	1.433.600	1.209.895
	29.200.385	72.712.857
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	502	318.065
Créditos em conta corrente	500	45.000
A particulares		
Créditos em conta corrente	97.244	128.318
Descobertos	2.099	2.619
	100.345	494.002
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	113.761	112.882
	113.761	112.882
	29.414.491	73.319.741
Provisões para imparidade do crédito	(181.683)	(170.374)
	29.232.808	73.149.367

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 6,9% (31 de Dezembro de 2007: 6,24%).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 983 318 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2007: 134 373 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
€		
Até 3 meses	20.774.230	61.715.768
De 3 meses a 1 ano	46.723	4.328
De 1 a 5 anos	3.351.208	7.618.413
Mais de 5 anos	5.128.569	3.868.350
Duração indeterminada	113.761	112.882
	29.414.491	73.319.741

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como se segue:

	€	
	2008	2007
Saldo inicial	170.374	117.775
Dotações	30.199	52.599
Utilizações	(18.890)	-
Saldo final	181.683	170.374

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	€	
	2008	2007
Taxa variável	28.338.346	73.218.185
Taxa fixa	1.076.175	101.556
	29.414.491	73.319.741

A reconciliação do capital em locação pode ser apresentado com se segue:

	€	
	2008	2007
Rendas e valores residuais vincendos	2.226.909	1.751.227
Juros vincendos	256.337	236.761
Capital vincendo	1.970.572	1.514.466

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	€	
	2008	2007
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	1.035	-
De 3 meses a 1 ano	11.572	-
De 1 a 5 anos	1.805.458	1.147.102
Mais de 5 anos	408.844	604.125
	2.226.909	1.751.227
Juros vincendos		
Até 3 meses	6	-
De 3 meses a 1 ano	201	-
De 1 a 5 anos	188.795	132.735
Mais de 5 anos	67.335	104.026
	256.337	236.761
Capital vincendo		
Até 3 meses	1.029	-
De 3 meses a 1 ano	11.371	-
De 1 a 5 anos	1.616.663	1.014.367
Mais de 5 anos	341.509	500.099
	1.970.572	1.514.466

NOTA 22. INVESTIMENTOS DETIDOS À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica é composta integralmente por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – de outros emissores, cotados.

O escalonamento dos Investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é apresentado como se segue:

	€
	2008
De 3 meses a 1 ano	5.789.405
De 1 a 5 anos	111.862.493
Mais de 5 anos	16.886.543
	134.538.441

O justo valor da carteira de Investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na nota 35.

No decorrer do exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	À data de transferência 1 Julho 2008			Cash flows futuros	Taxa efectiva	Valor de mercado Dez 2008	Reserva de just valor a amortizar Dez 2008	Impacto em resultados
		Valor de balanço	Reserva de justo valor						
			Positiva	Negativa					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De outros emissores	119.020.655	114.592.641	22.622	5.496.581	129.914.003	7%	108.165.482	5.337.168	(136.791)
	119.020.655	114.592.641	22.622	5.496.581	129.914.003		108.165.482	5.337.168	(136.791)

A 31 de Dezembro de 2008, o Banco avaliou a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Investimentos detidos até à maturidade, considerando não existirem eventos com impacto no montante expectável dos fluxos de caixa futuros.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 34.

NOTA 23. ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
€		
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.219.741	1.317.102
De serviço próprio	1.148.353	958.783
	3.368.094	2.275.885
Equipamento		
Equipamento informático	3.954.593	3.557.958
Mobiliário e material	529.988	497.328
Instalações e interiores	308.497	306.513
Equipamento de segurança	103.402	66.249
Máquinas e ferramentas	91.836	82.995
Equipamento informático em locação financeira	-	153.781
	4.988.316	4.664.824
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	8.520.414	5.470.185
	8.520.414	5.470.185
	16.876.824	12.410.894
Depreciação acumulada	(5.129.497)	(4.470.185)
	11.747.327	7.940.709

A rubrica Imobilizado em curso respeita, essencialmente, ao edifício da futura sede ainda em construção.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
€				
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	2.201.430	3.859.448	4.527.366	10.588.244
Adições	74.455	805.376	942.819	1.822.650
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	2.275.885	4.664.824	5.470.185	12.410.894
Adições	110.907	323.492	4.031.531	4.465.930
Transferências	981.302	-	(981.302)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.368.094	4.988.316	8.520.414	16.876.824
Depreciações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	657.934	3.235.624	-	3.893.558
Amortizações do exercício	168.919	407.708	-	576.627
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	826.853	3.643.332	-	4.470.185
Amortizações do exercício	259.011	400.301	-	659.312
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1.085.864	4.043.633	-	5.129.497
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	2.282.230	944.863	8.520.414	11.747.327
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	1.449.032	1.021.492	5.470.185	7.940.709

NOTA 24. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	5.618.419	5.501.859
Outras	586.747	586.747
	6.205.166	6.088.606
Imobilizações em curso	27.560	27.560
	6.232.726	6.116.166
Amortização acumulada	(5.760.484)	(5.277.889)
	472.242	838.277

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	€		
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	5.177.185	643.415	5.820.600
Adições:			
Adquiridas a terceiros	272.616	22.950	295.566
Transferências	52.058	(52.058)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5.501.859	614.307	6.116.166
Adições:			
Adquiridas a terceiros	116.560	-	116.560
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	5.618.419	614.307	6.232.726
Amortizações			
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	4.103.741	587.492	4.691.233
Amortizações do exercício	586.656	-	586.656
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	4.690.397	587.492	5.277.889
Amortizações do exercício	482.595	-	482.595
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	5.172.992	587.492	5.760.484
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	445.427	26.815	472.242
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	811.462	26.815	838.277

NOTA 25. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

€					
2008					
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de balanço
BIG capital - SGPS, S.A.	6.562.138	41,01%	6.562.138	6.562.138	5.614.917
					5.614.917

€					
2007					
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de balanço
BIG capital - SGPS, S.A.	6.562.138	41,01%	6.562.138	6.562.138	6.603.020
					6.603.020

Em 31 de Julho de 2007 foi deliberado em Assembleia Geral de accionistas da BIG Capital (i) a restituição de prestações suplementares ao Banco no montante de 2 000 000 euros, (ii) a conversão de 2 000 000 acções ordinárias em acções preferenciais sem voto e (iii) um aumento de capital da BIG Capital de 4 000 000 euros para 16 000 000 euros. No âmbito deste aumento de capital o Banco subscreveu 1 281 069 novas acções ordinárias pelo seu valor nominal (1 euro por acção) e 1 281 069 novas acções preferenciais sem voto pelo seu valor nominal de (1 euro por acção). Após estas operações o investimento do Banco na BIG Capital ascende a 6 562 138 euros, correspondente a 3 281 069 acções ordinárias e a 3 281 069 acções preferenciais sem voto, representativas de 41,01% do capital social da BIG Capital. Com a diluição da participação verificada após as referidas operações o BIG reconheceu no exercício de 2007 uma perda de diluição no montante de 381 866 euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os detalhes da BIG Capital, são apresentados como se segue:

€						
	2008			2007		
	Total do activo	Total do capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do activo	Total do capital próprio	Resultado líquido do exercício
BIG capital - SGPS, S.A.	15.977.020	13.660.663	(795.809)	16.572.065	16.099.679	222.249

O resultado líquido consolidado da BIG Capital até 31 de Julho de 2007, foi consolidado linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas do BIG preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2007.

NOTA 26. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Aplicações - Contas caução	1.955.967	6.028.126
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.078.501	2.468.768
Devedores e outras aplicações	425.491	199.821
Sector público administrativo	120.589	126.864
Devedores diversos	409.582	433.355
	3.990.130	9.256.934
Provisão para perdas por imparidade para outros activos	(265.739)	(126.766)
	3.724.391	9.130.168
Rendimentos a receber	769.205	631.918
Despesas com custo diferido	771.409	455.919
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	34.847.598	34.231.553
Activos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 13)	562.806	735.517
Outras operações a regularizar	288.792	658.241
	35.699.196	35.625.311
Pensões de reforma - custos com serviços passados diferidos (nota 13)	2.983.008	3.334.364
	43.947.209	49.167.680

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Os movimentos ocorridos em Provisões para perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	€	
	2008	2007
Saldo inicial	126.766	35.386
Dotações	146.791	-
Utilizações	(7.818)	(469)
Transferências	-	97.944
Reversões	-	(6.095)
Saldo final	265.739	126.766

NOTA 27. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica, no montante de 84 011 667 euros, respeita a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade, com data de vencimento até uma semana. O valor dos títulos dados em garantia ascende a 87 336 914 euros (ver nota 34.).

NOTA 28. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
No país		
Depósitos	224.985	176.669
	224.985	176.669
No estrangeiro		
Depósitos	2.185.399	251.300
Recursos a muito curto prazo	195.000	2.512.520
Outros recursos	7.183.160	40.084.054
	9.563.559	42.847.874
	9.788.544	43.024.543

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,25% (31 de Dezembro de 2007: 1,26%).

Os prazos residuais dos Recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até 3 meses	8.426.138	20.967.989
De 3 meses e 1 ano	-	16.554.211
De 1 a 5 anos	1.362.406	5.502.343
	9.788.544	43.024.543

NOTA 29. RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos à ordem	127.782.004	125.627.345
Depósitos a prazo	135.769.083	113.936.762
Outros	32.938.977	42.673.777
	296.489.764	282.237.884

Os prazos residuais dos Recursos a clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até 3 meses	254.568.459	223.900.969
De 3 meses a 1 ano	39.279.197	48.084.679
De 1 a 5 anos	2.642.108	10.252.236
	296.489.764	282.237.884

NOTA 30. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€
	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	75.945
Dotações	184.021
Transferências	(97.945)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	162.021
Reposições	(1.795)
Utilizações	(10.226)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	150.000

NOTA 31. IMPOSTOS

O Banco e as suas Subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado pelo Banco e as suas Subsidiárias com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. O cálculo do imposto diferido de 2008 e 2007 foi apurado com base na taxa de 26,5%, taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco e as suas Subsidiárias ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e as suas Subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como seguem:

	€	
	2008	2007
Prejuízos fiscais reportáveis	827.911	-
Provisões	345.539	254.577
Activos financeiros detidos para negociação	(34.567)	(51.851)
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.369.377)	56.749
Outros	71.898	152.450
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	(158.596)	411.925
Movimento do imposto no ano	(570.521)	841.795

O movimento do imposto diferido em 2008 e 2007 explica-se de seguida:

	2008			2007		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Prejuízos fiscais reportáveis	-	827.911	827.911	-	-	-
Provisões	90.962	-	90.962	(68.687)	-	(68.687)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	672.263	-	672.263
Activos financeiros disponíveis para venda	9.569	(1.435.695)	(1.426.126)	9.568	90.341	99.909
Activos financeiros detidos para negociação	17.284	-	17.284	17.284	-	17.284
Outros	(80.552)	-	(80.552)	121.026	-	121.026
	37.263	(607.784)	(570.521)	751.454	90.341	841.795

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	€	
	2008	2007
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	2.429.650	467.542
Imposto diferido	(607.784)	90.341
	1.821.866	557.883
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(2.507.846)	(3.526.020)
De exercícios anteriores	54.674	17.719
	(2.453.172)	(3.508.301)
Imposto diferido	37.263	751.454
	(2.415.909)	(2.756.847)
	(594.043)	(2.198.964)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008		2007	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		8.841.839		14.025.112
Imposto apurado com base na taxa	26,50%	2.343.087	26,50%	3.716.655
Fundo de pensões não dedutível	3,15%	278.638	-1,49%	(209.208)
Dividendos não tributáveis	-1,35%	(119.090)	-7,46%	(1.046.226)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,00%	-	0,21%	28.904
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	0,64%	56.186	1,95%	273.817
Benefícios fiscais	-0,49%	(43.706)	-0,17%	(24.352)
Outros	-0,27%	(23.856)	0,58%	80.948
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	-0,86%	(75.350)	-0,46%	(63.691)
	27,32%	2.415.909	19,66%	2.756.847

NOTA 32. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
€		
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	2.224.816	1.725.860
Recursos diversos	835.000	2.320.000
Sector público administrativo	731.337	697.591
Credores por operações sobre valores mobiliários	3.839	6.131
Credores por fornecimento de bens	119	-
Outros credores	50	4.545
	3.795.161	4.754.127
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	3.345.100	6.056.892
Outros encargos a pagar	929.803	1.455.490
	4.274.903	7.512.382
Receitas com rendimento diferido	742.339	980.848
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	37.070.298	35.670.083
Outras operações a regularizar	13.871.136	36.226.855
	50.941.434	71.896.938
	59.753.837	85.144.295

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

A rubrica Outras operações a regularizar inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 12 551 697 euros referente a um contrato celebrado com o grupo TAP, conforme referido na nota 19. Em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica inclui o montante de 33 971 825 euros, referente a valores a regularizar junto de clientes, cuja regularização ocorreu nos primeiros dias de Janeiro de 2008.

NOTA 33. CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

O movimento da situação líquida é detalhado como segue:

	Capital	Prémios de emissão	Acções Próprias	Reservas de justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultado líquido do exercício	Total de Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	75.082.920	5.756.889	(1.787.013)	(114.743)	1.368.811	7.761.366	7.281.336	95.349.566
Distribuição do lucro do exercício de 2006								
Transferência para reservas	-	-	-	-	703.619	3.593.430	(4.297.049)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.984.287)	(2.984.287)
Varição de acções próprias	-	-	165.216	-	-	(53.338)	-	111.878
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	1.032.769	-	-	-	-	1.032.769
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor liquidadas de imposto	-	-	-	(2.232.372)	-	-	-	(2.232.372)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	227.622	-	227.622
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	15.410	-	15.410
Ganhos / Perdas de diluição	-	-	-	-	-	(381.866)	-	(381.866)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.268.265	11.268.265
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	75.082.920	5.756.889	(589.028)	(2.347.115)	2.072.430	11.162.624	11.268.265	102.406.985
Distribuição do lucro do exercício de 2007								
Transferência para reservas	-	-	-	-	1.102.668	6.429.646	(7.532.314)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.735.951)	(3.735.951)
Varição de acções próprias	-	-	535.068	-	-	(49.104)	-	485.964
Varição empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	(2.062.314)	-	-	-	-	(2.062.314)
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor liquidadas de imposto	-	-	-	(11.595.217)	-	-	-	(11.595.217)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(192.851)	-	(192.581)
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	20.250	-	20.250
Aumento de capital	12.487.080	3.129.504	-	-	-	-	-	15.616.584
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.425.930	6.425.930
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	87.570.000	8.886.393	(2.116.274)	(13.942.332)	3.175.098	17.370.565	6.425.930	107.369.380

Capital

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital do Grupo encontra-se representado por 87 570 000 acções (31 de Dezembro de 2007: 75 082 920), com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista do Grupo é a seguinte:

	2008	2007
António da Silva Rodrigues	12,34%	14,40%
Adger – SGPS, S.A.	10,98%	12,80%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	8,44%	7,89%
JRI – SGPS, S.A.	5,17%	6,04%
MSF – SGPS, S.A.	5,00%	5,70%
WWC World Wide Capital - SGPS, S. A.	4,99%	4,40%
Manuel Domingos Vicente	4,99%	-
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	4,69%	5,47%
Nicholas Leo Racich	4,54%	4,04%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,32%	3,11%
Alfredo Milne e Carmo	2,11%	2,46%
Endutex – SGPS, S.A.	1,71%	2,00%
Outros	31,72%	31,69%
	100,00%	100,00%

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu ao aumento de capital de 75 082 920 euros para 87 570 000 euros mediante a emissão de 12 487 080 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2008, os prémios de emissão no montante de 8 886 393 euros (31 de Dezembro de 2007: 5 756 889) referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2008		2007	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	363.893	537.394	475.768	702.610
Alienações	(362.318)	(535.068)	(111.875)	(165.216)
Saldo no final do ano	1.575	2.326	363.893	537.394
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	39.718	51.634	834.156	1.084.403
Movimento	1.779.090	2.062.314	(794.438)	(1.032.769)
Saldo no final do ano	1.818.808	2.113.948	39.718	51.634
Saldo final	1.820.383	2.116.274	430.411	589.028

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Grupo deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisada da seguinte forma:

	2008	2007
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (1)	83.797.156	109.629.333
Perdas por imparidade	(1.065.735)	(170)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	67.217.560	106.948.393
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor	(15.513.861)	(2.680.770)
Reserva de justo valor de associadas	(853.746)	(269.754)
Impostos diferidos	(522.330)	85.454
Impostos correntes	2.947.605	517.955
	(13.942.332)	(2.347.115)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2008 e 2007 é analisada da seguinte forma:

	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	(2.347.115)	(114.743)
Varição de justo valor	(12.833.091)	(2.790.255)
Reserva de justo valor de associadas excluídas de consolidação	(583.992)	-
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	2.429.650	467.542
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(607.784)	90.341
	(11.595.217)	(2.232.372)
Saldo em 31 de Dezembro	(13.942.332)	(2.347.115)

NOTA 34. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	100.862.104	7.500.000
Garantias e avales	1.504.541	29.433.406
	102.366.645	36.933.406
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avales	258.455	-
Outras	995.130	655.795
Garantias reais		
Títulos	19.255.887	102.649.966
Créditos	18.576.323	81.239.772
Valores imobiliários	11.829.843	8.884.251
	50.915.638	193.429.784
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	78.895	-
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	1.111.294	775.893
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	82.165.386	120.727.654
	83.355.575	121.503.547
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	664.700.434	981.284.426
Por valores administrados pela instituição	33.754.744	47.025.243
Por cobrança de valores	10.145	1.007.447
	698.465.323	1.029.317.116

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 7 000 000 euros (31 de Dezembro de 2007: 7 000 000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 700 000 euros (31 de Dezembro de 2007: 500 000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de Bancos Centrais no montante de 87 336 914 euros, estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade.
- títulos dados em garantia à LCH.Clearnet no montante de 5 825 190 euros, estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

NOTA 35. JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Justo valor		Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Com Cotação	Modelos de Valorização			
31 de Dezembro de 2008					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	2.633.391	2.633.391	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	96.520.228	96.520.228	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	6.172.579	1.742.095	-	7.914.674	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	54.665.533	-	12.552.027	67.217.560	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	-	-	162.499.861	162.499.861	162.499.861
Crédito a clientes	-	-	29.232.808	29.232.808	29.232.808
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	134.538.441	134.538.441	126.732.530
Activos financeiros	60.838.112	1.742.095	437.976.756	500.556.963	492.751.052
Recursos de bancos centrais	-	-	84.011.667	84.011.667	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	2.981.649	2.364.943	-	5.346.592	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	9.788.544	9.788.544	9.788.544
Recursos de clientes	-	-	296.489.764	296.489.764	296.489.764
	2.981.649	2.364.943	390.289.975	395.636.567	395.636.567
31 de Dezembro de 2007					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1.749.589	1.749.589	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	56.338.009	56.338.009	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	21.802.134	9.967.248	-	31.769.382	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	106.948.063	-	330	106.948.393	106.948.393
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	188.834.939	188.834.939	188.834.939
Crédito a clientes	-	-	73.149.367	73.149.367	73.149.367
Activos financeiros	128.750.197	9.967.248	320.072.234	458.789.679	458.789.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.522.800	10.501.114	-	12.023.914	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	43.024.543	43.024.543	43.024.543
Recursos de clientes	-	-	282.237.884	282.237.884	282.237.884
	1.522.800	10.501.114	325.262.427	337.286.341	337.286.341

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de cobertura e de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização foram os seguintes:

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2008 e 2007, podem ser analisadas como segue:

	2008		2007	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	2,050	0,000	4,250	1,900
1 mês	2,603	0,436	4,288	4,600
3 meses	2,892	1,425	4,684	4,702
6 meses	2,971	1,750	4,707	4,596
9 meses	3,018	1,898	4,725	4,378
1 ano	3,049	2,004	4,745	4,224
3 anos	2,955	1,749	4,502	3,905
5 anos	3,250	2,133	4,555	4,178
7 anos	3,479	2,310	4,611	4,416
10 anos	3,470	2,563	4,721	4,670
15 anos	3,923	2,733	4,859	4,888
20 anos	3,883	2,743	4,908	4,980
25 anos	3,698	2,706	4,910	5,017
30 anos	3,568	2,707	4,888	5,028

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2008 e 2007, podem ser analisadas como se segue:

	2008		2007	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	54,21	129,93	16,35	23,93
5 anos	2,90	3,69	1,59	2,27
7 anos	6,10	8,18	3,16	4,98
10 anos	8,52	13,24	4,65	6,73

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2008 e 2007, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como segue:

	2008	2007	Volatilidades		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,3971	1,4589	19,99	15,55	12,57
EUR/GBP	0,9548	0,7350	15,71	12,33	10,35
EUR/JPY	126,70	163,04	32,46	23,75	19,07
EUR/CHF	1,4930	1,6538	12,99	9,85	8,16

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2008 e 2007, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2008	2007	Varição	1 mês	3 meses	Call	Put
<i>PSI20</i>	6.341,34	13.019,36	(51,29)	29,16	46,80	36,14	39,34
<i>Eurostoxx</i>	2.447,62	4.399,72	(44,37)	52,31	58,02	38,60	38,91
<i>DAX</i>	4.810,2	8.067,32	(40,37)	52,35	56,00	37,52	37,76
<i>S&P</i>	903,25	1.468,36	(38,49)	59,92	64,12	35,56	36,95
<i>Nasdaq</i>	1.211,65	2.084,93	(41,89)	56,70	63,15	36,22	37,52
<i>Dow Jones Ind.</i>	8.776,39	13.264,82	(33,84)	51,79	58,50	35,58	38,32

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Banco é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 36. GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE**Gestão de Risco – Geral**

Os processos de gestão de risco implementados pelo Grupo, focam-se na gestão de (i) riscos de mercado, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos operacionais, incluindo estes os riscos tecnológicos e de processamento de operações.

As responsabilidades formais do controlo dos riscos no Grupo começam no Conselho de Administração, cujos membros gerem de forma delegada: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos. Dentro de limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. As grandes exposições ou decisões significativas que ultrapassem o âmbito destes limites exigem análise e aprovação ao nível do Conselho de Administração.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Os principais riscos:

Risco de Taxa de Juro: resultante de exposições a mudanças, oscilações e tendências das *yields curves*, volatilidades das taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

Risco de Preço de Acções e Commodities: resultante de exposições a variações de preços de activos subjacentes e volatilidade.

Risco Cambial: resultante de exposições a variações nos câmbios *spot* e *forward* e na sua volatilidade.

Risco de Liquidez: resultante das necessidades gerais de *funding* e de gestão de activos e passivos do Grupo.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar a sua exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, entre os quais:

Indicadores estatísticos:

Value at Risk (VaR)

Indicadores não estatísticos:

Testes de *stress* do *Economic Value*

Testes de *stress* do *Earnings at Risk*

Basis Point Values

Ao nível das linhas de produtos e carteiras de clientes particulares, as medidas estatísticas, tais como o *VaR*, são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e medidas de *earnings-at-risk advisories*, para assegurar os controlos adequados sobre os resultados esperados por tipo de risco, em quaisquer condições de mercado.

O Grupo calcula o *VaR* utilizando um horizonte temporal de um mês (22 dias úteis) e um intervalo de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo poderia esperar incorrer em perdas superiores ao *VaR* estimado apenas uma vez em cada 100 dias úteis, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008				2007			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3.026	30.817	101.357	1.311	54.668	50.732	89.514	14.323
Risco taxa de juro	72.691	230.074	701.930	4.299	308.512	311.300	871.946	97.331
Acções	99.859	220.311	617.467	29.332	319.815	475.755	1.462.964	115.526
Mercadorias	-	-	-	-	-	37.036	122.408	3.254
Opções	77.026	286.448	2.080.265	20.420	117.846	128.512	495.512	12.662
Efeito da diversificação	41%	39%			62%	49%		
	148.067	468.411	2.702.945	18.271	306.949	512.690	1.462.349	184.881

A margem da carteira bancária assumindo as taxas de juro médias de remuneração para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	2008			2007		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.247.930	3.252.565	3,49%	72.061.333	2.730.880	3,79%
Títulos disponíveis para venda	96.246.941	3.898.932	4,05%	76.950.417	4.004.245	5,20%
Aplicações em instituições de crédito	160.815.772	7.611.366	4,73%	132.468.472	4.397.376	3,32%
Crédito a clientes	41.137.178	2.837.926	6,90%	76.831.245	4.365.724	5,68%
Investimentos detidos até à maturidade	41.084.617	3.268.032	7,95%	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	-	757.307	-	-	703.713	-
Activos financeiros	432.532.438	21.626.128	4,82%	358.311.467	16.201.938	4,33%
Recursos de outras instituições de crédito	26.485.659	1.125.567	4,25%	54.686.135	691.506	1,26%
Recursos de clientes	355.914.585	10.039.562	2,82%	276.199.207	5.991.766	2,19%
Outros juros e custos similares	-	770.388	-	-	18.004	-
Passivos financeiros	382.400.244	11.935.517	2,92%	330.885.342	6.701.276	2,02%
Resultado financeiro		9.690.611	1,90%		9.500.662	2,31%

Risco Cambial

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	2008					Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.619.642	8.773	4.976	-	-	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.395.281	5.103.859	699.797	69.541	251.750	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	7.873.949	32.424	8.301	-	-	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	65.597.211	1.620.349	-	-	-	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	141.220.819	21.279.042	-	-	-	162.499.861
Crédito a clientes	28.678.831	553.917	-	60	-	29.232.808
Investimentos detidos até à maturidade	132.137.474	1.039.790	1.361.177	-	-	134.538.441
Activos tangíveis	11.747.327	-	-	-	-	11.747.327
Activos intangíveis	472.242	-	-	-	-	472.242
Investimentos em subsidiárias e associadas	5.614.917	-	-	-	-	5.614.917
Activos por impostos correntes	729.722	-	-	-	-	729.722
Outros activos	40.119.286	3.778.604	28.444	19.299	1.576	43.947.209
Total do activo	527.206.701	33.416.758	2.102.695	88.900	253.326	563.068.380
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	84.011.667	-	-	-	-	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	5.270.479	66.142	9.971	-	-	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	557.984	9.227.757	-	24	2.779	9.788.544
Recursos de clientes	283.478.262	13.004.448	7.033	-	21	296.489.764
Provisões	150.000	-	-	-	-	150.000
Passivos por impostos diferidos	158.596	-	-	-	-	158.596
Outros passivos	53.909.033	5.417.066	360.975	66.763	-	59.753.837
Total de passivo	427.536.021	27.715.413	377.979	66.787	2.800	455.699.000
Activo - Passivo líquido por moeda	99.670.680	5.701.345	1.724.716	22.113	250.526	107.369.380
Total de Capital Próprio	108.211.750	(621.420)	(220.950)	-	-	107.396.380
Exposição Líquida	(8.541.070)	6.322.765	1.945.666	22.113	250.526	-

€

2007						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.724.918	4.510	20.161	-	-	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45.893.057	8.248.426	919.387	413.543	863.596	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	26.240.199	5.282.650	144.593	-	101.940	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	102.398.173	2.513.416	2.036.804	-	-	106.948.393
Aplicações em instituições de crédito	97.458.697	91.376.242	-	-	-	188.834.939
Crédito a clientes	73.149.367	-	-	-	-	73.149.367
Activos tangíveis	7.940.709	-	-	-	-	7.940.709
Activos intangíveis	838.277	-	-	-	-	838.277
Investimentos em associadas excluídas da consolidação	6.603.020	-	-	-	-	6.603.020
Activos por impostos correntes	1.248.352	-	-	-	-	1.248.352
Activos por impostos diferidos	411.925	-	-	-	-	411.925
Outros activos	44.726.770	4.376.342	52.199	12.369	-	49.167.680
Total do activo	408.633.464	111.801.586	3.173.144	425.912	965.536	524.999.642
Passivo por moeda						
Passivos financeiros detidos para negociação	11.040.705	840.010	143.199	-	-	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	1.107.084	41.798.084	-	119.375	-	43.024.543
Recursos de clientes	272.343.468	9.738.426	155.971	-	19	282.237.884
Provisões	162.021	-	-	-	-	162.021
Outros passivos	20.921.464	59.637.903	2.910.953	709.076	964.899	85.144.295
Total de passivo	305.574.742	112.014.423	3.210.123	828.451	964.918	422.592.657
Activo - Passivo líquido por moeda	103.058.722	(212.837)	(36.979)	(402.539)	618	102.406.985
Total de Capital Próprio	102.406.985	-	-	-	-	102.406.985
Exposição Líquida	651.737	(212.837)	(36.979)	(402.539)	618	-

Risco de Re-ricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontram-se apresentados conforme segue:

€

2008						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.633.391	2.633.391	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	96.520.228	96.520.228	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	67.217.560	49.798.316	-	722.601	16.696.643	-
Aplicações em instituições de crédito	162.499.861	-	132.009.990	30.470.289	19.582	-
Crédito a clientes	29.414.491	113.761	20.774.230	46.723	3.351.208	5.128.569
Investimentos detidos até à maturidade	134.538.441	134.538.441	-	-	-	-
Total	492.823.972	283.604.137	152.784.220	31.239.613	20.067.433	5.128.569
Recursos de bancos centrais	84.011.667	84.011.667	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9.788.544	-	8.426.128	-	1.362.406	-
Recursos de clientes	296.489.764	127.782.004	126.786.455	39.279.197	2.642.108	-
Total	390.289.975	211.793.671	135.212.593	39.279.197	4.004.514	-
GAP (Activos - Passivos)	102.533.997	71.810.466	17.571.627	(8.039.584)	16.062.919	5.128.569

	2007					
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.749.589	1.749.589	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.338.009	56.338.009	-	-	-	-
Títulos detidos para negociação	21.802.134	21.802.134	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	106.948.393	11.805.130	5.292.258	8.707.853	67.247.929	13.895.223
Aplicações em instituições de crédito	188.834.939	-	164.635.177	18.697.419	5.502.343	-
Crédito a clientes	73.319.741	112.882	61.715.768	4.328	7.618.413	3.868.350
Total	448.992.805	91.807.744	231.643.203	27.409.600	80.368.685	17.763.573
Recursos de outras instituições de crédito	43.024.543	-	20.967.989	16.554.211	5.502.343	-
Recursos de clientes	282.237.884	-	223.900.969	48.084.679	10.252.236	-
Total	325.262.427	-	224.868.958	64.638.890	15.754.579	-
GAP (Activos - Passivos)	123.730.378	91.807.744	(13.225.755)	(37.229.290)	64.614.106	17.763.573

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	2008				2007			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(679.707)	672.910	(300.826)	294.809	(2.878.968)	2.619.861	(1.563.518)	1.407.166
Em 30 de Junho	(204.128)	202.087	(313.893)	307.615	(2.827.489)	2.573.015	(1.471.433)	1.324.289

Risco de Liquidez

O GAP de tesouraria do Banco diminuiu ligeiramente em relação ao período homólogo. A gestão dos recursos imediatos do Banco é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

O GAP de tesouraria para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008	2007
Gap de tesouraria (milhões de euros)*	6,72	7,26
Gap de tesouraria / Activo líquido (%)	1,4%	1,4%
Rácio de liquidez (%)**	100,6%	285,5%

(*) GAP de tesouraria — liquidez imediata / créditos interbancários de curto prazo deduzidos de débitos interbancários até um ano.

(**) Conforme Instrução 1/2000 do Banco de Portugal

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

A qualidade do risco de crédito dos produtos de dívida *Held-to-Maturity*, por *rating*, referente ao último dia de exercício de 2008 é representado na tabela seguinte:

	€
	2008
Obrigações de dívida corporativa	
AA- a AA+	6.258.624
A- a A+	43.258.157
BBB- a BBB+	58.558.617
BB- a BB+	6.546.066
CCC- a CCC+	2.962.144
CC- a CC+	762.247
<i>Asset-Backed securitised</i>	
AAA	8.386.675
	126.732.529

Desta forma, a exposição ao risco de crédito do BIG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição dos activos detidos por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	€					
	2008					
	Créditos a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura e silvicultura	9.492	-	219	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	265.667	-	4.883.460	-
Alimentação, bebidas e tabaco	8.842	736	15	-	8.147.630	60.000
Papel, gráficas e editoriais	-	-	86.331	1.833.591	6.066.388	-
Indústria química	-	-	-	2.078.200	5.155.263	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	79.108	-	-	-	-	-
Máquinas e material de transporte	-	-	-	1.215.000	11.965.111	-
Electricidade, água e gás	-	-	1.668.895	15.135.791	6.262.556	-
Construção e obras públicas	337.637	8.261	66	1.169.996	1.832.643	-
Comércio por grosso e a retalho	17.706	-	11	519.915	16.240.572	-
Transportes e comunicações	-	-	51.295	12.868.827	9.714.870	-
Actividade financeira	107	-	4.903.512	15.529.839	52.343.226	744.500
Actividades imobiliárias	4.216.507	-	6	-	-	-
Outras empresas de serviços	6.609.128	97	122.598	7.564.764	11.926.722	-
Administração e serviços públicos	-	-	-	9.301.637	-	-
Outros serviços colectivos	-	-	6	-	-	-
Crédito à habitação	4.011.041	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	14.048.830	-	816.053	-	-	700.041
Outros	76.093	172.589	-	-	-	-
	29.414.491	181.683	7.914.674	67.217.560	134.538.441	1.504.541

	2007				
	Créditos a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura e silvicultura	93.475	-	231.574	-	24.000
Indústrias extractivas	-	-	762.242	2.016.361	-
Alimentação, bebidas e tabaco	1.635	-	87.241	3.112.999	-
Têxteis, vestuário e couro	89.129	-	-	-	-
Papel, gráficas e editoriais	-	-	1.312.291	3.858.497	-
Produtos petrolíferos	-	-	-	2.115.025	-
Indústria química	-	-	209.497	5.227.179	-
Indústrias metalúrgicas de base	-	-	-	5.240.275	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	133.877	-	343	1.028.113	-
Máquinas e material de transporte	-	-	914.340	10.594.575	-
Electricidade, água e gás	-	-	2.104.449	7.160.000	-
Construção e obras públicas	453.199	-	2.148.550	-	-
Comércio por grosso e a retalho	-	-	119.812	12.106.192	-
Turismo	6	-	-	-	-
Transportes e comunicações	-	-	-	14.598.336	-
Actividade financeira	31	-	17.093.230	14.181.172	704.500
Actividades imobiliárias	1.567.020	-	9.944	-	-
Outras empresas de serviços	6.553.057	26	3.833.613	7.430.698	27.747.911
Administração e serviços públicos	-	-	-	8.018.157	-
Outros serviços colectivos	-	-	364.798	-	-
Crédito à habitação	2.737.820	-	-	-	-
Crédito a particulares	61.528.635	170.348	1.668.367	10.260.814	956.995
Outros	161.857	-	900.091	-	-
	73.319.741	170.374	31.769.382	106.948.393	29.433.406

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito
- Integridade do processo de aprovação de crédito
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis das unidades de negócio individuais. Para monitorar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura autónoma, constituída pelos seguintes órgãos de supervisão interna que reportam ao Conselho de Administração:

- Comité de Risco Operacional, que analisa a conformidade dos procedimentos internos, a adequação do apoio humano e de sistemas para a condução normal das actividades e os riscos do dia-a-dia a que o Grupo está exposto, com base em processos de auto-avaliação e auditorias internas e externas programadas. Reporta ao COO.
- Comité de Risco Tecnológico, que supervisiona a adequação da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento e ligações do Grupo com fornecedores externos de informação e de serviços de execução. Reporta ao COO.
- Auditoria e Controlo, responsável pela condução de auditorias internas regulares às áreas operacionais e de *front-office*, incluindo análise de documentos e procedimentos. Reporta ao CEO. Reúne-se várias vezes por semana.
- Comité de *Compliance*, constituído por membros do Conselho de Administração e pelo *Compliance Officer* do Grupo, as suas responsabilidades incluem a monitorização da observância pelo Grupo de questões regulamentares e legais, cumprimento de procedimentos operacionais internos, código de ética e outras questões relacionadas. Reúne-se pelo menos uma vez por semana ou mais vezes se necessário, para analisar questões regulamentares e legais correntes.

Operações e sistemas

As principais prioridades da Administração no desenvolvimento dos processos de integração das áreas *front-office* e *back-office* são a necessidade de escalabilidade, segurança e adquirir capacidades de processamento *straight-through*. As áreas responsáveis por garantir a eficiência dos processos são a equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Grupo e as áreas de suporte das Operações.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontram-se apresentados conforme segue:

		2008	2007
€			
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias		94.340.120	80.250.781
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		20.545.663	13.235.054
Activos intangíveis e diversos		(15.175.957)	(6.938.997)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	99.709.826	86.546.838
Deduções aos fundos próprios totais		(5.166.795)	-
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	94.543.031	86.546.838
45% das reservas de reavaliação de justo valor positivas		-	38.514
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		-	38.514
Fundos Próprios Suplementares		-	1.971.916
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	94.543.031	88.557.268
B - Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)		-	217.685.775
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)		-	32.000.788
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		249.223.425	-
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		3.040.013	-
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		52.481.950	-
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	304.745.388	249.686.563
C - Rácios Prudenciais			
Rácio Core Tier 1	(A1/B)	32,7%	34,7%
Rácio Tier 1	(A2/B)	32,7%	34,7%
Rácio de Solvabilidade	(A3/B)	31,0%	35,5%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008	2007
Saldo no início do exercício	88.557.268	82.572.249
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias	14.089.339	1.197.985
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	7.310.609	4.104.880
Activos intangíveis e diversos	(8.236.960)	(721.389)
45% das reservas de reavaliação de justo valor positivas	(38.514)	(87.340)
Dedução de participações em instituições financeiras e diversos	(5.166.795)	(481.033)
Fundos Próprios Suplementares	(1.971.916)	1.971.916
Saldo no fim do exercício	94.543.031	88.557.268

NOTA 37. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao *IFRS 1* Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao *IAS 27* Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os *IFRS* pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os *IFRS* ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterado) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao *IFRS 2* a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao *IFRS 2* (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do *IFRS 2* alterado.

IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 o *IFRS 3* (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao *IAS 27* Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao *IAS 27* resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do *IFRS 3* e alteração do *IAS 27* são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 o *IFRS 8 Segmentos operacionais*, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O *IFRS 8* define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o *IAS 34 Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007 o *IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O *IAS 1 (alterado)* exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de "*comprehensive income*".

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Março de 2007 o *IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao *IAS 23* tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro uma alteração ao *IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e Obrigações decorrentes de liquidação* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros '*puttable*' e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do *IAS 32*, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda à sua reacquirição (instrumentos '*puttable*'), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O *IASB* alterou ainda o *IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras* tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao *IAS 32* venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao *IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura* a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O *IFRIC 13* Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O *IFRIC 15* Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do *IAS 18* Reconhecimento de proveitos ou do *IAS 11* Contratos de construção, sendo expectável que o *IAS 18* seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *IFRIC 16* Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *IFRIC 17* Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *IFRIC 18* Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- *Alteração ao IFRS 5* - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o *IFRS 5* se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 1* - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 16* - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao *IAS 16* não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 19* - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 20* - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o *IAS 20*. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 23* - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o *IAS 23* e o *IAS 39*. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 27* - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o *IFRS 5* Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do *IAS 39*. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo na medida em que, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o *IAS 27*;
- *Alteração ao IAS 28* - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao *IAS 28* tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do *IAS 36* Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 38* - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos nas contas do Grupo;

- Alteração ao *IAS 39* - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do *IFRS 8* Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. Não se esperam impactos nas contas do Grupo decorrentes da sua adopção;
- Alteração ao *IAS 40* - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do *IAS 40* (antes abrangidas pelo *IAS 16* Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Montantes expressos em euros)

Demonstração individual dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Juros e proveitos similares	4	21.626.128	16.159.945
Juros e custos similares	4	11.935.517	6.752.981
Margem financeira		9.690.611	9.406.964
Rendimentos de instrumentos de capital	5	887.313	503.000
Rendimentos de serviços e comissões	6	21.446.805	27.892.284
Encargos com serviços e comissões	6	(8.303.344)	(10.744.831)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(7.242.155)	7.146.586
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	4.416.762	592.869
Resultados de reavaliação cambial	9	3.306.143	100.544
Outros resultados de exploração	10	72.485	(1.094.428)
Proveitos operacionais		24.274.620	33.802.988
Custos com pessoal	11	8.295.126	13.057.133
Gastos gerais administrativos	13	4.356.617	5.478.691
Depreciações e amortizações	22 e 23	1.141.907	1.163.283
Provisões líquidas de anulações	29	(407.665)	231.081
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	7.290	84.493
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	1.065.565	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	146.791	(6.095)
Custos operacionais		14.605.631	20.008.586
Resultado antes de impostos		9.668.989	13.794.402
Impostos			
Correntes	30	2.450.326	3.508.301
Diferidos	30	46.446	(740.577)
Resultado após impostos e antes de interessas minoritários		7.172.217	11.026.678
Resultado líquido do exercício		7.172.217	11.026.678
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,09	0,15
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,09	0,15

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço individual

em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	2.633.391	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	96.520.228	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	17	7.914.674	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	18	67.217.560	106.948.393
Aplicações em instituições de crédito	19	162.499.861	188.834.939
Crédito a clientes	20	29.313.041	73.206.691
Investimentos detidos até à maturidade	21	134.538.441	-
Activos tangíveis	22	11.747.327	7.940.709
Activos intangíveis	23	472.242	838.277
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	6.712.138	6.562.138
Activos por impostos correntes		732.567	1.248.352
Activos por impostos diferidos	30	-	530.431
Outros activos	25	43.859.607	49.167.680
Total de Activo		564.161.077	525.134.590
Passivo			
Recursos de bancos centrais	26	84.011.667	-
Passivos financeiros detidos para negociação	17	5.346.592	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	27	9.788.544	43.024.543
Recursos de clientes	28	296.587.605	282.237.884
Provisões	29	361.697	779.589
Passivos por impostos diferidos	30	123.799	-
Outros passivos	31	59.724.133	85.144.295
Total de Passivo		455.944.037	423.210.225
Capital			
Capital	32	87.570.000	75.082.920
Prémios de emissão	32	8.886.393	5.756.889
Ações próprias	32	(2.116.274)	(589.028)
Reservas de justo valor	32	(13.088.586)	(2.077.361)
Outras reservas e resultados transitados	32	19.793.290	12.724.267
Resultado líquido do exercício		7.172.217	11.026.678
Total de Capital		108.217.040	101.924.365
Total de Passivo e Capital		564.161.077	525.134.590

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração individual dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
€			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		21.361.094	16.159.945
Juros e custos pagos		(11.237.599)	(6.752.981)
Serviços e comissões		13.177.263	17.147.453
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(16.602.462)	(18.020.414)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		164.328	(1.094.428)
		6.862.624	7.439.575
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(516.691)	1.593.124
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados		15.545.321	55.042.820
Aplicações em instituições de crédito		26.291.725	(109.857.170)
Recursos de bancos centrais		84.000.000	-
Recursos de instituições de crédito		(33.231.192)	18.809.490
Crédito a clientes		43.952.753	1.616.350
Recursos de clientes		13.661.097	53.907.073
Outros activos e passivos operacionais		(17.077.710)	46.773.173
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		139.487.927	75.324.435
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(1.934.541)	(6.129.662)
		137.533.386	69.194.773
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(150.000)	(562.138)
Dividendos recebidos		1.543.686	8.429.885
Activos financeiros disponíveis para venda		(86.236.049)	(60.940.976)
Investimentos detidos até à maturidade		(19.945.801)	-
Compra de imobilizações		(4.582.490)	(2.118.216)
		(109.370.654)	(55.191.445)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		485.965	1.144.644
Aumento de capital		15.616.584	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(3.735.951)	(2.984.287)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		12.366.598	(1.839.643)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		40.549.330	12.163.685
Caixa e equivalentes no início do período		56.681.726	44.518.041
Caixa e equivalentes no fim do período		97.231.056	56.681.726
		40.549.330	12.163.685
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	710.828	343.717
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	96.520.228	56.338.009
Total		97.231.056	56.681.726

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração individual de ganhos e perdas reconhecidos

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	32	(12.833.091)	(2.520.501)
Desvio actuarial do fundo de pensões	12	(192.851)	227.622
Impostos diferidos	30	(607.784)	90.341
Impostos correntes	30	2.429.650	467.542
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		(11.204.076)	(1.734.996)
Resultado líquido do exercício		7.172.217	11.026.678
Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício		(4.031.859)	9.291.682

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BIG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

NOTA 1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco de Investimento Global são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes.

Os *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BIG agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluímos *IFRS* em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2007. As principais normas adoptadas em 2008 são referidas separadamente.

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, foram adoptadas as alterações ao *IAS 39* Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração e ao *IFRS 7* Instrumentos financeiros – Divulgação de informações, relativas à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo *IASB* em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, o Banco adaptou a sua política contabilística referente à transferência entre categorias (conforme política contabilística descrita na nota 2.5.). Os efeitos decorrentes da aplicação em 2008 destas alterações encontram-se incluídos na nota 21.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de Março de 2009.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.2. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.3. Contabilidade de cobertura

Os derivados que se qualificam como instrumentos de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado.

É aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

- documentação formal da relação de cobertura, incluindo a identificação do item coberto, e do instrumento de cobertura;
- expectativa de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- eficácia de cobertura ao longo da vida da operação;
- mensuração com fiabilidade da eficácia da cobertura ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor

As variações de justo valor de um instrumento de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor do elemento coberto.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados, na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes, pelo seu valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Banco transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco retiver parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva

perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

De acordo com as NCA, contudo o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência de forma a que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

A carteira de crédito está sujeita à constituição de provisões de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, nomeadamente para:

- riscos específicos de crédito (vencido e cobrança duvidosa);
- riscos gerais de crédito, e;
- risco país.

As provisões para crédito e juros vencidos, destinam-se a fazer face ao risco de incobabilidade de créditos com prestações de capital ou juros vencidos e não regularizados, dependendo de eventuais garantias existentes sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos.

As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, a 0,5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco. O regime de constituição destas provisões é o que está previsto na Instrução nº 94/96 do Banco de Portugal.

2.5. Outros activos financeiros

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Banco tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou que não se enquadram na categoria acima referida.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo (*Trade date*).

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

O Banco procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas duas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre o justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva, bem como a reserva de justo valor existente na data da transferência.

Imparidade

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de as liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

2.9. Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço sendo classificados como activos dados em garantia. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

Os títulos comprados com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras.

2.10. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil esperada destes activos, neste caso de 3 anos.

2.12. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social.

As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BIG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida dos serviços remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua contribuições para o fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BIG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o IFRS 2, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviços (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto em vigor e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- quando obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de Juros e proveitos similares ou Juros e custos similares. Relativamente aos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados bem como aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada em resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade,

os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.20. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 37 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Banco.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

NOTA 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano 2008, consideraram-se os seguintes *triggers* da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e

as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Banco tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39.

O Banco avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na carteira de Investimentos detidos até à maturidade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4. MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Juros e proveitos similares		
Juros de aplicações	7.611.366	4.397.376
Juros de títulos disponíveis para venda	3.898.932	4.004.245
Juros de disponibilidades	3.539.183	2.730.880
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.268.032	-
Juros de crédito a clientes	2.841.874	4.365.724
Juros de activos financeiros detidos para negociação	4.600	-
Outros juros e proveitos similares	462.141	661.720
	21.626.128	16.159.945
Juros e custos similares		
Juros de recursos de clientes	(10.039.564)	(6.043.471)
Juros de recursos de instituições de crédito	(1.125.567)	(691.506)
Juros de recursos de bancos centrais	(434.211)	-
Outros juros e custos similares	(336.175)	(18.004)
	(11.935.517)	(6.752.981)
	9.690.611	9.406.964

NOTA 5. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica, no montante de 887 313 euros (31 de Dezembro de 2007: 503 000 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	15.955.658	21.622.757
Por serviços prestados	2.137.340	971.891
Por garantias prestadas	251.037	1.016.672
Por compromissos perante terceiros	9.490	20.500
Outros rendimentos de serviços e comissões	3.093.280	4.260.464
	21.446.805	27.892.284
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	(7.759.552)	(10.044.236)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(278.498)	(252.895)
Por serviços bancários de terceiros	(192.157)	(399.787)
Outros encargos de serviços e comissões	(73.137)	(47.913)
	(8.303.344)	(10.744.831)
	13.143.461	17.147.453

NOTA 7. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	37	-	37	316.132	(40.590)	275.542
De outros emissores	939.310	(3.828)	935.482	323.253	(110.200)	213.053
Acções	24.163.279	(33.302.942)	(9.139.663)	29.259.899	(18.668.791)	10.591.108
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	112.411	(126.552)	(14.141)	4.194	(19.935)	(15.741)
Contratos sobre taxas de juro	811.500	(1.117.572)	(306.072)	172.034	(59.576)	112.458
Contratos sobre acções/índices	51.577.550	(40.573.977)	11.003.573	31.078.067	(36.066.102)	(4.988.035)
Contratos sobre eventos de crédito	905.952	(428.516)	477.436	-	-	-
Contratos sobre futuros	29.078.050	(39.276.857)	(10.198.807)	22.156.168	(21.040.834)	1.115.334
Outros	-	-	-	5.399	(162.532)	(157.133)
	107.588.089	(114.830.244)	(7.242.155)	83.315.146	(76.168.560)	7.146.586

NOTA 8. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4.823	(24.850)	(20.027)	95	(43.208)	(43.113)
De outros emissores	1.854.560	(115.231)	1.739.329	171.010	(515.845)	(344.835)
Acções	2.980.230	(282.770)	2.697.460	1.099.736	(118.919)	980.817
	4.839.613	(422.851)	4.416.762	1.270.841	(677.972)	592.869

NOTA 9. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	3.306.143	-	3.306.143	100.544	-	100.544
	3.306.143	-	3.306.143	100.544	-	100.544

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1..

NOTA 10. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	17.637	12.277
Reembolsos de despesas	12.612	9.486
Outros	413.734	89.061
	443.983	110.824
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(105.436)	(125.507)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(63.969)	(33.326)
Quotizações e donativos	(23.430)	(19.726)
Outros	(178.753)	(1.026.693)
	(371.498)	(1.205.252)
	72.485	(1.094.428)

NOTA 11. CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2008	2007
Remunerações	(5.973.398)	(10.796.237)
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (nota 12)	(1.034.758)	(1.093.838)
de Contribuições definidas (nota 12)	(93.950)	(102.169)
Encargos sociais obrigatórios	(929.115)	(856.953)
Outros custos com o pessoal	(263.905)	(207.936)
	(8.295.126)	(13.057.133)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração em 31 de Dezembro de 2008 ascendem ao montante de 1 365 078 euros (31 de Dezembro de 2007: 1 343 770 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas em 31 de Dezembro de 2008 ascendem ao montante 1 382 935 euros (31 de Dezembro de 2007: 1 535 056 euros).

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do BIG durante os exercícios de 2008 e 2007 analisa-se como se segue:

	2008	2007
Funções directivas	19	21
Funções de chefia	25	20
Funções específicas	81	63
Funções administrativas	12	10
Funções auxiliares	1	1
	138	115

NOTA 12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS*Pensões de reforma*

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2008	2007	2008	2007
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	5,0%	-11,3%	-0,3%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	1,6%	1,6%
Taxa de correcção monetária	2,0%	2,0%		
Taxa de desconto	5,5%	5,0%		

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.13., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direito adquirido após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.479.179	6.433.081
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	7.041.985	7.168.598
Excesso / (défice) de cobertura (nota 25)	562.806	735.517
Custos com serviços passados diferidos (nota 25)	2.983.008	3.334.364
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.545.814	4.069.881
Desvios actuariais abatidos a reservas	98.902	(93.949)

Conforme referido na nota 2.13., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo encontra-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6.433.081	5.934.306
Custo do serviço corrente	720.178	767.501
Custo dos juros	321.654	267.020
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(972.442)	(535.746)
Pagamentos de benefícios e encargos	(23.292)	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.479.179	6.433.081

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008	2007
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	7.168.598	5.133.998
Rendimento real do fundo	(806.863)	(16.085)
Contribuições do Banco	703.542	2.050.685
Pagamento de benefícios e encargos	(23.292)	-
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.041.985	7.168.598

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2008	2007
Títulos de dívida pública	3.365.073	2.760.855
Acções	1.187.005	499.001
Unidades de participação	73.237	1.236.817
Outros	2.416.670	2.671.925
Activos líquidos em balanço	7.041.985	7.168.598

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	3.334.364	3.685.720
Amortização	(351.356)	(351.356)
Saldo em 31 de Dezembro	2.983.008	3.334.364

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2008	2007
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(93.949)	133.673
(Ganhos) / Perdas actuariais no ano:		
Responsabilidades	(972.442)	(535.746)
Do fundo	1.165.293	308.124
	192.851	(227.622)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	98.902	(93.949)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2008	2007
Custo do serviço corrente	720.178	767.501
Custo dos juros	321.654	267.020
Rendimento esperado do fundo	(358.430)	(292.039)
Amortização do exercício	351.356	351.356
Custo do exercício	1.034.758	1.093.838

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco reconheceu como custo o montante de 93 950 euros (31 de Dezembro de 2007: 102 169 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida.

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	€	
	2008	2007
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	4.069.881	2.885.412
Custo do exercício	(1.034.758)	(1.093.838)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	(192.851)	227.622
Contribuições efectuadas no ano	703.542	2.050.685
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.545.814	4.069.881

A evolução das responsabilidades e saldo do fundo para os anos de 2008 e 2007 bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	€	
	2008	2007
Responsabilidades	(6.479.179)	(6.433.081)
Saldo dos fundos	7.041.985	7.168.598
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	562.806	735.517
(Ganhos)/Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(423.796)	3.316
(Ganhos)/Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	1.165.293	308.124

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/08
1999	Mai-2012	4.000.000	1,00	23.450
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	7.934.000
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	1.090.060
2007	Mar-2020	66.800	1,34	50.696
2007	Mar-2020	15.600	1,35	12.036
2008	Jan-2018	7.425.000	1,36	610.000
2008	Mar-2021	9.000	1,36	9.000
2008	Mar-2021	55.000	1,35	55.000
2008	Mar-2019	100.000	1,15	100.000

NOTA 13. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	€	
	2008	2007
Rendas e alugueres	(897.843)	(727.759)
Fornecimentos	(599.798)	(703.700)
Comunicações	(460.024)	(464.611)
Deslocações, estadas e representação	(310.844)	(318.849)
Publicidade e edição de publicações	(288.607)	(598.578)
Serviços especializados		
Informática	(697.812)	(716.502)
Informações	(364.883)	(539.675)
Outros serviços especializados	(340.268)	(881.271)
Avenças e honorários	(87.364)	(76.279)
Bancos de dados	(48.037)	(43.809)
Segurança e vigilância	(22.635)	(26.743)
Mão de obra eventual	(19.016)	(88.538)
Outros	(219.486)	(292.377)
	(4.356.617)	(5.478.691)

NOTA 14. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	€	
	2008	2007
Resultado líquido	7.172.217	11.026.678
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	80.718.750	75.082.920
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(216.643)	(413.356)
Número médio de acções ordinárias em circulação	80.502.107	74.669.564
Resultado por acção básico (em euros)	0,09	0,15

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem acções ordinárias diluidoras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

NOTA 15. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Caixa	710.828	343.717
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1.922.563	1.405.872
	2.633.391	1.749.589

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

NOTA 16. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	87.987.023	37.318.599
	87.987.023	37.318.599
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	8.533.205	19.019.410
	8.533.205	19.019.410
	96.520.228	56.338.009

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 3,49% (31 de Dezembro de 2007: 3,54%).

NOTA 17. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Activos financeiros para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	28.020	-
Acções	2.151.523	20.178.104
Outros títulos de rendimento variável	3.993.036	1.624.030
	6.172.579	21.802.134
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.742.095	9.967.248
	7.914.674	31.769.382
Passivos financeiros de negociação		
Vendas a descoberto	2.981.649	1.522.800
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2.364.943	10.501.114
	5.346.592	12.023.914

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5. os Títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação - Títulos tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2008			2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	28.020	-	28.020	-	-	-
Acções	2.151.523	-	2.151.523	20.178.104	-	20.178.104
Outros títulos de rendimento variável	3.993.036	-	3.993.036	1.624.030	-	1.624.030
	6.172.579	-	6.172.579	21.802.134	-	21.802.134

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada de seguida:

	2008			2007		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	6.375.848	112.848	148.195	6.339.651	-	34.362
	6.375.848	112.848	148.195	6.339.651	-	34.362
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>						
<i>Compras</i>	5.000.000	36.786	-	94.200.000	3.972.631	1.524.315
<i>Vendas</i>	5.000.000			94.200.000		
	10.000.000	36.786	-	188.400.000	3.972.631	1.524.315
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>						
<i>Compras</i>	67.568.010	1.192.159	386.136	155.203.054	1.246.224	6.796.166
<i>Vendas</i>	67.568.010			155.203.054		
<i>Equity / Index Options</i>	45.879.897	400.302	1.830.612	127.377.452	4.748.393	2.146.271
	181.015.917	1.592.461	2.216.748	437.783.559	5.994.617	8.942.437
	197.391.765	1.742.095	2.364.943	632.523.210	9.967.248	10.501.114

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2008	2007
Títulos		
De 1 a 5 anos	28.020	-
Duração indeterminada	6.144.559	21.802.134
	6.172.579	21.802.134

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Instrumentos financeiros derivados por prazos de maturidade, é como se segue:

	2008		2007	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
De 3 meses a 1 ano	138.277.955	(959.071)	214.053.189	1.060.583
De 1 a 5 anos	54.209.242	340.092	189.389.989	(1.531.295)
Mais de 5 anos	-	-	143.680.032	(1.459.180)
Duração indeterminada	4.904.568	(3.869)	85.400.000	1.396.026
	197.391.765	(622.848)	632.523.210	(533.866)

NOTA 18. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	9.096.874	204.763	-	-	9.301.637
De outros emissores	12.969.271	33.198	(4.884.862)	-	8.117.607
Acções	61.731.011	-	(10.866.960)	(1.065.735)	49.798.316
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	83.797.156	237.961	(15.751.822)	(1.065.735)	67.217.560
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	7.958.787	59.370	-	-	8.018.157
De outros emissores	86.612.304	26.217	(2.026.831)	-	84.611.690
Acções	12.544.826	-	(739.526)	(170)	11.805.130
Outros títulos de rendimento variável	2.513.416	-	-	-	2.513.416
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	109.629.333	85.587	(2.766.357)	(170)	106.948.393

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,05% (31 de Dezembro de 2007: 5,57%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.6., o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

A 31 de Dezembro de 2008, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na nota 33.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2008			2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.301.637	-	9.301.637	8.018.157	-	8.018.157
De outros emissores	8.117.607	-	8.117.607	84.611.690	-	84.611.690
Acções	37.246.289	12.552.027	49.798.316	11.804.800	330	11.805.130
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	2.513.416	-	2.513.416
	54.665.533	12.552.027	67.217.560	106.948.063	330	106.948.063

No decorrer do exercício de 2008 o Banco celebrou um contrato com o Grupo TAP, mediante o qual foi mandatado para adquirir uma participação de 19,9% na SPdH – Serviços Portugueses de Handling, SA pelo valor de 12 551 697 euros. Nesse mesmo contrato, o Grupo TAP obrigou-se a adquirir esta participação, tendo pago de imediato e antecipadamente ao Banco a totalidade do preço de aquisição da participação. Estes títulos encontram-se registados na rubrica Acções.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	€	
	2008	2007
Até 3 meses	-	5.292.258
De 3 meses a 1 ano	722.601	8.707.853
De 1 a 5 anos	16.696.643	67.247.929
Mais de 5 anos	-	13.895.223
Duração indeterminada	49.798.316	11.805.130
	67.217.560	106.948.393

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	€	
	2008	2007
Saldo inicial	170	170
Dotações	1.065.565	-
Saldo Final	1.065.735	170

NOTA 19. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	141.201.238	45.131.111
Empréstimos	19.582	-
Mercado monetário interbancário	-	50.141.459
Operações de compra com acordo de revenda	-	2.146.764
	141.220.820	97.419.334
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	15.458.821	56.347.483
Operações de compra com acordo de revenda	5.820.220	14.265.335
Empréstimos	-	20.802.787
	21.279.041	91.415.605
	162.499.861	188.834.939

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,73% (31 de Dezembro de 2007: 5%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	€	
	2008	2007
Até 3 meses	132.009.990	164.635.177
De 3 meses a 1 ano	30.470.289	18.697.419
De 1 a 5 anos	19.582	5.502.343
	162.499.861	188.834.939

NOTA 20. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
€		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	7.469.371	6.405.483
Créditos em conta corrente	2.959.499	13.196.134
Locação financeira	704.389	516.315
Descobertos	535.625	424.624
Outro crédito especializado	19.515	29.392
A particulares		
Créditos em conta corrente	10.081.358	45.441.314
Habitação	4.348.023	2.737.820
Locação financeira	1.266.183	998.151
Descobertos	327.691	1.118.928
Empréstimos	55.131	634.801
Outro crédito especializado	1.433.600	1.209.895
	29.200.385	72.712.857
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	502	318.065
Créditos em conta corrente	500	45.000
A particulares		
Créditos em conta corrente	97.244	128.318
Descobertos	2.099	2.619
	100.345	494.002
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	113.761	112.882
	113.761	112.882
	29.414.491	73.319.741
Provisões para imparidade do crédito	(101.450)	(113.050)
	29.313.041	73.206.691

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 6,9% (31 de Dezembro de 2007: 6,24%).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos ou títulos domiciliados no Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito do Banco inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 983 318 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2007: 134 373 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
€		
Até 3 meses	20.774.230	61.715.768
De 3 meses a 1 ano	46.723	4.328
De 1 a 5 anos	3.351.208	7.618.413
Mais de 5 anos	5.128.569	3.868.350
Duração indeterminada	113.761	112.882
	29.414.491	73.319.741

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como se segue:

	2008	2007
Saldo inicial	113.050	28.557
Dotações	7.290	98.500
Utilizações	(18.890)	-
Reversões	-	(14.007)
Saldo final	101.450	113.050

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2008	2007
Taxa variável	28.338.346	73.218.185
Taxa fixa	1.076.175	101.556
	29.414.491	73.319.741

A reconciliação do capital em locação pode ser apresentado com se segue:

	2008	2007
Rendas e valores residuais vincendos	2.226.909	1.751.227
Juros vincendos	256.337	236.761
Capital vincendo	1.970.572	1.514.466

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	1.035	-
De 3 meses a 1 ano	11.572	-
De 1 a 5 anos	1.805.458	1.147.102
Mais de 5 anos	408.844	604.125
	2.226.909	1.751.227
Juros vincendos		
Até 3 meses	6	-
De 3 meses a 1 ano	201	-
De 1 a 5 anos	188.795	132.735
Mais de 5 anos	67.335	104.026
	256.337	236.761
Capital vincendo		
Até 3 meses	1.029	-
De 3 meses a 1 ano	11.371	-
De 1 a 5 anos	1.616.663	1.014.367
Mais de 5 anos	341.509	500.099
	1.970.572	1.514.466

NOTA 21. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica é composta integralmente por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – de outros emissores, cotados.

O escalonamento dos Investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é apresentado como se segue:

	€
	2008
De 3 meses a 1 ano	5.789.405
De 1 a 5 anos	111.862.493
Mais de 5 anos	16.886.543
	134.538.441

O justo valor da carteira de Investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na nota 35.

No decorrer do exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	À data de transferência 1 Julho 2008					Taxa efectiva	Valor de mercado Dez 2008	Reserva de just valor a amortizar Dez 2008	Impacto em resultados
		Valor de balanço	Reserva de justo valor		Cash flows futuros					
			Positiva	Negativa						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo										
De outros emissores	119.020.655	114.592.641	22.622	5.496.581	129.914.003	7%	108.165.482	5.337.168	(136.791)	
	119.020.655	114.592.641	22.622	5.496.581	129.914.003		108.165.482	5.337.168	(136.791)	

O impacto em resultados é consequência das reclassificações efectuadas com data retroactiva a 1 de Julho de 2008.

A 31 de Dezembro de 2008, o Banco avaliou a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Investimentos detidos até à maturidade, considerando não existirem eventos com impacto no montante expectável dos fluxos de caixa futuros.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na nota 33.

NOTA 22. ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
€		
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.219.741	1.317.102
De serviço próprio	1.148.353	958.783
	3.368.094	2.275.885
Equipamento		
Equipamento informático	3.954.593	3.557.958
Mobiliário e material	529.988	497.328
Instalações e interiores	308.497	306.513
Equipamento de segurança	103.402	66.249
Máquinas e ferramentas	91.836	82.995
Equipamento informático em locação financeira	-	153.781
	4.988.316	4.664.824
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	8.520.414	5.470.185
	8.520.414	5.470.185
	16.876.824	12.410.894
Depreciação acumulada	(5.129.497)	(4.470.185)
	11.747.327	7.940.709

A rubrica Imobilizado em curso respeita, essencialmente, ao edifício da futura sede ainda em construção.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
€				
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	2.201.430	3.859.448	4.527.366	10.588.244
Adições	74.455	805.376	942.819	1.822.650
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	2.275.885	4.664.824	5.470.185	12.410.894
Adições	110.907	323.492	4.031.531	4.465.930
Transferências	981.302	-	(981.302)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3.368.094	4.988.316	8.520.414	16.876.824
Depreciações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	657.934	3.235.624	-	3.893.558
Amortizações do exercício	168.919	407.708	-	576.627
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	826.853	3.643.332	-	4.470.185
Amortizações do exercício	259.011	400.301	-	659.312
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1.085.864	4.043.633	-	5.129.497
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	2.282.230	944.863	8.520.414	11.747.327
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	1.449.032	1.021.492	5.470.185	7.940.709

NOTA 23. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	5.618.419	5.501.859
Outras	586.747	586.747
	6.205.166	6.088.606
Imobilizações em curso	27.560	27.560
	6.232.726	6.116.166
Amortização acumulada	(5.760.484)	(5.277.889)
	472.242	838.277

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	€		
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	5.177.185	643.415	5.820.600
Adições:			
Adquiridas a terceiros	272.616	22.950	295.566
Transferências	52.058	(52.058)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5.501.859	614.307	6.116.166
Adições:			
Adquiridas a terceiros	116.560	-	116.560
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	5.618.419	614.307	6.232.726
Amortizações			
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	4.103.741	587.492	4.691.233
Amortizações do exercício	586.656	-	586.656
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	4.690.397	587.492	5.277.889
Amortizações do exercício	482.595	-	482.595
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	5.172.992	587.492	5.760.484
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	445.427	26.815	472.242
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	811.462	26.815	838.277

NOTA 24. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

€				
2008				
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BIG capital - SGPS, S.A.	6.562.138	41,01%	6.562.138	6.562.138
BIG Serviços Financeiros, S. A.	150 000	100,0%	150 000	150 000
				6 712 138
€				
2007				
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BIG capital - SGPS, S.A.	6.562.138	41,01%	6.562.138	6.562.138
BIG Serviços Financeiros, S. A.	-	-	-	-
				6.562.138

Em 31 de Julho de 2007 foi deliberado em Assembleia Geral de accionistas da BIG Capital (i) a restituição de prestações suplementares ao Banco no montante de 2 000 000 euros, (ii) a conversão de 2 000 000 acções ordinárias em acções preferenciais sem voto e (iii) um aumento de capital da BIG Capital de 4 000 000 euros para 16 000 000 euros. No âmbito deste aumento de capital o Banco subscreveu 1 281 069 novas acções ordinárias pelo seu valor nominal (1 euro por acção) e 1 281 069 novas acções preferenciais sem voto pelo seu valor nominal de (1 euro por acção). Após estas operações o investimento do Banco na BIG Capital ascende a 6 562 138 euros, correspondente a 3 281 069 acções ordinárias e a 3 281 069 acções preferenciais sem voto.

A BIG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 25. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

€		
	2008	2007
Aplicações - Contas caução	1.955.967	6.028.126
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.078.501	2.468.768
Devedores e outras aplicações	425.491	199.821
Sector público administrativo	120.589	126.864
Devedores diversos	321.980	433.355
	3.902.528	9.256.934
Provisão para perdas por imparidade para outros activos	(265.739)	(126.766)
	3.636.789	9.130.168
Despesas com custo diferido	771.409	445.919
Rendimentos a receber	769.205	631.918
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	34.847.598	34.231.553
Activos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 12)	562.806	735.517
Outras operações a regularizar	288.792	658.241
	35.699.196	35.625.311
Pensões de reforma - custos com serviços passados diferidos (nota 12)	2.983.008	3.334.364
	43.859.607	49.167.680

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Os movimentos ocorridos em Provisões para perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	€	
	2008	2007
Saldo inicial	126.766	35.386
Dotações	146.791	-
Utilizações	(7.818)	(469)
Transferências	-	97.944
Reversões	-	(6.095)
Saldo final	265.739	126.766

NOTA 26. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica, no montante de 84 011 667 euros, respeita a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade, com data de vencimento até uma semana. O valor dos títulos dados em garantia ascende a 87 336 914 euros (ver nota 34.).

NOTA 27. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
No país		
Depósitos	224.985	176.669
	224.985	176.669
No estrangeiro		
Depósitos	2.185.399	251.300
Recursos a muito curto prazo	195.000	2.512.520
Outros recursos	7.183.160	40.084.054
	9.563.559	42.847.874
	9.788.544	43.024.543

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascendeu a 4,25% (31 de Dezembro de 2007: 1,26%).

Os prazos residuais dos Recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	€	
	2008	2007
Até 3 meses	8.426.138	20.967.989
De 3 meses e 1 ano	-	16.554.211
De 1 a 5 anos	1.362.406	5.502.343
	9.788.544	43.024.543

NOTA 28. RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Depósitos à ordem	127.879.845	125.627.345
Depósitos a prazo	135.769.083	113.936.762
Outros	32.938.977	42.673.777
	296.587.605	282.237.884

Os prazos residuais dos Recursos a clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	€	
	2008	2007
Até 3 meses	254.666.300	223.900.969
De 3 meses a 1 ano	39.279.197	48.084.679
De 1 a 5 anos	2.642.108	10.252.236
	296.587.605	282.237.884

NOTA 29. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€		
	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	570.507	75.945	646.452
Dotações	47.060	184.021	231.081
Transferências	-	(97.945)	(97.944)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	617.567	162.021	779.589
Reposições	(405.870)	(1.795)	(407.665)
Utilizações	-	(10.227)	(10.227)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	211.697	150.000	361.697

Conforme política contabilística descrita na nota 2.4, o Banco constitui provisões para riscos gerais de crédito conforme requerido pelo Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

NOTA 30. IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. O cálculo do imposto diferido de 2008 e 2007 foi apurado com base na taxa de 26,5%, taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como seguem:

	€	
	2008	2007
Prejuízos fiscais reportáveis	827.911	-
Provisões	340.586	373.083
Outros	111.648	152.450
Activos financeiros detidos para negociação	(34.567)	(51.851)
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.369.377)	56.749
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	(123.799)	530.431
Movimento do imposto no ano	(654.230)	830.918

O movimento do imposto diferido em 2008 e 2007 explica-se de seguida:

	2008			2007		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Prejuízos fiscais	-	827.911	827.911	-	-	-
Provisões	(72.248)	-	(72.248)	(73.972)	-	(73.972)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	672.263	-	672.263
Activos financeiros disponíveis para venda	9.568	(1.435.695)	(1.426.126)	9.568	90.341	99.909
Activos financeiros detidos para negociação	17.284	-	17.284	17.284	-	17.284
Outros	(1.050)	-	(1.050)	115.434	-	115.434
	(46.446)	(607.784)	(654.230)	740.577	90.341	830.918

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	€	
	2008	2007
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	2.429.650	467.542
Imposto diferido	(607.784)	90.341
	1.821.866	557.883
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(2.505.000)	3.526.020
De exercícios anteriores	54.674	17.719
	(2.450.326)	(3.508.301)
Imposto diferido	(46.446)	740.577
	(2.496.772)	(2.767.724)
	(674.906)	(2.209.841)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como se segue:

	2008		2007	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		9.668.989		13.794.402
Resultado apurado com base na taxa	26,50%	2.562.282	26,50%	3.655.517
Fundo de pensões não dedutível	2,88%	278.638	-1,51%	(209.208)
Dividendos não tributáveis	-1,23%	(119.090)	-7,57%	(1.046.226)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,00%	-	0,21%	28.904
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	0,79%	76.061	1,98%	273.817
Benefícios fiscais	-0,45%	(43.706)	-0,18%	(24.352)
Outros	-1,88%	(182.063)	1,05%	152.962
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	-0,79%	(75.350)	-0,46%	(63.690)
	25,82%	2.496.772	20,02%	2.767.724

NOTA 31. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	2.224.816	1.725.860
Recursos diversos	835.000	2.320.000
Sector público administrativo	711.418	697.591
Credores por fornecimento de bens	119	-
Credores por operações sobre valores mobiliários	3.839	6.131
Outros credores	50	4.545
	3.775.262	4.754.127
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	3.340.315	6.056.892
Outros encargos a pagar	924.803	1.455.490
	4.265.118	7.512.382
Receitas com rendimento diferido	742.339	980.848
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	37.070.298	35.670.083
Outras operações a regularizar	13.871.136	36.226.855
	50.941.434	71.896.938
	59.724.133	85.144.295

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

A rubrica Outras operações a regularizar inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 12 551 697 euros referente a um contrato celebrado com o Grupo TAP, conforme referido na nota 18. Em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica inclui o montante de 33 971 825 euros, referente a valores a regularizar junto de clientes, cuja regularização ocorreu nos primeiros dias de Janeiro de 2008.

NOTA 32. CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

O movimento do Capital próprio para os exercícios de 2008 e 2007 é detalhado como segue:

	Capital	Prémios de emissão	Acções Próprias	Reservas de justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultado líquido do exercício	Total de Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	75.082.920	5.756.889	(1.787.013)	(114.743)	1.368.811	7.113.858	7.036.194	94.456.916
Distribuição do lucro do exercício de 2006								
Transferência para reservas	-	-	-	-	703.619	3.348.288	(4.051.907)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.984.287)	(2.984.287)
Variação de acções próprias	-	-	165.216	-	-	(53.341)	-	111.878
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	1.032.769	-	-	-	-	1.032.769
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(1.962.618)	-	-	-	(1.962.618)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	227.622	-	227.622
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	15.410	-	15.410
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.026.678	11.026.678
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	75.082.920	5.756.889	(589.028)	(2.077.361)	2.072.430	10.651.837	11.026.678	101.924.365
Distribuição do lucro do exercício de 2007								
Transferência para reservas	-	-	-	-	1.102.668	6.188.059	(7.290.727)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.735.951)	(3.735.951)
Variação de acções próprias	-	-	535.068	-	-	(49.103)	-	485.965
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	(2.062.314)	-	-	-	-	(2.062.314)
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	(11.011.225)	-	-	-	(11.011.225)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(192.851)	-	(192.581)
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	20.250	-	20.250
Aumento de capital	12.487.080	3.129.504	-	-	-	-	-	15.616.584
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.172.217	7.172.217
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	87.570.000	8.886.393	(2.116.274)	(13.088.586)	3.175.098	16.618.192	7.172.217	108.217.040

Capital

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital do Banco encontra-se representado por 87 570 000 acções (31 de Dezembro de 2007: 75 082 920), com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2008	2007
António da Silva Rodrigues	12,34%	14,40%
Adger – SGPS, S.A.	10,98%	12,80%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	8,44%	7,89%
JRI – SGPS, S.A.	5,17%	6,04%
MSF – SGPS, S.A.	5,00%	5,70%
WWC World Wide Capital - SGPS, S. A.	4,99%	4,40%
Manuel Domingos Vicente	4,99%	-
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	4,69%	5,47%
Nicholas Leo Racich	4,54%	4,04%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,32%	3,11%
Alfredo Milne e Carmo	2,11%	2,46%
Endutex – SGPS, S.A.	1,71%	2,00%
Outros	31,72%	31,69%
	100,00%	100,00%

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu ao aumento de capital de 75 082 920 euros para 87 570 000 euros mediante a emissão de 12 487 080 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2008, os prémios de emissão no montante de 8 886 393 euros (31 de Dezembro de 2007: 5 756 889) referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2008		2007	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	363.893	537.394	475.768	702.610
Alienações	(362.318)	(535.068)	(111.875)	(165.216)
Saldo no final do ano	1.575	2.326	363.893	537.394
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	39.718	51.634	834.156	1.084.403
Movimento	1.779.090	2.062.314	(794.438)	(1.032.769)
Saldo no final do ano	1.818.808	2.113.948	39.718	51.634
Saldo final	1.820.383	2.116.274	430.411	589.028

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisada da seguinte forma:

	2008	2007
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (1)	83.797.156	109.629.333
Perdas por imparidade	(1.065.735)	(170)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	67.217.560	106.948.393
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor	(15.513.861)	(2.680.770)
Impostos diferidos	(522.330)	85.454
Impostos correntes	2.947.605	517.955
	(13.088.586)	(2.077.361)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2008 e 2007 é analisada da seguinte forma:

	€	
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	(2.077.361)	(114.743)
Varição de justo valor	(12.833.091)	(2.520.501)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	2.429.650	467.542
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(607.784)	90.341
	(11.011.225)	(1.962.618)
Saldo em 31 de Dezembro	(13.088.586)	(2.077.361)

NOTA 33. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	€	
	2008	2007
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	100.862.104	7.500.000
Garantias e avales	1.504.541	29.433.406
	102.366.645	36.933.406
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avales	258.455	-
Outras	955.130	655.795
Garantias reais		
Títulos	19.255.887	102.649.966
Créditos	18.576.323	81.239.772
Valores imobiliários	11.829.843	8.884.251
	50.915.638	193.429.784
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	78.895	-
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	1.111.294	775.893
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	82.165.386	120.727.654
	83.355.575	121.503.547
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	664.700.434	981.284.426
Por valores administrados pela instituição	33.754.744	47.025.243
Por cobrança de valores	10.145	1.007.447
	698.465.323	1.029.317.116

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 7 000 000 euros (31 de Dezembro de 2007: 7 000 000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 700 000 euros (31 de Dezembro de 2007: 500 000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de Bancos Centrais no montante de 87 336 914 euros, estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade.
- títulos dados em garantia à LCH.Clearnet no montante de 5 825 190 euros, estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

NOTA 34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 2008 e 2007, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2008	2007
Activos		
Investimentos em filiais e associadas	6.712.138	6.562.138
Custos		
Juros e encargos similares	-	51.704

NOTA 35. JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é apresentado como segue :

	Justo valor		Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Com Cotação	Modelos de Valorização			
31 de Dezembro de 2008					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	2.633.391	2.633.391	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	96.520.228	96.520.228	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	6.172.579	1.742.095	-	7.914.674	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	54.665.533	-	12.552.027	67.217.560	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	-	-	162.499.861	162.499.861	162.499.861
Crédito a clientes	-	-	29.313.041	29.313.041	29.313.041
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	134.538.441	134.538.441	126.732.530
Activos financeiros	60.838.112	1.742.095	438.056.989	500.637.196	492.831.285
Recursos de bancos centrais	-	-	84.011.667	84.011.667	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	2.981.649	2.364.943	-	5.346.592	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	9.788.544	9.788.544	9.788.544
Recursos de clientes	-	-	296.587.605	296.857.605	296.587.605
	2.981.649	2.364.943	390.387.816	395.734.408	395.734.408
31 de Dezembro de 2007					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1.749.589	1.749.589	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	56.338.009	56.338.009	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	21.802.134	9.967.248	-	31.769.382	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	106.948.063	-	330	106.948.393	106.948.393
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	188.834.939	188.834.939	188.834.939
Crédito a clientes	-	-	73.206.691	73.206.691	73.206.691
Activos financeiros	128.750.197	9.967.248	320.129.558	458.847.003	458.847.003
Passivos financeiros detidos para negociação	1.522.800	10.501.114	-	12.023.914	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	43.024.543	43.024.543	43.024.543
Recursos de clientes	-	-	282.237.884	282.237.884	282.237.884
	1.522.800	10.501.114	325.262.427	337.286.341	337.286.341

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de cobertura e de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização foram os seguintes:

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2008 e 2007, podem ser analisadas como segue:

	2008		2007	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	2,050	0,000	4,250	1,900
1 mês	2,603	0,436	4,288	4,600
3 meses	2,892	1,425	4,684	4,702
6 meses	2,971	1,750	4,707	4,596
9 meses	3,018	1,898	4,725	4,378
1 ano	3,049	2,004	4,745	4,224
3 anos	2,955	1,749	4,502	3,905
5 anos	3,250	2,133	4,555	4,178
7 anos	3,479	2,310	4,611	4,416
10 anos	3,740	2,563	4,721	4,670
15 anos	3,923	2,733	4,859	4,888
20 anos	3,883	2,743	4,908	4,980
25 anos	3,698	2,706	4,910	5,017
30 anos	3,568	2,707	4,888	5,028

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2008 e 2007, podem ser analisadas como se segue:

	2008		2007	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	54,21	129,93	16,35	23,93
5 anos	2,90	3,69	1,59	2,27
7 anos	6,10	8,18	3,16	4,98
10 anos	8,52	13,24	4,65	6,73

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2008 e 2007, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como segue:

	Volatilidades				
	2008	2007	3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,3971	1,4589	19,99	15,55	12,57
EUR/GBP	0,9548	0,7350	15,71	12,33	10,35
EUR/JPY	126,70	163,04	32,46	23,75	19,07
EUR/CHF	1,4930	1,6538	12,99	9,85	8,16

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2008 e 2007, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2008	2007	Variação	1 mês	3 meses	Call	Put
<i>PSI20</i>	6.341,34	13.019,36	(51,29)	29,16	46,80	36,14	39,34
<i>Eurostoxx</i>	2.447,62	4.399,72	(44,37)	52,31	58,02	38,60	38,91
<i>DAX</i>	4.810,2	8.067,32	(40,37)	52,35	56,00	37,52	37,76
<i>S&P</i>	903,25	1.468,36	(38,49)	59,92	64,12	35,56	36,95
<i>Nasdaq</i>	1.211,65	2.084,93	(41,89)	56,70	63,15	36,22	37,52
<i>Dow Jones Ind.</i>	8.776,39	13.264,82	(33,84)	51,79	58,50	35,58	38,32

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Banco é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 36. GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Gestão de Risco – Geral

Os processos de gestão de risco implementados pelo Banco, focam-se na gestão de (i) riscos de mercado, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos operacionais, incluindo estes os riscos tecnológicos e de processamento de operações.

As responsabilidades formais do controlo dos riscos no Banco começam no Conselho de Administração, cujos membros gerem de forma delegada: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos. Dentro de limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. As grandes exposições ou decisões significativas que ultrapassem o âmbito destes limites exigem análise e aprovação ao nível do Conselho de Administração.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Banco guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Banco
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Os principais riscos:

Risco de Taxa de Juro: resultante de exposições a mudanças, oscilações e tendências das *yields curves*, volatilidades das taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

Risco de Preço de Acções e Commodities: resultante de exposições a variações de preços de activos subjacentes e volatilidade.

Risco Cambial: resultante de exposições a variações nos câmbios *spot* e *forward* e na sua volatilidade.

Risco de Liquidez: resultante das necessidades gerais de *funding* e de gestão de activos e passivos do Banco.

Medição de risco

O Banco utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar a sua exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, entre os quais:

Indicadores estatísticos:

Value at Risk (VaR)

Indicadores não estatísticos:

Testes de *stress* do *Economic Value*

Testes de *stress* do *Earnings at Risk*

Basis Point Values

Ao nível das linhas de produtos e carteiras de clientes particulares, as medidas estatísticas, tais como o *VaR*, são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e medidas de *earnings-at-risk advisories*, para assegurar os controlos adequados sobre os resultados esperados por tipo de risco, em quaisquer condições de mercado.

O Banco calcula o *VaR* utilizando um horizonte temporal de um mês (22 dias úteis) e um intervalo de confiança de 99%. Isto significa que o Banco poderia esperar incorrer em perdas superiores ao *VaR* estimado apenas uma vez em cada 100 dias úteis, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008				2007			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3.026	30.817	101.357	1.311	54.668	50.732	89.514	14.323
Risco taxa de juro	72.691	230.074	701.930	4.299	308.512	311.300	871.946	97.331
Acções	99.859	220.311	617.467	29.332	319.815	475.755	1.462.964	115.526
Mercadorias	-	-	-	-	-	37.036	122.408	3.254
Opções	77.026	286.448	2.080.265	20.420	117.846	128.512	495.512	12.662
Efeito da diversificação	41%	39%			62%	49%		
	148.067	468.411	2.702.945	18.271	306.949	512.690	1.462.349	184.881

€

A margem da carteira bancária assumindo as taxas de juro médias de remuneração para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	2008			2007		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.247.930	3.252.565	3,49%	72.061.333	2.730.880	3,79%
Títulos disponíveis para venda	96.246.941	3.898.932	4,05%	76.950.417	4.004.245	5,20%
Aplicações em instituições de crédito	160.815.772	7.611.366	4,73%	132.468.472	4.397.376	3,32%
Crédito a clientes	41.137.178	2.837.926	6,90%	76.831.245	4.365.724	5,68%
Investimentos detidos até à maturidade	41.084.617	3.268.032	7,95%	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	-	757.307	-	-	661.720	-
Activos financeiros	432.532.438	21.626.128	4,82%	358.311.467	16.159.945	4,33%
Recursos de outras instituições de crédito	26.485.659	1.125.567	4,25%	54.686.135	691.506	1,26%
Recursos de clientes	355.914.585	10.039.562	2,82%	276.199.207	6.043.471	2,19%
Outros juros e custos similares	-	770.388	-	-	18.004	-
Passivos financeiros	382.400.244	11.935.517	2,92%	330.885.342	6.752.981	2,04%
Resultado financeiro		9.690.611	1,90%		9.406.964	2,29%

Risco Cambial

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	2008					Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.619.642	8.773	4.976	-	-	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.395.281	5.103.859	699.797	69.541	251.750	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	7.873.949	32.424	8.301	-	-	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	65.597.211	1.620.349	-	-	-	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	141.220.819	21.279.042	-	-	-	162.499.861
Crédito a clientes	28.759.064	553.917	-	60	-	29.313.041
Investimentos detidos até à maturidade	132.137.474	1.039.790	1.361.177	-	-	134.538.441
Activos tangíveis	11.747.327	-	-	-	-	11.747.327
Activos intangíveis	472.242	-	-	-	-	472.242
Investimentos em subsidiárias e associadas	6.712.138	-	-	-	-	6.712.138
Activos por impostos correntes	732.567	-	-	-	-	732.567
Outros activos	40.031.684	3.778.604	28.444	19.299	1.576	43.859.607
Total do activo	528.299.398	33.416.758	2.102.695	88.900	253.326	564.161.077
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	84.011.667	-	-	-	-	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	5.270.479	66.142	9.971	-	-	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	557.984	9.227.757	-	24	2.779	9.788.544
Recursos de clientes	283.576.103	13.004.448	7.033	-	21	296.587.605
Provisões	361.697	-	-	-	-	361.697
Passivos por impostos diferidos	123.799	-	-	-	-	123.799
Outros passivos	53.879.329	5.417.066	360.975	66.763	-	59.724.133
Total de passivo	427.781.058	27.715.413	377.979	66.787	2.800	455.944.037
Activo - Passivo líquido por moeda	100.518.340	5.701.345	1.724.716	22.113	250.526	108.217.040
Total de Capital Próprio	109.059.410	(621.420)	(220.950)	-	-	108.217.040
Exposição Líquida	(8.541.070)	6.322.765	1.945.666	22.113	250.526	-

€

2007						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.724.918	4.510	20.161	-	-	1.749.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45.893.057	8.248.426	919.387	413.543	863.596	56.338.009
Activos financeiros detidos para negociação	26.240.199	5.282.650	144.593	-	101.940	31.769.382
Activos financeiros disponíveis para venda	102.398.173	2.513.416	2.036.804	-	-	106.948.393
Aplicações em instituições de crédito	97.458.697	91.376.242	-	-	-	188.834.939
Crédito a clientes	73.206.691	-	-	-	-	73.206.691
Activos tangíveis	7.940.709	-	-	-	-	7.940.709
Activos intangíveis	838.277	-	-	-	-	838.277
Investimentos em subsidiárias e associadas	6.562.138	-	-	-	-	6.562.138
Activos por impostos correntes	1.248.352	-	-	-	-	1.248.352
Activos por impostos diferidos	530.431	-	-	-	-	530.431
Outros activos	44.726.770	4.376.342	52.199	12.369	-	49.167.680
Total do activo	408.768.412	111.801.586	3.173.144	425.912	965.536	525.134.590
Passivo por moeda						
Passivos financeiros detidos para negociação	11.040.705	840.010	143.199	-	-	12.023.914
Recursos de outras instituições de crédito	1.107.084	41.798.084	-	119.375	-	43.024.543
Recursos de clientes	272.343.468	9.738.426	155.971	-	19	282.237.884
Provisões	779.589	-	-	-	-	779.589
Outros passivos	20.921.464	59.637.903	2.910.953	709.076	964.899	85.144.295
Total de passivo	306.192.310	112.014.423	3.210.123	828.451	964.918	423.210.225
Activo - Passivo líquido por moeda	102.576.102	(212.837)	(36.979)	(402.539)	618	101.924.365
Total de Capital Próprio	101.924.365	-	-	-	-	101.924.365
Exposição Líquida	651.737	(212.837)	(36.979)	(402.539)	618	-

Risco de Re-pricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontram-se apresentados conforme segue:

€

2008						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.633.391	2.633.391	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	96.520.228	96.520.228	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	67.217.560	49.798.316	-	722.601	16.696.643	-
Aplicações em instituições de crédito	162.499.861	-	132.009.990	30.470.289	19.582	-
Crédito a clientes	29.414.491	113.761	20.774.230	46.723	3.351.208	5.128.569
Investimentos detidos até à maturidade	134.538.441	134.538.441	-	-	-	-
Total	492.823.972	283.604.137	152.784.220	31.239.613	20.067.433	5.128.569
Recursos de bancos centrais	84.011.667	84.011.667	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9.788.544	-	8.426.128	-	1.362.406	-
Recursos de clientes	296.587.605	127.879.845	126.786.455	39.279.197	2.642.108	-
Total	390.387.816	211.891.512	135.212.593	39.279.197	4.004.514	-
GAP (Activos - Passivos)	102.436.156	71.712.625	17.571.627	(8.039.584)	16.062.919	5.128.569

€

	2007					
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.749.589	1.749.589	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.338.009	56.338.009	-	-	-	-
Títulos detidos para negociação	21.802.134	21.802.134	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	106.948.393	11.805.130	5.292.258	8.707.853	67.247.929	13.895.223
Aplicações em instituições de crédito	188.834.939	-	164.635.177	18.697.419	5.502.343	-
Crédito a clientes	73.319.741	112.882	61.715.768	4.328	7.618.413	3.868.350
Total	448.992.805	91.807.744	231.643.203	27.409.600	80.368.685	17.763.573
Recursos de outras instituições de crédito	43.024.543	-	20.967.989	16.554.211	5.502.343	-
Recursos de clientes	282.237.884	-	223.900.969	48.084.679	10.252.236	-
Total	325.262.427	-	224.868.958	64.638.890	15.754.579	-
GAP (Activos - Passivos)	123.730.378	91.807.744	(13.225.755)	(37.229.290)	64.614.106	17.763.573

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

€

	2008				2007			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(679.707)	672.910	(300.826)	294.809	(2.878.968)	2.619.861	(1.563.518)	1.407.166
Em 30 de Junho	(204.128)	202.087	(313.893)	307.615	(2.827.489)	2.573.015	(1.471.433)	1.324.289

Risco de Liquidez

O GAP de tesouraria do Banco diminuiu ligeiramente em relação ao período homólogo. A gestão dos recursos imediatos do Banco é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

O GAP de tesouraria para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008	2007
Gap de tesouraria (milhões de euros)*	6,72	7,26
Gap de tesouraria / Activo líquido (%)	1,4%	1,4%
Rácio de liquidez (%)**	100,6%	285,5%

(*) GAP de tesouraria — liquidez imediata / créditos interbancários de curto prazo deduzidos de débitos interbancários até um ano.

(**) Conforme Instrução 1/2000 do Banco de Portugal

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Banco está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Banco, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

A qualidade do risco de crédito dos produtos de dívida *Held-to-Maturity*, por *rating*, referente ao último dia de exercício de 2008 é representado na tabela seguinte:

	€
	2008
Obrigações de dívida corporativa	
AA- a AA+	6.258.624
A- a A+	43.258.157
BBB- a BBB+	58.558.617
BB- a BB+	6.546.066
CCC- a CCC+	2.962.144
CC- a CC+	762.247
<i>Asset-Backed securitied</i>	
AAA	8.386.675
	126.732.529

Desta forma, a exposição ao risco de crédito do BIG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição dos activos detidos por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	€					
	2008					
	Créditos a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura e silvicultura	9.492	-	219	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	265.667	-	4.883.460	-
Alimentação, bebidas e tabaco	8.842	736	15	-	8.147.630	60.000
Papel, gráficas e editoriais	-	-	86.331	1.833.591	6.066.388	-
Indústria química	-	-	-	2.078.200	5.155.263	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	79.108	-	-	-	-	-
Máquinas e material de transporte	-	-	-	1.215.000	11.965.111	-
Electricidade, água e gás	-	-	1.668.895	15.135.791	6.262.556	-
Construção e obras públicas	337.637	8.261	66	1.169.996	1.832.643	-
Comércio por grosso e a retalho	17.706	-	11	519.915	16.240.572	-
Transportes e comunicações	-	-	51.295	12.868.827	9.714.870	-
Actividade financeira	107	-	4.903.512	15.529.839	52.343.226	744.500
Actividades imobiliárias	4.216.507	-	6	-	-	-
Outras empresas de serviços	6.609.128	97	122.598	7.564.764	11.926.722	-
Administração e serviços públicos	-	-	-	9.301.637	-	-
Outros serviços colectivos	-	-	6	-	-	-
Crédito à habitação	4.011.041	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	14.048.830	-	816.053	-	-	700.041
Outros	76.093	92.356	-	-	-	-
	29.414.491	101.450	7.914.674	67.217.560	134.538.441	1.504.541

	2007				
	Créditos a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura e silvicultura	93.475	-	231.574	-	24.000
Indústrias extractivas	-	-	762.242	2.016.361	-
Alimentação, bebidas e tabaco	1.635	-	87.241	3.112.999	-
Têxteis, vestuário e couro	89.129	-	-	-	-
Papel, gráficas e editoriais	-	-	1.312.291	3.858.497	-
Produtos petrolíferos	-	-	-	2.115.025	-
Indústria química	-	-	209.497	5.227.179	-
Indústrias metalúrgicas de base	-	-	-	5.240.275	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	133.877	-	343	1.028.113	-
Máquinas e material de transporte	-	-	914.340	10.594.575	-
Electricidade, água e gás	-	-	2.104.449	7.160.000	-
Construção e obras públicas	453.199	-	2.148.550	-	-
Comércio por grosso e a retalho	-	-	119.812	12.106.192	-
Turismo	6	-	-	-	-
Transportes e comunicações	-	-	-	14.598.336	-
Actividade financeira	31	-	17.093.230	14.181.172	704.500
Actividades imobiliárias	1.567.020	-	9.944	-	-
Outras empresas de serviços	6.553.057	26	3.833.613	7.430.698	27.747.911
Administração e serviços públicos	-	-	-	8.018.157	-
Outros serviços colectivos	-	-	364.798	-	-
Crédito à habitação	2.737.820	-	-	-	-
Crédito a particulares	61.528.635	113.024	1.668.367	10.260.814	956.995
Outros	161.857	-	900.091	-	-
	73.319.741	113.050	31.769.382	106.948.393	29.433.406

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Banco considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Banco, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito
- Integridade do processo de aprovação de crédito
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Banco pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis das unidades de negócio individuais. Para monitorar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Banco, existe uma estrutura autónoma, constituída pelos seguintes órgãos de supervisão interna que reportam ao Conselho de Administração:

- Comité de Risco Operacional, que analisa a conformidade dos procedimentos internos, a adequação do apoio humano e de sistemas para a condução normal das actividades e os riscos do dia-a-dia a que o Banco está exposto, com base em processos de auto-avaliação e auditorias internas e externas programadas. Reporta ao COO.
- Comité de Risco Tecnológico, que supervisiona a adequação da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento e ligações do Banco com fornecedores externos de informação e de serviços de execução. Reporta ao COO.
- Auditoria e Controlo, responsável pela condução de auditorias internas regulares às áreas operacionais e de *front-office*, incluindo análise de documentos e procedimentos. Reporta ao CEO. Reúne-se várias vezes por semana.
- Comité de *Compliance*, constituído por membros do Conselho de Administração e pelo *Compliance Officer* do Banco, as suas responsabilidades incluem a monitorização da observância pelo Banco de questões regulamentares e legais, cumprimento de procedimentos operacionais internos, código de ética e outras questões relacionadas. Reúne-se pelo menos uma vez por semana ou mais vezes se necessário, para analisar questões regulamentares e legais correntes.

Operações e sistemas

As principais prioridades da Administração no desenvolvimento dos processos de integração das áreas *front-office* e *back-office* são a necessidade de escalabilidade, segurança e adquirir capacidades de processamento *straight-through*. As áreas responsáveis por garantir a eficiência dos processos são a equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Banco e as áreas de suporte das Operações.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontram-se apresentados conforme segue:

		2008	2007
€			
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias		94.340.120	80.250.781
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		19.793.290	12.724.267
Activos intangíveis e diversos		(14.322.211)	(6.938.997)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	99.811.199	86.036.051
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	99.811.199	86.036.051
45% das reservas de reavaliação de justo valor positivas		-	38.514
Diversos		211.697	447.193
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		211.697	485.707
Deduções aos fundos próprios totais		(5.135.488)	-
Fundos Próprios Suplementares		-	1.971.916
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	94.887.408	88.493.674
B - Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)		-	217.685.775
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)		-	32.000.788
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		255.935.563	-
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		3.040.013	-
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		52.481.950	-
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	311.457.525	249.686.563
C - Rácios Prudenciais			
Rácio Tier 1	(A1/B)	32,0%	34,5%
Rácio de Solvabilidade	(A3/B)	30,5%	35,4%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentado conforme segue:

	2008	2007
Saldo no início do exercício	88.493.674	82.873.164
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias	14.089.339	1.197.985
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	7.069.023	4.241.598
Activos intangíveis e diversos	(7.383.214)	(1.683.965)
45% das reservas de reavaliação de justo valor positivas	(38.514)	(87.340)
Diversos	(235.496)	(19.684)
Dedução aos fundos próprios totais	(5.135.488)	-
Fundos Próprios Suplementares	(1.971.916)	1.971.916
Saldo no fim do exercício	94.887.408	88.493.674

NOTA 37. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao *IFRS 1* Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao *IAS 27* Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os *IFRS* pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os *IFRS* ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterado) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao *IFRS 2* a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao *IFRS 2* (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiros partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do *IFRS 2* alterado.

IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Janeiro de 2008 o *IFRS 3* (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao *IAS 27* Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao *IAS 27* resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do *IFRS 3* e alteração do *IAS 27* são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 o *IFRS 8 Segmentos operacionais*, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O *IFRS 8* define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o *IAS 34 Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007 o *IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O *IAS 1 (alterado)* exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de "*comprehensive income*".

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Março de 2007 o *IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Banco não espera que esta alteração ao *IAS 23* tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro uma alteração ao *IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros 'puttable' e Obrigações decorrentes de liquidação* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros '*puttable*' e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do *IAS 32*, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda à sua reacquirição (instrumentos '*puttable*'), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O *IASB* alterou ainda o *IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras* tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao *IAS 32* venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao *IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura* a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O *IFRIC 13* Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O *IFRIC 15* Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do *IAS 18* Reconhecimento de proveitos ou do *IAS 11* Contratos de construção, sendo expectável que o *IAS 18* seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *IFRIC 16* Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Banco, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *IFRIC 17* Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *IFRIC 18* Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- *Alteração ao IFRS 5* - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o *IFRS 5* se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco;
- *Alteração ao IAS 1* - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Banco;
- *Alteração ao IAS 16* - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao *IAS 16* não terá impacto nas demonstrações financeiras do Banco;
- *Alteração ao IAS 19* - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 20* - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o *IAS 20*. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 23* - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o *IAS 23* e o *IAS 39*. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 27* - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o *IAS 39* Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o *IFRS 5* Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do *IAS 39*. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo na medida em que, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o *IAS 27*;
- *Alteração ao IAS 28* - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao *IAS 28* tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do *IAS 36* Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- *Alteração ao IAS 38* - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos nas contas do Grupo;

- Alteração ao *IAS 39* - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do *IFRS 8* Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. Não se esperam impactos nas contas do Grupo decorrentes da sua adopção;
- Alteração ao *IAS 40* - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do *IAS 40* (antes abrangidas pelo *IAS 16* Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

ANEXO

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS. CARTA CIRCULAR 97/08 DSB DO BANCO DE PORTUGAL.

I – Modelo de negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio do Banco baseia-se no fornecimento de serviços bancários de poupança, investimento, gestão de risco, intermediação e aconselhamento à nossa base de Clientes, conforme detalhado no ponto 1.1. e 1.3. do Relatório Anual do Conselho de Administração.

2. Estratégia e objectivos do Banco

No ano de 2009 o Conselho de Administração prespiciava a continuação de um período prolongado de aversão ao risco e uma acelerada desalavancagem do sistema financeiro global. (Ver Ponto 1.14 do Relatório Anual do Conselho de Administração) O Banco com um modelo de negócio diversificado excesso de liquidez e capital e um Balanço forte espera conseguir ultrapassar as adversidades que a actual conjuntura económica apresenta.

3. Descrição das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio

O Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco apresenta informação sobre as actividades desenvolvidas e a respectiva contribuição para o desenvolvimento do negócio na secção 1.1, 1.3 e 1.5.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir

Esta informação encontra-se vertida nas notas 2 e 3 do anexo às contas consolidadas. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível na capítulo 4 - Gestão de Risco do Relatório Anual do Conselho de Administração.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida

O Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco apresenta esta informação de forma sucinta na secção 3.3.

II – Riscos e Gestão de Riscos

6. Descrição da natureza dos riscos incorridos

O Relatório Anual do Conselho de Administração enumera detalhadamente a natureza dos riscos incorridos pelo Banco nos pontos 4.4, 4.5 e 4.6. Nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, tal informação encontra-se veiculada na nota 36.

7. Descrição das práticas de gestão de risco

O Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco apresenta em detalhe as práticas de gestão de risco adoptadas pelo Banco, promovendo assim a percepção pelo mercado sobre os riscos incorridos e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo (Ver secção 4.4, 4.5 e 4.6). Na Nota 36 do anexo às contas consolidadas é apresentado em detalhe o tipo de riscos incorridos pelo Banco, bem como os respectivos processos de gestão.

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas, e impacto dos write downs dos resultados

A descrição qualitativa encontra-se reflectida na secção 1.2 do Relatório Anual do Conselho de Administração. A descrição quantitativa dos resultados por tipo de carteira e produto bem como uma breve explicação, é apresentada de forma desagregada nas diferentes notas que compõem o anexo às contas, designadamente a nota 19, 22 e 35.

9. Decomposição dos write downs / perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: *commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset backed securities*

O Banco não sofreu qualquer *write down* ou perda associada ao tipo de activos acima indicados.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido

Ver Ponto 9.

11. Comparação de (i) impactos entre períodos (relevantes) e de (ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência

Não aplicável.

12. Decomposição dos write downs entre montantes realizados e não realizados

Ver Ponto 9. De qualquer forma, o resultado não realizado dos activos financeiros disponíveis para venda consta da Nota 19 do anexo às contas consolidadas.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado

No capítulo 4 - Controlo Interno do Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações extraordinárias de turbulência de mercado, incluindo informação relativa a *stress tests* realizados com o objectivo de simular o impacto e as perdas potenciais em cenários extremos de grande turbulência.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos spreads associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

Nas secções 4.4 e 4.5 do Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco abordam os instrumentos e métodos utilizados para determinar potenciais impactos. A nota 21 e a nota 36, ambas do anexo às contas consolidadas, indicam, respectivamente, o detalhe da carteira de crédito no final do ano e a estrutura do risco de crédito do Banco na mesma data.

IV – Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”

O valor nominal e justo valor das exposições vivas encontra-se descrito nas notas do anexo às contas consolidadas relativas às diferentes carteiras do Banco, designadamente as notas 19, 22 e 35.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respectivo efeito nas exposições existentes

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições afectadas pelo período de crise

Esta informação encontra-se incluída na secção 1.2 do Relatório Anual do Conselho de Administração do Banco, na secção relativa ao impacto dos eventos de mercado de 2008. Esta secção refere especificamente as notas do anexo às contas consolidadas que podem ser consultadas para informação mais detalhada.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write downs”, compras, etc)

Ver Ponto 18.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras do tipo monoline e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

V – Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico

Estas situações estão desenvolvidas na nota 2 do anexo às contas consolidadas, relativa às principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

23. Special Purpose Entities e consolidação

Não aplicável.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros

Esta informação é divulgada na nota 2 e na nota 35 do anexo às contas consolidadas.

25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver Ponto 24.

VI – Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro

O Banco de Investimento Global, S.A. adoptou desde a sua fundação uma política transparente de divulgação de informação contabilística e financeira alinhada pelas melhores práticas de mercado, em cumprimento com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Do conjunto de informação regularmente prestada ao mercado, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO


1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 563.068.380 euros e um total de capital próprio de 107.369.380 euros, incluindo um resultado líquido de 6.425.930 euros), as Demonstrações consolidadas dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e dos Ganhos e Perdas Reconhecidos do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de aplicação do método de equivalência patrimonial;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco de Investimento Global, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 30 de Março de 2009

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por



Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC nº 967)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 564.161.077 euros e um total de capital próprio de 108.217.040 euros, incluindo um resultado líquido de 7.172.217 euros), as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e dos Ganhos e Perdas Reconhecidos do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



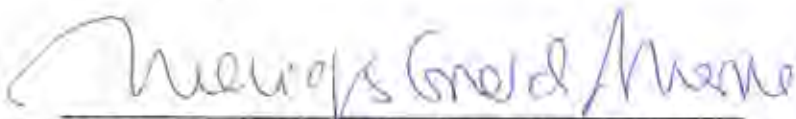
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco de Investimento Global, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 30 de Março de 2009

KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por



Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC nº 967)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2008

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco de Investimento Global, S.A.,

De acordo com a legislação aplicável e no cumprimento das funções de Fiscal Único do **Banco de Investimento Global, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, tomámos conhecimento dos actos da Administração do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do Relatório de Gestão e à verificação da correcção, tanto das Contas Individuais do Banco, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidos e as respectivas Notas Anexas como ainda das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Da Administração e dos Serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do **Banco de Investimento Global, S.A.**, relativos a 2008, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;
2. Os actos da Administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da Lei e dos Estatutos;
3. As Contas Consolidadas de 2008, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;
4. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas Notas.

Emitimos ainda a **Certificação Legal das Contas de 2008**, quer individuais, quer consolidadas, ambas sem reservas.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

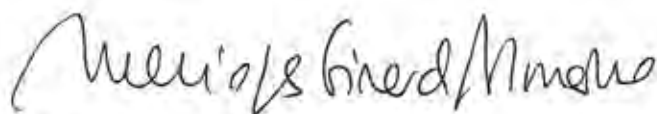
- a) O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado Relatório de Gestão;
- b) A gestão do Banco exercida em 2008 pelo Conselho de Administração;
- c) As Contas Consolidadas de 2008, apresentadas pelo Conselho de Administração, bem como a parte correspondente do Relatório de Gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2009

O Fiscal Único

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC N° 967)

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto *Ribeiro*

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Diogo Batista Russo Pereira da Cunha

Fiscal Único

Efectivo

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviço de Apoio ao Cliente

www.BiGonline.pt

707 244 707

213 305 327/9

apoio@bancobig.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas
Particulares

Mário Bolota
Diogo Cunha

213 305 305
213 305 306

mbolota@bancobig.pt
dcunha@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Tesouraria/Taxas de Juro/Obrigações
Ações
Mercado Cambial
Opções/Produtos Estruturados

Ricardo Pinho (head)
João Vaz Velho
Fernando Quadros
Sérgio Magalhães

213 305 309
213 305 344
213 305 334
213 305 304

rpinho@bancobig.pt
jvazvelho@bancobig.pt
fqquadros@bancobig.pt
smagalhaes@bancobig.pt

Clientes Institucionais e Empresas

Diogo Costa

213 305 384

dcosta@bancobig.pt

Clientes High Net Worth

Pedro Cardoso

213 305 553

pcardoso@bancobig.pt

Clientes Afluentes

Tiago Eusébio

213 305 392

teusebio@bancobig.pt

Clientes Norte

Cláudio Sousa

226 156 700

csousa@bancobig.pt

Corretagem

Edgar Silva

213 305 382

esilva@bancobig.pt

João Cotrim

213 305 547

jcotrim@bancobig.pt

Gestão de Activos

Rui Broega

213 305 343

rbroega@bancobig.pt

Corporate Finance

Ana Rita Gil

213 305 318

agil@bancobig.pt

Research

João Lampreia

213 305 542

jlampreia@bancobig.pt

Crédito Especializado

Miguel Mira

213 305 513

mmira@bancobig.pt

Áreas de Suporte

Operações

Paulo Campos

213 305 333

pcampos@bancobig.pt

IT

Paulo Figueiredo

213 305 311

pfigueiredo@bancobig.pt

IT – Sistemas de BackOffice

Carla Rosa

213 305 322

crosoa@bancobig.pt

IT Desenvolvimento

Vitor Luís

213 305 359

vluis@bancobig.pt

Contabilidade

Dora Moreira

213 305 518

dmoreira@bancobig.pt

Auditoria / Controlo

Francisco Passaradas

213 305 366

fpassaradas@bancobig.pt

Recursos Humanos

Paula Moreira

213 305 385

pmoreira@bancobig.pt

Marketing

Alexandre Martins

213 305 555

amartins@bancobig.pt

Crédito

Teresa Raimundo

213 305 314

traimundo@bancobig.pt

Sede

Praça Duque de Saldanha, 1 - 8.º

1050-094 Lisboa

213 305 300

